

XI ENCONTRO REGIONAL CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA ORAL

RELAÇÕES DE GÊNERO
NA CONTEMPORANEIDADE:
VOZES DISSONANTES

21 A 24 DE NOVEMBRO DE 2017
BRASÍLIA-DF

ANAIIS



**ANAIS DO XI ENCONTRO REGIONAL
CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA ORAL:
HISTÓRIA ORAL E RELAÇÕES DE GÊNERO
NA CONTEMPORANEIDADE – VOZES
DISSONANTES**

Universidade de Brasília (UnB)

ISBN 978-85-64593-46-6



Ficha catalográfica

Saraiva, Regina Coelly Fernandes; Barroso, Eloísa Pereira; Longo, Clerismar Aparecido (orgs.).

Anais do XI Encontro Centro-Oeste de História Oral: história oral e relações de gênero na contemporaneidade – vozes dissonantes / Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

p.

ISBN 978-85-64593-46-6

1. História Oral. 2. Relações de gênero. 3. Vozes dissonantes. 4. Contemporaneidade. I. Autores. II. Título.

Associação Brasileira de História Oral – ABHO

Presidente: Ana Carolina de Moura Delfim Maciel (CMU/ Unicamp)

Vice-presidente: Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)

Diretoria Regional Centro-Oeste: Regina Coelly Fernandes Saraiva (UnB)

Comitê Científico

Christiane Machado Coêlho – UnB

Eloisa Pereira Barroso - UnB

Joelma Rodrigues da Silva – UnB

José Walter Nunes – UnB

Maria Helenice Barroso - UnB

Regina Coelly Fernandes Saraiva - UnB

Comissão Organizadora do Evento

Christiane Machado Coêlho – UnB

Clerismar Aparecido Longo - UnB

Joelma Rodrigues da Silva – UnB

Daiane Ricarda de Melo - UnB

Dayse de Souza Leite – UnB

Eloisa Pereira Barroso - UnB

Francisco da Paz Mendes de Souza – UnB

Maria Helenice Barroso - UnB

Raimunda de Oliveira Silva – UnB

Regina Coelly F. Saraiva – UnB

Robson Eleutério da Silva – Instituto Cerratense

Jonatas Felipe Aires Ferreira

Virginia Litwinczik

Realização: Associação Regional Centro-Oeste de História Oral; Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília; Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória do Centro-Oeste (NECOIM/UnB); Instituto Cerratense.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
“OLGA: LEVE COMO PAVLOVA, COM MUITO DE BENÁRIO, NADA DE ALAKETU. SIMPLEMENTE OLGA GUIMARÃES.” A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE UMA MULHER NO INTERIOR DA BAHIA, NO CONTEXTO DA SUA JUVENTUDE (1949-1961).....	6
A HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA A ANÁLISE DA AÇÃO PÚBLICA: O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ALTO JEQUITINHONHA MINEIRO.....	20
AMOR E SEXO NA GUERRILHA DO ARAGUAIA.....	41
A NARRATIVA DOS PROFESSORES: COMO DIALOGAR COM A DIVERSIDADE DE GÊNERO ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	57
VIDA DE MARIA: AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS EM UM CASO DE DEPRESSÃO.....	67
DA MADEIRITE AO CIMENTO: UMA PESQUISA SOBRE MEMÓRIAS DE MULHERES E TERRITORIALIDADES NAS LUTAS PRÓ-FIXAÇÃO DO PARANOÁ (1981 – 1993).....	81
HISTÓRIA DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DA(S) MASCULINIDADE(S) NEGRA(S) HOMOSSEXUAL(IS).....	90
JOVENS CAMPONESES COMO SUJEITOS POLÍTICOS E A RELAÇÃO COM OS PROCESSOS FORMATIVOS DA RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVENS (RAJ).....	104
MEMÓRIAS REFLETIDAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS: O CASO DO ENSINO DE HISTÓRIA.....	110
A PRIMAVERA NOS DENTES: LIBERALIZAÇÃO SEXUAL NA OBRA DE NEY MATOGROSSO.....	119
DESEMPODERAMENTO DAS MULHERES DE REASSENTAMENTOS RURAIS.....	131
HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS XAVANTE.....	140

APRESENTAÇÃO

Criada em 1994, a Associação Brasileira de História Oral realiza encontros nacionais bianuais – nos anos pares, e encontros regionais – nos anos ímpares. Dando continuidade aos encontros regionais, entre os dias 21 a 24 de novembro/2017, foi realizado, nas dependências da Universidade de Brasília (UnB), em Brasília/DF, o XI Encontro Regional Centro-Oeste de História Oral, com a temática **História oral e relações de gênero na contemporaneidade – vozes dissonantes**.

O objetivo do Encontro foi o de reunir professoras/es e pesquisadores/as do Centro-Oeste e de outras regiões do Brasil, da área de Ciência Humanas e Sociais, cujos temas de pesquisa, não exclusivamente, giram em torno da história das mulheres, história dos homens e das relações de gênero, e que tem como metodologia de pesquisa a história oral. As comunicações apresentadas, em sua grande maioria, deram destaque às contribuições da história oral na investigação das experiências históricas das relações de gênero e suas interseccionalidades com outras dimensões do social, quais sejam: raça, etnia, geração, sexualidade, direitos humanos, dentre outras. O evento também deu espaço para que as comunicadoras e os comunicadores apresentassem trabalhos sobre outras temáticas dentro do campo da história oral, os quais apresentamos neste Anais em forma de artigos.

Boa leitura!

Regina Coelly Fernandes Saraiva
Eloísa Pereira Barroso
Clerismar Aparecido Longo

“OLGA: LEVE COMO PAVLOVA, COM MUITO DE BENÁRIO, NADA DE ALAKETU. SIMPLEMENTE OLGA GUIMARÃES.” A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA DE UMA MULHER NO INTERIOR DA BAHIA, NO CONTEXTO DA SUA JUVENTUDE (1949-1961)

Ana Catarina Sena Ferreira Andrade¹

Resumo: a presente pesquisa de mestrado tem como objetivo historicizar a trajetória de Olga Alves de Guimarães, uma educadora nascida na cidade baiana de Itaberaba, região da Chapada Diamantina. A análise privilegia o período da sua juventude e o contexto em que ela estava inserida, a fim de compreender como se dá a construção da consciência política de uma mulher, professora e poeta. Para tanto, examino a sua educação familiar, bem como e porque suas escolhas a levaram a desenvolver a consciência política. A partir daí, entender o cotidiano de aprendizagem do político relacionado às relações de poder local, com as tramas de atuação política dos grupos familiares, incluindo a família Guimarães, e sobretudo a apreensão do político nos espaços em que Olga perpassou na sua juventude, tanto em Itaberaba quanto em Salvador.

Introdução

Olga Alves de Guimarães Carvalho, nascida em 28 de abril de 1944, é a quinta filha do casal Nelson Alves de Guimarães Carvalho, farmacêutico prático formado no município de Rio de Contas, na Bahia, e de Maria Isabel de Carvalho, professora, natural de Caetité-Bahia. Olga passa a ser fruto dessa pesquisa, pela possibilidade de compreender, a partir da sua história de vida e principalmente da sua trajetória política, as peculiaridades concernentes à educação familiar, os papéis sociais de homens e mulheres numa cidade do interior da Bahia e as práticas e atuações políticas na cidade de Itaberaba, à luz das relações de gênero.

Itaberaba foi criada com território desmembrado da Camisão, atual Ipirá-Bahia, por resolução provincial, de 26 de março de 1877, com a denominação de Vila do Orobó. A sede, criada freguesia com nome de Nossa Senhora do Rosário do Orobó, foi elevada à condição de cidade, por Lei Estadual de 25.06.1897, quando recebeu juntamente com o município, a denominação de Itaberaba.² Toda a cidade passa a se desenvolver ao redor da paróquia de Nossa Senhora do Rosário, constituindo um município católico e com a fé alicerçada em Nossa Senhora do Rosário. Município de grande influência na região da Chapada Diamantina pela passagem do Rio Paraguaçu que proporciona a irrigação e o plantio do abacaxi. Entre os anos de 1950 e 1960, tinha uma população estimada de 56.990 habitantes, sendo 84% destes residentes na zona rural. A atividade econômica principal era a pecuária (centro engordador de gado bovino), seguida da

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História e mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB). Bolsista da CAPES.

² O nome dado à cidade significa, em tupi guarani, “pedra que brilha”, proveniente de uma pedra localizada a 25 km da cidade. Prefeitura Municipal de Itaberaba – *Livro registro da História da cidade*, 2007.

agricultura ocupando um lugar de destaque na produção de mamona, feijão e de abacaxi (BRASIL, 1958, p. 295).

Pretende-se entender: Quem é Olga Guimarães? Como se deu a sua formação? De que maneira sua relação com as figuras materna e paterna influenciou seu modo de ver o mundo? Como se produziu a ligação com a educação e as letras? E principalmente: Por que uma mulher, educadora, decide se envolver na política? Quais suas motivações?

É importante explicar a escolha da mulher que é o objeto de reflexão desta pesquisa. Esta análise teve ponto de partida nos estudos sobre as relações de gênero, tanto na perspectiva da experiência pessoal e coletiva quanto com relação às atividades públicas e políticas empreendidas pelas mulheres, ainda no âmbito dos estudos de graduação. O interesse pela temática de gênero saltou aos olhos quando do conhecimento e leitura inicial dos escritos literários de Olga Guimarães e, posteriormente, ao se conhecer mais a sua história de vida. Após várias sessões de entrevistas e contato com o arquivo pessoal de Olga, percebi uma mulher dedicada à família, com forte influência do pai, principalmente com relação à literatura, engajada em questões sociais e carregada de sentimentalismo (amor, fraternidade, gratidão, paixão, saudades). Conheci uma mulher forte, bem vivida, contraditória, com um apego muito intenso as memórias detalhadas do passado, da família e da cidade.

Na graduação, a pesquisa e análise inicial da vida de Olga resultou na produção de trabalho monográfico, cujo objetivo era um ensaio biográfico ressaltando aspectos referentes à educação dada às mulheres numa cidade do interior da Bahia, nos anos de 1940-1960. O trabalho cujo título “Olga: leve como Pavlova, com muito de Benário e nada de Alaketu. Simplesmente Olga³. Uma possível construção biográfica” apenas apontou caminhos para problemas relacionados à própria Olga e ao contexto em que ela estava inserida, mas não os aprofundou.

Neste novo momento da pesquisa, percebi que a recuperação da trajetória biográfica de Olga contribui para diminuir a ideia de invisibilidade feminina, juntamente com o pressuposto de que as mulheres sempre ocuparam uma posição secundária ou inferior no interior das sociedades, da família, das organizações. Ao mesmo tempo, traça uma nova perspectiva de compreensão da política baiana, que geralmente é escrita em torno das trajetórias dos “grandes homens”. O estudo da sua trajetória, como bem apontou Mirian Goldenberg (1997, p. 349), é um dos

³ O título da pesquisa, que também é posto neste trabalho, foi retirado de uma das entrevistas realizadas em Maio de 2008. Refere-se à definição que Olga Guimarães, o objeto desta pesquisa, faz de si mesma, afirmando sua imagem de leveza, como os passos da dançarina russa Olga Pavlova, da força e principalmente do compromisso com o social como Olga Benário. Acima de tudo, com a fé de Olga de Alaketu, uma *iyalorixá* do *candomblé* baiano, embora sua crença esteja baseada no catolicismo.

caminhos possíveis, entre tantos outros também possíveis, dentro de um contexto determinado, que torna viável compreender a atuação de mulheres que percorrem caminhos contrários aos estabelecidos para as mulheres de sua geração.

As trajetórias das ativistas apontam para uma perspectiva de atuação, muitas vezes independente, ciente da sua condição de gênero, reivindica nos espaços de que faz parte, a igualdade entre homens e mulheres, centrada na luta em que acredita, na conquista de seus próprios e valorizados espaços profissionais e político (GOLDENBERG, 1997, p. 349). Olga não está à sombra de homens de grande importância, pai, marido, irmãos. Ela cria seu próprio espaço de atuação com base na observação, na aprendizagem e na experiência no seio familiar e nos lugares de movimentos e ideais que frequentou.

Diante de tais percepções, surgia uma pergunta que durante o processo de construção da pesquisa tem norteado as escolhas teóricas e metodológicas: Como formular a experiência de um indivíduo, a singularidade de uma vida, como problema de uma escrita histórica? A resposta surge da própria compreensão do conceito de trajetória no qual o indivíduo deixa de ser entendido em oposição ao social, passando a ser lido como resultado da ação de indivíduos em suas relações com outros indivíduos.

Nesse sentido, Norbert Elias aponta que ao invés de partir do princípio de que existiam classes ou grupos organizados social ou profissionalmente, e proceder a investigação destes, o historiador deveria centrar-se na trajetória de um indivíduo para, por meio desta, percorrer as relações nas quais ele se inscreve em múltiplos espaços e tempos (ELIAS, 1994). Feito isto, optar por uma escrita biográfica e a reconstrução de uma trajetória, pode ser entendida como uma possibilidade de reconstituir aspectos do passado, ordenados em uma narrativa, podendo nos oferecer outros meios para pensar questões mais gerais, relativas a relações familiares, à formação escolar-acadêmica, e a estratégias de socialização e de ação no mundo⁴.

A opção pela análise de histórias individuais explicita, antes de tudo, uma posição teórica que pressupõe que todo indivíduo ocupa um lugar em uma teia humana composta por relações, que não lhe é permitido modificar, senão dentro de certos limites. Escrever um trabalho biográfico é, desse modo, pensar essas relações que envolvem os indivíduos, desde o momento do nascimento e através das quais eles se colocam no mundo (ELIAS, 1997).

Certas perguntas que eu me fazia sobre a vida de Olga imprimia ao projeto um formato biográfico, mas a formulação e defesa da dissertação como biografia ainda era uma escolha

⁴ Jacques Revel associou esse tipo de estratégia analítica à renovação da história social. In: REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

conflitante. A historiografia, durante muito tempo, não viu com bons olhos as narrativas biográficas, associada, muitas vezes, a um símbolo da História Tradicional, mais interessada na cronologia que nas estruturas, mais nos “grandes homens” que nas massas, e por isso relegada ao esquecimento e descrédito (LORIGA, 1998). Não pretendo aqui traçar a longa discussão a esse respeito nem tampouco negar a difusa produção historiográfica brasileira a partir de narrativas biográficas, apenas anseio apontar para o tipo de biografia que pretendo, que não diz respeito à enraizada pelos *Annales*, nem a criticada por Pierre Bourdieu, para quem a biografia deixa de ser a história de uma pessoa singular para se tornar a de um indivíduo representativo de um grupo. Trata-se de outro regime de escrita biográfica, inserida no movimento de ressignificação do gênero.

A pretensão é por uma escrita biográfica instituída a partir do contexto de retorno e constituição de um novo tipo de história política, que dá voz ao indivíduo na história, através de uma valorização da ação e dos atores, que possibilita entender o florescimento contemporâneo da escrita biográfica como forma de conhecimento histórico (LEVILLAIM, 2003). Um gênero biográfico reformado e diferente, que tem por objetivo, como bem defende Sabina Loriga (1998), analisar o homem comum em sua multiplicidade, incoerente e conflituoso, como forma de escapar a uma concepção cerceadora das vontades individuais. Uma tentativa de, através do personagem, fazer emergir as grandes questões da política, da sociedade, da vida familiar do período abordado.

O que interessa é acompanhar os passos de uma trajetória singular que suscita inquietações, dúvidas e incertezas que também possam interessar a todos os preocupados com os problemas e a relevância da pesquisa e da escrita histórica. Mais do que “revelações bombásticas” (BISSO, 2009, p. 24-25), ou trazer à tona aspectos desconhecidos de Olga, pretende-se sugerir respostas para questões como a estrutura da educação familiar versus educação social, a pluralidade de grupos e instituições tradicionalmente vistos como homogêneos, as margens de liberdade disponíveis às pessoas em diferentes épocas, bem como outros aspectos.

Cabe ressaltar que estou atenta a aspectos próprios da escrita biográfica, tais como a compreensão de que não há como reproduzir a totalidade de um indivíduo, um todo coerente, como um fio único, a dita ilusão da coerência perfeita como bem apontou Bourdieu (1998). Bem como que texto biográfico não se trata de uma obra ficcional, caso haja lacunas documentais não há anseio de recorrer à imaginação e não se pretende tornar a fala do biografado uma referência de verdade, pois tratando-se da objetividade histórica, não há um interesse por verdades absolutas, mas por um discurso que se aproxime do real a fim de alcançar sua objetividade a

partir da acumulação das verdades relativas produzidas pelas diversas interpretações e construções dos historiadores⁵.

Além disso, estarei atenta para o fato de não cair na armadilha tentadora, porém ingênua, de me colocar como observadora imparcial dos fatos, imparcial não no sentido de sacrifício da verdade em prol de considerações particulares. Mas uma biografia que não tem a pretensão de restituir cada coisa ao seu lugar, mas de abandonar a ideia de que restituiria ao final a verdade. E que, ao me dispor de fontes variadas, não há nenhum objetivo de confronto dos fatos relatados por Olga Guimarães, apenas acrescentar e enriquecer a pesquisa com uma gama variada de informações que tais fontes podem fornecer, a fim de uma análise e apreensão dos fatos mais próximo do real.

A análise das memórias da biografada será a âncora da pesquisa. As lembranças e memórias de Olga é, ao mesmo tempo, algo particular, que constitui a sua subjetividade, e está também vinculada à memória social (POLLAK, 1989), familiar e ao grupo do qual faz parte. Ecléa Bosi, ao propor uma pesquisa na qual consiste em “colher memória de velhos”⁶, deixa claro como a essência de um determinado período ou lugar pode emergir por meio de relatos individuais. Segundo Bosi (1994), a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. Assim, a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda, ativa, penetrante e invasora.

A História Oral surge como importante projeto para o resgate e valorização das memórias do objeto de pesquisa, pelo fato de Olga estar viva, disposta a contribuir com o trabalho e muito lúcida, com relação às lembranças do passado. Bem como por entender que através do oral se pode apreender as razões de uma decisão, descobrir o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis, que se pode penetrar no mundo do imaginário e do simbólico, que é, tanto motor e criador da história, quanto o universo racional (JOUTARD, 2000, p. 33-34). Sem querer desconsiderar suas limitações e outras fontes históricas, a história oral aqui é entendida como um método que possibilita uma melhor interpretação sobre o

⁵ Sobre Objetividade e Subjetividade na História, recomendo a leitura das análises de Paul Ricoeur - cf. RICOEUR, Paul. *Objetividade e subjetividade na história*. In: RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 23-4.

⁶ Diz respeito a sua obra *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. cf. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

processo histórico no qual se pretende debruçar. O que muitas vezes, só é possível conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam na época em análise.

Por fim, cabe observar que a historiografia recente tem revelado que as pesquisas sobre mulheres e as relações de gênero tem sido um campo inesgotável para a compreensão das tramas de poder que permeiam simbólica, discursiva e materialmente as sociedades. Tais pesquisas contribuíram para evidenciar o papel da mulher nos diferentes circuitos da vida social, inclusive no âmbito da política (FERREIRA, 2001). A velha ideia de que em sociedades de modelo patriarcal, onde o poder e a atuação na esfera pública eram reservados ao homem, enquanto a mulher deveria permanecer nos limites do lar, ou seja, na esfera privada, foi aos poucos sendo superada pela historiografia.

O aparente destino das mulheres, isto é, a condição de domesticidade, subordinação e silenciamento sustentada pelos papéis de esposa, mãe e mestra foi, em muitos casos, revisto e repensado pela produção historiográfica, fazendo emergir outros fazeres e propiciando novas leituras de práticas cotidianas desses sujeitos históricos.

Observa-se que a maioria desses estudos, trata, em geral, apenas de questões relacionadas às mulheres e aos homens nas grandes cidades, não havendo ainda expressivas produções sobre estes nas pequenas cidades. Tal fato leva-nos a perceber a importância de um estudo para analisar e ampliar tais discussões acerca das relações que se estabelecem no âmbito familiar, social e da política, em uma cidade do interior da Bahia, tendo como recorte principal a vida de Olga Guimarães, enfocando sua infância, a relação com seus pais, com a educação e a literatura e com a vida política.

Justificativa

Trata-se de uma contribuição acerca da construção da consciência política de uma mulher, entre os anos de 1949-1961, na cidade de Itaberaba-Bahia, a partir da reconstrução biográfica da vida da poeta e professora Olga Guimarães. Analisando aspectos como sua formação familiar e educacional, a construção de uma identidade enquanto poeta e educadora, o contexto socioeconômico e político no qual estava inserida, para uma consequente compreensão de como uma mulher, professora, no interior da Bahia, tenha se constituído como uma figura política.

A trajetória de vida de Olga Guimaraes se insere em épocas distintas e com especificidades próprias. Sua infância, juventude, formação intelectual e iniciação em movimentos diversos, se dá pós 1949. Período também de profundas transformações na cidade de Itaberaba e

em sua estrutura política. É certo que sua trajetória é bastante extensa e densa, multifacetada, que compreende atuações em esferas distintas dependendo do momento. Por isso, justifica-se o recorte temporal e o foco em aspecto num tempo específico de sua vida, a juventude. Além disso, é uma década politicamente conturbada, entre o Estado Novo e a Ditadura militar e que pode nos revelar aspectos bastantes relevantes relacionados a política municipal. No entanto, a efetiva participação de Olga Guimarães na Câmara Municipal ocorreu apenas em fins dos anos 80 e 90, período pós ditadura militar e início da reabertura democrática no país. Esses aspectos relacionados a sua atuação nesse cenário político municipal será analisado em um trabalho futuro.

Olga revela muito sobre a sociedade Itaberabense, especificamente pós década de 40, quanto à formação e posição da mulher, bem como seus valores e posturas. Revela uma Itaberaba como uma cidade de valores e papéis definidos para homem e mulher, no qual cabia ao homem funções de sustento e provisão do lar, e à mulher os cuidados com a casa e como extensão a dedicação ao magistério. Este discurso em voga fosse o de que a educação aprimoraria na mulher seus atributos supostamente “naturais”, o acesso à educação representou o primeiro passo, de um processo de emancipação, que atingiu seu ápice, no final do século XX. Contudo, não podemos nos esquecer de que “na realidade, o fim último da educação era preparar a mulher para elevar seu nível de atuação no espaço doméstico, no cuidado do marido e filhos, não se cogitando que pudesse desempenhar, efetivamente, uma profissão assalariada (ALMEIDA, 1998).

A tarefa de investigar os diferentes papéis assumidos pelas personagens femininas, em um mundo onde o poder masculino encontrava-se plenamente estabelecido, implica compreender as percepções que as mulheres tinham do seu tempo e do seu espaço e como se posicionavam no mundo. Segundo Márcia Barreiros (1997), o direito a uma participação social ampla e a um exercício mais livre da cidadania constituem a motivação e, ao mesmo tempo, a fonte de inspiração dos estudos feministas. Estes vêm refletindo cada vez mais sobre o nosso presente, ainda tão desafiador para as mulheres.

Assim, acredito que a maior novidade desta pesquisa parte de dois aspectos, a saber: a notável relevância social e política deste tema – mulher e política local – para se compreender o cenário político baiano no período em questão – 1949-1961 e o ineditismo da proposta. Observamos que, até o momento, a trajetória de Olga Guimarães não foi estudada, tampouco a participação feminina no campo político baiano local. Há uma vasta bibliografia produzida sobre as desigualdades de gênero no legislativo brasileiro, contudo, há pouquíssimas obras dedicadas as reflexões sobre tanto a presença das mulheres no poder político formal, bem como e sobretudo, o processo de formação dessas mulheres como ser político, da construção da sensibilidade política, com base nas suas próprias trajetórias de vida.

Segundo Ana Alice Alcântara (1998) a temática da participação política da mulher é também a área menos desenvolvida nos estudos feministas. Ratificando que este se constitui, ainda na contemporaneidade, como um espaço pouco problematizado, dentro e fora da academia, no que tange às disputas pelos espaços de poder institucional. Quanto à construção da sensibilidade política, este índice diminui consideravelmente. As pesquisas nesse sentido se tornam reducionistas e generalizantes, por explicar o interesse da mulher pela política, a partir de duas conclusões, a saber: são mulheres que foram introduzidas neste mundo por um homem importante em suas vidas (pai, companheiro, marido ou irmãos) ou que é muito difundido pelo movimento feminista e pela psicanálise, que tais militantes foram formadas nas bases ou na direção de sindicatos e partidos e motivaram sua participação política por uma questão de igualdade de gênero (GOLDENBERG, 1997). Olga não se enquadra nessas perspectivas de análise.

A proposta desta pesquisa insere-se no contexto de discussão sobre a mulher e o desenvolvimento do ser político num município interiorano. O objeto deste trabalho, Olga Guimarães, com sua trajetória de vida, contempla alguns problemas históricos concernentes à educação dada as mulheres no interior da Bahia, as relações de gênero que ainda se processam no seio familiar, as relações políticas no âmbito do local e regional, as especificidades das legendas partidárias locais, a importância e influência da família na formação do indivíduo e de que forma e por que uma mulher pode ter interesse pelo mundo político.

Contudo, nesta pesquisa a narrativa se concentrará no cotidiano da construção da consciência política de Olga Guimarães, entre os anos da sua juventude, 1949-1961, a fim de apontar caminhos para a compreensão de como a trajetória de Olga a leva à atuação política, posicionando-se e opinando perante assuntos políticos locais. Considerando a importante contribuição de Certeau (1994), do que ele chama de “invenções cotidianas”, analiso os espaços, lugares, grupos, a convivência com a família, na escola, nas agremiações e na farmácia de seu pai, como paisagens de transição que serão importantes para responder ao problema da pesquisa e será conceituado aqui como a política difusa.

A historiografia que trata sobre a inserção da mulher na política baiana ainda é muito reduzida, onde se destaca Alcântara (1998), que empreendeu um trabalho precursor em “As donas no poder: mulher e política na Bahia.” sobre a participação da mulher baiana nas esferas do poder local. Ana Alice Alcântara conclui que, após traçar a trajetória de inserção da mulher na esfera pública, pôde perceber que, no geral, as mulheres atuantes no poder local não chegam aos cargos do executivo ou legislativo municipal, a partir da trajetória de militância política própria. Seu acesso à esfera pública é fruto de compromissos e de acordos políticos-domésticos e de um

contexto mais amplo de dominação político-econômico com bases patriarcais. Mais recentemente, diz a autora, a apropriação do conceito de cidadania e a progressiva participação em movimento de cunhos femininas, por luta de igualdade de gênero, pode ter proporcionado a crescente inserção da mulher na política.

Em oposição a esta perspectiva de abordagem, encontramos o trabalho realizado por Janaína Amado (2010), na obra “Jacinta Passos: coração militante”, que apresenta a coletânea da obra poética de Jacinta, bem como um resgate de sua trajetória. Para isso, a autora percorre na narrativa os caminhos e lugares por onde Jacinta transitou, desde a Bahia do início do século XX, à agitada cidade de São Paulo, em meados dos anos 1940, à fervilhante Rio de Janeiro e, a partir de 1951, a violência extrema dos diversos internamentos sanatórios. Seu objetivo é resgatar a trajetória da existência atribulada da sua mãe, Jacinta, trajetória esta que, desde a sua morte, ficaram esquecidas.

A multifacetada e conturbada trajetória de vida de Jacinta Passos é reconstruída por Janaína Amado, costurada a aspectos sociais, contexto no qual estava inserida, apontando para uma construção biográfica focada no objeto e que dele emergem múltiplos aspectos da História do Brasil e da Bahia. A partir de sua história de vida, pode-se entender e dá luz a outras muitas histórias de mulheres anônimas, no interior de Bahia, no Brasil, que se observadas nas suas especificidades e não enquadradas a modelos explicativos prontos, podem constituir em ricos objetos históricos. Além disso, Janaina Amado mostra que é possível dar uma valiosa contribuição a historiografia a partir da escrita biográfica associada ao uso da fonte oral, sobre a trajetória autônoma de uma mulher imersa em uma sociedade machista.

Os trabalhos acima citados dizem respeito a historiadoras que abordam a temática mulher e a atuação pública em diferentes perspectivas. Tais trabalhos são de grande importância porque lançam a historiografia à mulher baiana e suas diversas atuações. Contudo, o que se percebe, a exemplo do trabalho de Alice Alcântara é que suas conclusões não dão conta de abarcar o objeto estudado por Janaína Amado e nem responde às perguntas sobre Olga.

A proposta deste trabalho se enquadra na perspectiva de compreensão do indivíduo dentro das suas fragilidades e humanidades, fragmentada e lacunar, assim como a existência. Tal proposta pode suscitar novas respostas às perguntas feitas por Alice Alcântara sobre o caminho que percorrem a mulher até chegar a um cargo eletivo. O que indica que as conclusões da mesma, por não abranger todos os casos, torna-se passivo de ampliação e renovação. Olga pode não ser uma exceção, mas mais um exemplo de falta de visibilidade. Quantas Olgas ainda faltam ser ouvidas? Quantas Jacintas foram enterradas junto com sua história?

Na intenção de dar importância às questões que tocam mais diretamente os indivíduos, o local ganha um destaque maior. Assim, esse recorte para o individual circunscreve a pesquisa numa perspectiva da História Local⁷. Refiro-me à região como um recorte da espacialidade que expressa uma particularidade dentro de uma totalidade com a qual se articula, estando implícita a recusa dos determinismos ainda presentes na história generalista que vê o regional e o local como reflexos do nacional. Uma abordagem que entende, como afirma Amado, a historiografia local como possibilidade de apresentar o concreto, o cotidiano, o ser humano historicamente determinado, de fazer a ponte entre o individual e o social (AMADO, 1990, p. 13).

A sociedade na qual Olga estava inserida será também analisada na perspectiva do cotidiano de atuação e vivência da mesma. Acrescentarei informações históricas do lugar para que Olga pudesse ser compreendida dentro da época em que se desenvolve, da infância à juventude principalmente, e diversas situações sociais e políticas daquele momento. Para entender a construção do ser político é necessário compreender o panorama político local que Olga vivenciava.

O município de Itaberaba, entre 1949 a 1961, estava nitidamente dividido entre dois partidos políticos, assim como no Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN)⁸. A família Guimarães, bastante atuante nas discussões políticas, transitavam entre grupos diferentes com base nas propostas que defendiam e que estavam mais de acordo aos interesses da família. Figura bastante conhecida e respeitada na cidade, o pai de Olga, Nelson Guimarães, concentrava em sua função de farmacêutico prático tanto práticas do ofício, quanto a oportunidade de ouvir e dar opiniões políticas. A farmácia Saraiva, de propriedade de Nelson, torna-se um espaço político e era ali que Olga se inteirava de tudo que se passava na cidade.

As discussões empreendidas no âmbito da Câmara Municipal e no espaço da farmácia Saraiva trazem informações importantes para a compreensão das tramas locais e da formação política do objeto. Relevam que é no município, como afirma Victor Nunes Leal (2012, p. 122-127), que se desenvolve a vida real, esta que vê no ambiente cotidiano o lugar que se aferem serviços públicos, a centralização arbitrária, espaço de manobra de poder, de submissão

⁷ O local aqui refere-se a um espaço tomado, a princípio, como uma abrangência geograficamente restrita. Um local cujos limites espaciais não ultrapassariam os territórios de pequenos municípios, cidades, bairros ou de uma região. Nesse estudo, o local está circunscrito a um município: Itaberaba – Bahia, como já referido na apresentação.

⁸ Ângela de Castro Gomes afirma que, de 1945 a 1964, três grandes partidos marcam a cena política brasileira: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Este último não será citado com muita intensidade nesta pesquisa por não ter uma expressividade em Itaberaba. In: GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

econômica e de procedimento eleitoral falsificado e que, muitas vezes, foi paralisado pela tradição histórica que respeita o macro, o grande, o foco no poder central.

Metodologia

Farei uma análise com o uso do método biográfico, oral e uso da memória. Ressaltando de que forma esses meios podem ser utilizados na construção da trajetória de Olga Guimarães. Há muita riqueza de detalhes na memória da biografada. Olga reelabora sua vida com muita clareza, percorrendo situações, sentimentos, escolhas, vivências de forma bastante madura e lúcida, perpassada pelas pausas, risos, choro, voz embargada, pausas. Completamente consciente da tarefa à qual está exercendo e por isso mesmo completamente envolvida neste projeto. É claro que consciente de tal condição, nota-se que tais reelaborações dizem muito sobre quais aspectos devem ou não ser postos à luz e aqui reside uma das qualidades deste projeto. Entender este sujeito a partir de suas múltiplas temporalidades.

As várias historicidades em um único sujeito que volta ao passado e se vê e se relata na perspectiva do que é hoje. Martin Heidegger (1973) sugere que a temporalidade, a capacidade de uma pessoa para integrar os tempos passados, presente e futuro permite que ele ou ela se envolva no cuidado pelo seu próprio ser, isto é, preocupação ou solicitude pelo que ele significa ser ou existir. Para tanto, o biógrafo transita também por distintas temporalidades, o que implica o abandono da linearidade cronológica. Dessa forma, ganha forma o tempo contextual, o tempo familiar, o tempo interior, o tempo da memória.

Nas entrevistas orais, todos os tipos de tempos estão presentes simultaneamente. O passado contido nas memórias daquele que relata, o presente como local de processo das entrevistas e lugar de auto-interpretação e o futuro que é pensado na perspectiva de “como quero ser visto, lembrado”. Essa percepção do tempo integrado está muito forte em Olga Guimarães e, por isso, é necessária uma condução bastante atenta e consciente das entrevistas. Ao integrar esses três processos, as entrevistas de história oral são um tipo de tarefa absorvente em que se acessa a temporalidade, narrando as experiências de vida. Ao fazê-lo, as entrevistas de história oral demonstram uma poderosa forma de hermenêutica e, como tal, dão aos narradores e aos entrevistados o acesso ao cuidado pelo si ou a autenticidade ontológica (FRIEDMAN, 2014, p. 296).

Assim, objetiva-se uma análise dos relatos orais de Olga Guimarães, membros de sua família, amigos, a fim de historicizar a sua trajetória e alguns aspectos da sua vida: nascimento, família, escolhas, educação, influências, ideais, principalmente aspectos que apontam para o

consequente entendimento sobre como se deu a construção da sua sensibilidade política. Assim, opta-se pela escolha da fonte oral, a partir da análise das memórias de Olga Guimarães contidas em entrevistas gravadas (realizadas inicialmente em 2005, totalizando 5 horas de gravação e 30 laudas transcritas), a fim de perceber como se configurava a sua relação no âmbito do seio familiar e com a sociedade e os espaços dos quais fez parte na sua juventude.

Opta-se pela fonte oral, como já dito anteriormente, tanto pelo fato de Olga estar viva e bastante lúcida, disposta a colaborar com o projeto, bem como por entender que a fonte oral, abre o leque de possibilidades de análise das microações individuais que iluminará questões e/ou contextos mais amplos (REVEL, 1998, p. 11). A microanálise, ou seja, a redução na escala de observação, é um procedimento analítico necessário a um estudo biográfico. E os relatos orais serão o suporte ideal para este fim. Para além da preocupação em “dar voz aos sem voz”, ou seja, valorizar vidas invisíveis pela historiografia, a fonte oral dá interessantes e consistentes contribuições a este trabalho.

Esses depoimentos femininos se constituem em fonte privilegiada de lembranças, em que a experiência e o mundo são vistos e contados pelas próprias mulheres (MALUF, 1995, p. 80-83). E que a memória pessoal transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites do próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos a qual pertence ou pertenceu. Fragmentos que compõem identidades e fornecem vias de acesso a uma personagem multifacetada, descortinam pontos de vistas e versões testemunhais de uma identidade que escapa aos dizeres do uno e do indivisível.

Assim, há uma tentativa de proceder com uma metodologia histórica preocupada com as práticas, representações e estratégias do autor social em questão, atenta à reconstrução do contexto histórico da qual faz parte. Uma análise em que Olga Guimarães e suas peculiaridades são centrais para a compreensão de um fenômeno ou de fenômenos que se almeje analisar sobre a cidade de Itaberaba, juntamente com o desejo de contribuir para uma possível história oral de qualidade.

Corpus documental

Arquivo Público Municipal Roque Fagundes de Souza- Itaberaba- BA

Atas da Câmara Municipal de Itaberaba, Livros de Atas de 1949 a 1961

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Livro XX, Rio de Janeiro, 1958

Entrevistas com Olga Guimarães

Entrevista com Vinicius Soares de Magalhães, 14 de fevereiro de 2008

Prefeitura Municipal de Itaberaba – *Livro registro da História da cidade*, 2007

Jornal *O Itaberaba*

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: A Paixão Pelo Possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998
- AMADO, Janaína. *Jacinta Passos, coração militante: poesia, prosa, biografia, fortuna crítica*. Salvador: Edufba-Corruptio, 2010.
- _____. “História e região: reconstruindo e construindo espaços”. In: SILVA, Marcos (Coord.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990
- ASSIS, Arthur Alfaix. “Objectivity and the first law of history writing”. *Journal of the Philosophy of History*, 2016.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- BOURDIEU, Pierre. *Ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- COSTA, Ana Alice Alcântara Costa. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA -Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FERREIRA, Mary. Mulher e política no Maranhão. In: FERREIRA, Mary; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira dos (Orgs.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001.
- FRIEDMAN, Jeff. “Oral History, Hermeneutics, and Embodiment”. *The Oral History Review*, vol. 41, n. 2, 2014.
- GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 5, n. 2, jan. 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Trabalho apresentado na Palestra no I Curso de Formação e Capacitação Política, realizado na Sede do PTB. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.
- _____. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. São Paulo, Ática, 1989
- _____. “Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HEIDEGGER, Martin. “Tempo e ser”. In: *Conferências e Escritos Filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- JOUTARD, Philippe. “Desafios à história oral no século XXI”. In: *História oral: desafios para o século XXI*. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000

- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEITE, Márcia Maria da Silva B. *Educação, Cultura e Lazer das Mulheres de Elite em Salvador, 1890-1930*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1997.
- LEVILLAIM, Philippe. “Os protagonistas da biografia”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- _____. “Objetividade e subjetividade na história”. In: RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: ética e narrativa biográfica*. Conferência pronunciada no XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza, 2009.

A HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PARA A ANÁLISE DA AÇÃO PÚBLICA: O CASO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO ALTO JEQUITINHONHA MINEIRO

Dayse de Souza Leite⁹

Resumo: este trabalho é parte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural da Universidade de Brasília (PPG-MADER / UnB), que analisa a implementação de políticas públicas de conservação da biodiversidade e de desenvolvimento rural na região do Alto Jequitinhonha mineiro, tendo como foco o Parque Nacional das Sempre-Vivas (PNSV) e o Território Rural / Território da Cidadania Alto Jequitinhonha. Ao tomar como referência de análise a chamada abordagem *Bottom-up* de implementação da ação pública, a História Oral apresenta grande relevância à realização do trabalho. Isto porque ao se buscar reconstituir os processos históricos que contribuíram para a implementação das políticas, interessa-nos mais do que as normas oriundas dos decisores que integram a fase da formulação das políticas ou os documentos produzidos quando das atividades relacionadas à implementação. Consideram-se os conflitos, as resistências, as adaptações e o jogo dos atores que estiveram em curso e que conformam a ação pública na região. Assim, a atenção às vozes dos atores que executam as políticas, a chamada burocracia do nível de rua, bem como dos demais atores que estão relacionados à execução das ações toma um espaço importante no levantamento destes dados, o que constitui uma importante fonte para o trabalho.

Palavras-chave: PNSV, Alto Jequitinhonha, Biodiversidade.

Introdução

O PNSV, criado o PNSV por meio do Decreto s/nº, de 13 de dezembro de 2002, ocupa uma área de 124.154,47 hectares e está localizado na Serra do Espinhaço, cadeia montanhosa localizada no planalto Atlântico, que se estende pelos estados de Minas Gerais e Bahia, possuindo influência dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. No caso do PNSV, ocorre o domínio do Cerrado, sendo que em sua composição incluem mata densa de fundo de vale, campos rupestres de altitude e uma grande concentração de nascentes, entre elas importantes afluentes do Rio Jequitinhonha. O PNSV, cuja gestão atual da Unidade é de competência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), é uma das Unidades de Conservação (UC) existentes dentro da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço RBSE). Abrange os municípios mineiros de Olhos D'Água, Bocaiúva, Buenópolis e Diamantina. De acordo com a divisão regional do Brasil, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos municípios incluídos no perímetro do Parque, os dois primeiros integram

⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente em Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da professora Dr^a Regina Coelly Fernandes Saraiva e co-orientação do professor Dr. Stéphane Gérard Emile Guéneau. Analista Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Pesquisa financiada pelo Decanato de Pós-Graduação (DPG) da UnB. E-mail: dayse.historia@hotmail.com.

a Mesorregião do Norte de Minas, Buenópolis a Mesorregião Central Mineira e Diamantina a Mesorregião do Jequitinhonha.

Na região onde o PNSV está inserido, ocorreram delimitações do território também com a finalidade de desenvolver políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural. Por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), instituído em 2003 pelo Governo Federal, foram criados os chamados Territórios Rurais na região. Trata-se do Território Rural (TR) Alto Jequitinhonha, criado em 2003 e priorizado em 2008, para ser incorporado ao Programa Territórios da Cidadania (PTC), transformando-se em Território da Cidadania (TC) Alto Jequitinhonha, e do TC Sertão de Minas, sendo que todos os municípios que abrangem o PNSV integram estes territórios. Diamantina está inserida no Território Alto Jequitinhonha, que ocupa uma área de 19.578,30 Km², e é composto por 20 municípios, enquanto que Bocaiúva, Buenópolis e Olhos D'Água estão inseridos no Território Sertão de Minas, que abrange uma área de 24.288,10 Km² e é composto por 17 municípios.

Para este trabalho, tomaremos como referência apenas a área do PNSV que está inserida no município de Diamantina, considerando, assim, o Território Alto Jequitinhonha como recorte de estudo da política de desenvolvimento rural. A definição deste território para estudo parte da constatação de que muitas das questões que envolvem o PNSV se expressam de forma mais intensa no território onde se encontra o município de Diamantina, por exemplo, a existência dos territórios quilombolas e a demanda por recategorização da UC. De toda a forma, pode-se falar que ocorre uma sobreposição de territórios, considerando as diferenciações conceituais já mencionadas: o território enquanto categoria de ordenamento espacial, expresso no PNSV, está sobreposto ao território enquanto categoria de indução de política pública, expresso nos territórios Alto Jequitinhonha e Sertão de Minas.

O Parque se enquadra na categoria de território enquanto ordenamento espacial, uma vez que se trata de um território concreto, ocorrendo delimitação no espaço físico. Aí também estão os territórios historicamente estabelecidos que existem no entorno do PNSV e que são habitados tradicionalmente por diversas comunidades, como é o caso dos territórios quilombolas e das localidades onde os pequenos posseiros desenvolvem tradicionalmente atividades agrícolas e pecuárias, garimpo artesanal e extrativismo vegetal, principalmente das flores conhecidas popularmente como sempre-vivas. Já o caso dos territórios beneficiários das políticas públicas de desenvolvimento rural, como é o caso do Território da Cidadania Alto Jequitinhonha, se enquadram na categoria de território para indução de política pública.

No que se refere ao recorte temporal, o foco da análise perpassa os anos que vão de 2000 a 2017, o que compreende a criação do TR Alto Jequitinhonha e posterior priorização para ser incorporado ao PTC, criando o TC Alto Jequitinhonha, e seu processo de implementação, bem como as ações de criação e implantação do PNSV, com ênfase no pós 2007.

Para este trabalho interessa-nos particularmente discutir o papel das entrevistas como fonte para a produção do conhecimento sobre a implementação das políticas públicas na região em estudo. Por meio delas, busca-se obter informações que permitam averiguar a existência de possíveis interações entre o instrumento da política de conservação (PNSV) e o instrumento da política de desenvolvimento rural (TR/TC Alto Jequitinhonha) e se estas colaboram para a indução de um desenvolvimento sustentável ao nível territorial.

Neste sentido, as entrevistas apresentam grande relevância à realização do trabalho. Isto porque ao se buscar reconstituir os processos históricos que contribuíram para a implementação das políticas, interessa-nos mais do que as normas oriundas dos decisores que integram a fase da formulação das políticas ou os documentos produzidos, quando das atividades relacionadas à implementação. Consideram-se os conflitos, as resistências, as adaptações e o jogo dos atores que estiveram em curso e que conformam a ação pública na região. Assim, a atenção às vozes dos atores que executam as políticas, a chamada burocracia do nível de rua, bem como dos demais atores que estão relacionados à execução das ações, toma um espaço importante no levantamento destes dados, o que constitui uma importante fonte para o trabalho. É fato que nem todos esses dados são encontrados nos documentos produzidos pelas diversas instituições e atores que compõem o processo de implementação dos instrumentos.

É preciso salientar que o interesse mais amplo em abordar a questão da conservação junto ao desenvolvimento rural parte da constatação de que um significativo número de UCs está localizado em áreas rurais, sendo que, “a partir de 1979 a interiorização se tornou um princípio orientador da política de criação de UCs federais, tendo deslocado da zona costeira para o interior, em termos da geografia física, e das regiões urbano-metropolitanas para as áreas rurais e de fronteira, em termos de geografia humana e econômica (DRUMMOND, FRANCO e OLIVEIRA, 2011, p. 362-363).

Isto aponta para a complexidade da questão e para a necessidade de se implementar políticas públicas de conservação, considerando as dimensões social, econômica e política presente nos territórios, bem como as possibilidades de integração entre as políticas, de modo que as necessidades de reprodução cultural, social e econômica das comunidades envolvidas sejam contempladas e as UCs não fiquem alheias ao contexto rural.

Devido ao curto espaço disponível, este texto não aprofundará nos aspectos relacionados às categorias analíticas do trabalho, apresentando-as apenas de maneira geral. Em seguida será apresentado como se deu o uso das entrevistas para a construção do trabalho, contemplando também os procedimentos adotados anteriormente à elaboração dos roteiros de entrevistas. Em seguida serão apresentados os resultados da pesquisa, considerando levantamentos acerca da dimensão histórica concernente à implementação das políticas concernentes ao Território Alto Jequitinhonha e ao PNSV, bem como será feita uma breve análise à luz das teorias que alicerçam o trabalho.

Referencial teórico e metodológico

A análise da implementação da ação pública

Acerca dos modelos de análise da implementação de políticas públicas, pode-se considerar duas abordagens, sendo que em ambas o binômio formulação-implementação são inseparáveis. A primeira, denominada como *top-down*, tem como foco analítico o processo de formulação e as normas que estruturam a formulação da política são variáveis essenciais. A segunda, chamada de abordagem *bottom-up*, se preocupa com os contextos e especificidades locais nos quais a política será implementada. Nesta, as burocracias, conhecidas também como burocracias de nível da rua¹⁰, e as condições dos espaços locais são variáveis fundamentais.

A primeira perspectiva tem como expoentes Pressman e Wildavsky (1973) e percebe a implementação apenas como prática administrativa com a finalidade de obter as metas fixadas na fase de formulação, enquanto que esta seria perpassada pela lógica da atividade política. O segundo modelo de análise tem como expoente Lipsky (1980) e contesta a lógica do primeiro no que diz respeito à influência decisiva da formulação sobre a implementação e a ideia de que quanto mais claras e precisas as determinações contidas nos planos e os resultados almejados, maior a possibilidade de êxito na implementação das políticas. O foco deste modelo analítico está nos implementadores da política e na interação que ocorre entre estes e os beneficiários das políticas públicas, bem como nas resistências que podem ocorrer por parte destes beneficiários. Parte do pressuposto que o êxito nos resultados depende da capacidade dos atores e dos recursos disponíveis, bem como da influência que os implementadores diretos exercem sobre os demais atores. Assim, o poder discricionário da burocracia responsável pela implementação é fator preponderante.

¹⁰ Para uma síntese da literatura sobre os burocratas do nível de rua, apontando as discussões existentes, em nível internacional, e no caso brasileiro, ver Lotta (2012).

Nota-se que na perspectiva da abordagem *top-down* tem-se o esvaziamento da implementação de um conteúdo político, desconsiderando a multiplicidade de atores de diferentes tipos de instituições que possuem interesses distintos, além de que os atores mudam e isto levam a mudanças nas interações, pontos de descontinuidades e necessidades de mais negociações. O entendimento de que formuladores de políticas conseguiriam controlar os processos organizacionais, políticos e tecnológicos que levam à implementação, influenciando decisivamente o processo de implementação é questionável. Neste sentido, Silva e Melo (2000) falam sobre a implementação como um jogo e salientam que,

(...) estudos de situações concretas revelam um padrão muito distinto, onde prevalece a troca, a negociação e barganha, o dissenso e a contradição quanto aos objetivos. Ao invés de controle, autoridade e legitimidade verifica-se ambiguidade de objetivos, problemas de coordenação [...], recursos limitados e informação escassa. A implementação pode ser melhor representada como um jogo entre implementadores onde papéis são negociados, os graus de adesão ao programa variam e os recursos entre atores são objetos de barganha (SILVA e MELO, 2000, p. 9).

Isto nos leva à constatação que os resultados das políticas não são tão racionalmente previsíveis, conforme as disposições contidas nos planos de ação.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo conduzido à luz da abordagem qualitativa de caráter descritivo e analítico. Foram realizadas leituras do referencial teórico-metodológico pertinente, bem como estudo das normas relacionadas às políticas em estudo. Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, foram associados à revisão de literatura relacionada à região de estudo, o levantamento e análise de fontes primárias (incluindo documentos oficiais como atas de reunião, relatórios, recomendações, processos, planos etc.), o levantamento e análise de dados primários (o que contempla, entre outros, dados do IBGE), o levantamento de notícias veiculadas em diversas fontes de informação e a realização de trabalho de campo por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e observação sistemática.

Por meio de pesquisa exploratória, identificamos a existência de conflitos que dificultavam a implantação do PNSV, bem como os processos de mobilização dos atores contrários no sentido de lutarem, por exemplo, pela redefinição de limites e pela recategorização da UC. De posse desses dados, buscamos conhecer e delimitar os conflitos à luz das tipologias relacionadas aos níveis de gravidade: conflito percebido ou latente, conflito experienciado ou velado e conflito manifesto ou aberto. Nesta etapa, distinguimos também os atores que

influenciavam no processo de implantação do PNSV, notadamente os membros do Conselho Consultivo (Convivas) e as entidades e atores que fazem algum tipo de objeção.

Também identificamos os projetos implementados com recursos oriundos do Pronat e do PTC no Alto Jequitinhonha, bem como os municípios mais e os menos beneficiados com recursos e que implementaram mais projetos no âmbito da política de desenvolvimento rural. Discernimos também os municípios mais e os menos beneficiados com representações sociais nas instâncias de participação, bem como as lideranças que estiveram à frente das ações no âmbito do Colegiado Territorial do Programa.

Tudo isso nos deu condições para compreender um pouco do processo de implementação das políticas, incluindo a participação das instituições e dos atores e a questão da integração entre ações.

Em seguida, aprofundamos nos estudos históricos, nas bases de dados de instituições oficiais e nas literaturas pertinentes a fim de conhecer os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais relacionados à região de estudo.

Posteriormente, elegemos a totalidade de 22 atores a serem entrevistados de forma mais aprofundada. No caso do PNSV, selecionamos pelo menos um representante de cada segmento membro do Convivas, bem como de entidades e comunitários que contestam a implantação do Parque numa abordagem *top-down*. Além destes, foram entrevistados três servidores da UC, incluindo o gestor. No que se refere ao Colegiado Territorial do TC Alto Jequitinhonha, priorizamos os membros cujas representações estiveram ligadas aos municípios que mais se beneficiaram com a política, com exceção do município de Diamantina que, mesmo tendo recebido poucos recursos do Programa, teve atores entrevistados, uma vez que é o único município do Território que abriga um Parque Nacional.

Em linhas gerais, desconsiderando aqui as variações do roteiro para membro de cada segmento entrevistado, as entrevistas foram divididas em três blocos que arguíam sobre os seguintes aspectos: 1) a formação e experiência dos entrevistados em trabalhos relacionados às políticas de conservação e desenvolvimento rural, incluindo a participação em atividades colegiadas, sindicais e em movimentos sociais; 2) o processo de criação e implementação das políticas, considerando a participação das comunidades, os impactos, as tensões, as contestações, os conflitos, as alianças e as adaptações; e, 3) a interação entre as políticas públicas na fase de implementação e a relação do entrevistado com cada uma delas.

As entrevistas foram transcritas em sua totalidade, por meio do uso do software *Express Scribe*, que conta com controle completo de reprodução do arquivo, já que ele possui uma função

que permite aumentar e diminuir a velocidade do arquivo sonoro no ato da transcrição, mantendo a qualidade do áudio. Isto facilita o processo de transcrição já que dispensa pausar por muitas vezes o áudio, sendo necessário apenas ajustar a configuração para a velocidade compatível e fazer a transcrição.

O Quadro 1 apresenta a relação de pessoas entrevistadas organizadas de acordo com o instrumento de política pública, o setor a que estão vinculadas e a respectiva representação relacionada aos instrumentos das políticas públicas estudadas.

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA	NÚMERO DE ENTREVISTADOS	SETOR	REPRESENTAÇÃO	CARGO / FUNÇÃO
Território Rural / Território da Cidadania Alto Jequitinhonha	2	Órgão Público de Pesquisa Estadual	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig)	Gerente e Técnico
	1	Prefeitura Municipal	Prefeitura Municipal de Carbonita	Coordenadora
	1	Associação Produtiva Agropecuária	Centro de Agricultura Alternativa (CAV) Vicente Nica	Liderança
	1	Órgão Público Estadual	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas	Articulador Territorial
	1	Representantes de Redes (sociais, de governança, de mulheres, agroecológicas etc)	Representante da Agricultura Familiar - Diamantina	Produtor Rural
	1	Órgão Público Estadual	Unidade Regional de Diamantina da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais	Gerente
Parque Nacional das Sempre-Vivas	1	Órgãos Públicos Ambientais	ICMBio	Chefe do PNSV
	2	Órgãos Públicos Ambientais	ICMBio	Analistas Ambientais
	2	Instituições de Ensino e Pesquisa	UFVJM	Docentes de Ciências Biológicas e membros do Convivas
	1	Setor Colegiado	Associação de Artesãos Sempre Viva Galheiros	Artesão e membro do Convivas
	1	Instituições de Ensino e Pesquisa	UFMG	Docente do Departamento de Geografia, Diretora do Instituto Casa da Glória (Instituto de Geociências) e membro do Convivas

Continua

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Continuação

INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA	NÚMERO DE ENTREVISTADOS	SETOR	REPRESENTAÇÃO	CARGO / FUNÇÃO
Parque Nacional das Sempre-Vivas	1	Órgãos Públicos Ambientais	Prefeitura Municipal de Diamantina / Secretaria de Meio Ambiente	Engenheira Florestal e membro do Convivas
	1	Setor Turístico	Naturalmentes Parkour	Presidente e membro do Convivas
	1	Comunidades Tradicionais e Agroextrativistas	Associação Arte Flores da Comunidade de Macacos – Distrito de São João da Chapada – Diamantina	Liderança e membro do Convivas
	1	Comunidades Tradicionais e Agroextrativistas	Associação dos Agricultores Familiares Quilombola de Vargem do Inhaí – Distrito de Inhaí - Diamantina	Liderança e membro do Convivas
	1	Setor Empresarial	Fazenda Álamo	Gerente da Fazenda e membro do Convivas
	1	Instituições de Ensino e Pesquisa	UFVJM	Assessoria técnico-política à Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex)
	1	Movimento Social	Base comunitária	Representante da Comissão de Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex)
	1	Poder Legislativo Municipal	Câmara dos Vereadores	Vereador, apoiador das articulações para criação do PNSV e morador do Distrito de Inhaí em Diamantina (um dos locais atingidos pela UC)
TOTAL			22	

Fonte: elaboração própria

De posse de todo esse material, foi possível proceder à análise da implementação das políticas na região à luz das teorias que alicerçam o trabalho.

Resultados e discussão

PNSV: antecedentes e o contexto da ação pública no território

Em termos históricos, o território onde está inserido o PNSV teve sua ocupação histórica marcada pela mineração do ouro e, de forma mais expressiva, de diamante no século XVIII. Apesar de o Parque incluir quatro municípios, sabe-se que a extração de diamantes à época era mais intensa na região onde hoje é o município de Diamantina, embora toda a região esteve envolvida no negócio da mineração. Assim, quando as atividades não eram diretamente o garimpo, elas se relacionavam ao fornecimento de alimentos para o garimpo, seja por meio do cultivo próprio, seja como entreposto comercial, sendo que eram intensos o trânsito de tropas em direção à Diamantina, bem como de comerciantes. Ou seja, o atual município de Diamantina se destacava na região onde hoje se encontra o Parque¹¹.

Martins (2016) constata que o caso de Diamantina se caracterizou por: 1) isolamento na produção de mercadoria exportável de alto valor, uma vez que os municípios vizinhos se dedicavam aos gêneros de abastecimento interno; 2) mineração como obstáculo à formação do mercado de trabalho regional (predomínio do trabalhador livre nacional nas lavras com relação de trabalho não assalariado que o deixava a maior parte do ano sem acesso a dinheiro e que estimulava, no período de paralisação do garimpo, a transformação temporária de muitos mineradores em camponeses); e, 3) monetização limitada das transações (os trabalhadores – que conservaram a posse de meios rústicos de produção e acesso à terra – estavam dispersos em numerosos povoados, distantes entre si, mal ligados por vias de transporte e comunicação, o que impediu a constituição de um mercado de consumo de massas, uma vez que o garimpeiro, o vaqueiro e o camponês, trabalhadores típicos do Norte de Minas, conservaram estratégias de sobrevivência pouco dependentes, seja do mercado de consumo, seja do mercado de trabalho.

Na segunda metade do século XX, estudos históricos apontam para uma situação de estagnação econômica da região, sendo que houve uma dilatação dos problemas econômicos e sociais. É importante salientar que esta situação de estagnação vai além do município de Diamantina, perpassando a região do Vale do Jequitinhonha e se estendendo até o Norte de Minas. Lopes e Martins (2011) destacam, por exemplo, a persistência de transportes arcaicos no cotidiano da região, bem como seu isolamento em relação às regiões mais dinâmicas da economia

¹¹ Sobre os aspectos econômicos e populacionais da região nos séculos XVIII, ver Furtado (s.d.), Lima Júnior (1945), Fragoso (1992), Martins (2016).

mineira¹² que pode ser explicado por dois fatores: o abandono da região por sucessivos governos mineiros, a partir dos anos 1920, que passam a concentrar esforços e recursos na industrialização da área central de Minas Gerais (Zona Metalúrgica) e a própria dinâmica da economia regional, com foco na economia mineral (diamante e ouro) e com quase nenhum destaque para a agricultura, o que acaba por não necessitar de infra estruturas como boas estradas e meios modernos de transporte.

Matos (2000) destaca que o Alto Jequitinhonha, bem como o Baixo e Médio, tornaram-se áreas economicamente estagnadas e expulsoras de população. Um aspecto importante no que diz respeito às políticas do Estado é que na década de 1970 a região foi alvo de diversas iniciativas governamentais, incluindo incentivos fiscais. As atividades que mais receberam estímulos foram as agropecuárias, principalmente a cultura do café e a silvicultura do eucalipto. Contudo, tais iniciativas mais beneficiaram as grandes empresas rurais em detrimento das pequenas propriedades, deixadas em último plano com programas bem mais modestos.

Tudo isto compõe o quadro mais amplo que fez com que no início dos anos 2000 a região fosse alvo de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento rural de enfoque territorial, com a criação no ano de 2003 do TR Alto Jequitinhonha que, em 2008, foi priorizado à TC, cuja finalidade foi superar a condição de pobreza e estagnação econômica.

Conforme a estruturação do PTC, ele deveria ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do país. Chama a atenção para o escopo deste trabalho os objetivos que dizem respeito principalmente à redução de desigualdades, à integração de políticas públicas e a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, o que evidencia que os locais que foram beneficiários deste Programa apresentam contextos socioeconômicos em situação de atenção.

Por outro lado, paralelo à existência de um contexto de estagnação econômica na região, foi criado o PNSV, categoria de UC integrante do grupo de Proteção Integral. De acordo com o Plano de Manejo, a justificativa partiu da necessidade de cumprimento de diretriz de governo no sentido de ampliar os níveis de proteção dos grandes biomas nacionais, por meio da criação e ampliação de UCs. Além disso, a região do Maciço do Espinhaço possui importância biológica relacionada ao alto nível de endemismo e à existência de grandes áreas naturais relativamente conservadas.

¹² Sobre as políticas governamentais mineiras de desenvolvimento e seus efeitos, ver Dulci (1999).

De acordo com o Plano de Manejo (2016, p. 20), a iniciativa de criação de um PARNA na região teria partido de alguns moradores do distrito de Inhaí, em Diamantina, o que pode ser confirmada por abaixo-assinado, manifestando apoio integral à criação, e por ata de reunião de articulação realizada no início do ano de 2001. Estes dados são contestados por alguns integrantes da comunidade. Segundo uma das pessoas entrevistada:

Esta criação do parque aí foi uma trapaça. Tiveram a coragem de fazer um abaixo assinado em reunião feita em escola. Teve criança que assinou. Isto não podia ter acontecido não, menina. Como assim? Criança não tem peso neste tipo de coisa não. É menor uai. Como uma criança pode assinar um abaixo assinado pedindo pra criar um parque se ela nem sabe o que é isto, o que traz pras pessoas que moram no lugar. Isto aí é coisa pra justiça. Tá errado. Não tem validade um documento deste não (informação verbal)¹³.

Contudo, parecer técnico do Ibama de abril de 2002, além de sugerir o nome de Parque Nacional das Sempre-Vivas, com o objetivo de dar destaque à necessidade de proteção de um grupo vegetal de grande importância econômica e cultural da região, as sempre-vivas indica também que estudos para a elaboração da proposta deveriam cobrir uma área maior. A finalidade de ampliação da área originalmente proposta era contribuir para aumentar os conhecimentos sobre a região e produzir indicações de outras áreas passíveis de se tornarem um Parque Nacional, ou mesmo outra unidade de conservação na Serra do Espinhaço. Assim, são incorporadas nos limites do Parque duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), reconhecidas pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), além de expansão da UC em direção à encosta da serra no sentido oeste.

Segundo relatos de alguns moradores do entorno da UC, a proposta inicial seria de uma Unidade possuindo em torno de 50.000 hectares, sendo que a consulta no distrito de Inhaí contemplou esta dimensão. Posteriormente, o Ibama teria realizado um sobrevoo na região e proposto o aumento, que leva aos atuais 124.154,47 hectares, sendo que para isto a consulta só ocorreu via internet, o que limitou a participação dos moradores das comunidades.

Quanto às localidades existentes no entorno do PNSV, destacam-se duas comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (Quartel do Indaiá e Vargem do Inhaí), ambas localizadas no município de Diamantina e integradas por cerca de 800 residentes, segundo dados de 2011 do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Também ocupam o território agricultores familiares e “apanhadores de flores sempre-vivas”, populações tradicionais reconhecidas pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Segundo o

¹³ Entrevista concedida por TAL, Fulano de. Entrevista I. [jul. 2017]. Entrevistadora: Dayse de Souza Leite. Diamantina, 2017.

Plano de Manejo (2016, p. 22), “a coleta e comercialização de várias espécies de sempre-vivas, incluindo uma ameaçada de extinção, é uma atividade econômica importante para os moradores da região, cuja prática provavelmente remonta à década de 1930”.

É importante salientar que, embora o Parque tenha sido criado no ano de 2002, as ações mais intensas com vistas à implantação da UC ocorreram principalmente a partir de 2007, compreendendo, entre outras, práticas de fiscalização por parte da equipe gestora da UC, a instituição do Conselho Consultivo do PNSV (Convivas) em 2009 e a publicação do Plano de Manejo em 2016.

Implementação: o papel dos atores locais na relação conflito e adaptação

Ao se considerar a abordagem *bottom-up* da implementação, os interesses dos atores que estão no jogo é um dos componentes fundamentais da análise, já que a política pública em seu aspecto normativo tem um caráter prescritivo, mas que está submetido às resistências, aceitações e adequações que ocorrem no âmbito local.

O quadro 2 apresenta um panorama do processo de implementação das duas políticas no território, considerando também os interesses dos atores relacionados a cada uma delas.

Quadro 2 – Processo de implementação das políticas públicas no território e papel dos atores

Implementação das políticas	PNSV	Território Rural / Território da Cidadania
Criação	2002	2003
Iniciativa	Atores de um dos distritos circunvizinhos (alteração da extensão para outras comunidades).	Definição do governo federal, mas com acesso imediato à política por atores locais.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Preservação devido ao alto nível de endemismo (espécies de plantas de alguns gêneros da família das <i>Eriocaulaceae</i>) e à existência de grandes áreas naturais relativamente conservadas. - Proteção de nascentes. - Geração de trabalho e renda, construção de infraestrutura de estradas, comunicação, energia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania. - Fortalecer a destinação de recursos para resolver problemas de infraestrutura e apoio à produção.
Processo de implantação	<ul style="list-style-type: none"> - Tardio (ações diretas a partir de 2006). - Criação do Conselho Consultivo em 2009. - Publicação do Plano de Manejo em 2016. 	<ul style="list-style-type: none"> - Imediato. - Até 2007: Pronat; a partir de 2008: PTC. - A partir de 2011: enfraquecimento da política devido à ausência de priorização pelo governo federal, além da não aceitação pelo Território do controle excessivo da Delegacia Estadual do MDA.
Relação com comunidades / municípios	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2006: inexistente. - De 2007 a 2009: agressiva. - De 2010 a 2017: esforço de negociação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Até 2010: ativa, embora com ações distribuídas desigualmente no território. - Pós 2010: reduzida e com adesão limitada de alguns municípios (por exemplo de Diamantina).
Situação atual	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência da luta pela implantação da UC. - Resistência organizada (redefinição de limites, recategorização e elaboração de Termos de Compromisso). 	<ul style="list-style-type: none"> - Algumas estruturas em atividade. - Ausência de mobilização e desenvolvimento de novos projetos.
Integração entre políticas	Inexistente	Reduzida

Fonte: elaboração própria, a partir de fontes documentais e entrevistas.

Levantamentos realizados indicaram que a criação do PNSV desestruturou socioeconomicamente algumas comunidades que residem em seu entorno e que desenvolvem a agricultura, a pecuária, o garimpo artesanal, o extrativismo das flores etc. Soma-se a isto o fato de, conforme já mencionado neste trabalho, a região se enquadrar, já a partir de meados do século XX, em um contexto de baixo dinamismo econômico. Por restringir algumas atividades econômicas, o processo de implantação da UC acabou por gerar conflitos com algumas destas comunidades que viram comprometidas a sua reprodução cultural, social e econômica. Evidentemente, estes conflitos acabam por dificultar a implantação da Unidade.

Nos documentos consultados, constatam-se relatos de alguns representantes de comunidades que afirmam só terem tomado conhecimento acerca da criação do Parque no ano de 2007, sendo que, conforme descrito no Plano de Manejo, neste período a abordagem da gestão do Parque se deu de forma bastante autoritária. Em entrevistas realizadas, muitos afirmam ter sabido da existência do Parque quando começaram a receber as multas, sendo que muitas dessas acabaram por gerar dívidas que impactaram na realização de financiamentos para as atividades agrícolas e até mesmo o recebimento de benefícios do Governo Federal como os advindos do Programa Bolsa Família.

Embora documentos apontam ter sido os moradores residentes no Distrito de Inhaí, que participaram ativamente das articulações em torno da criação do PNSV, moradores de outras comunidades também eram partes interessadas no processo de criação, já que também praticavam o extrativismo de flores sempre-vivas e a criação extensiva de gado, consideradas pelo Plano de Manejo conflitantes com os objetivos da UC.

O conflito socioambiental entre conservação e desenvolvimento se manifesta, por exemplo, na atuação da Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas (Codecex), criada no território e cuja base são as comunidades que se sentem atingidas pela UC. Esta Comissão defende expressamente a recategorização da UC que se daria por meio da mudança para uma categoria do grupo das UC de Uso Sustentável, de forma a garantir a reprodução cultural, social e econômica das comunidades locais. Uma das propostas seria a recategorização para Reserva do Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Pode-se constatar que o conflito em torno da implementação do instrumento mobiliza diferentes atores locais, contemplando desde servidores públicos responsáveis pela execução da política, passando por movimentos sociais, comunidades, instâncias de participação e órgãos públicos. No esforço de gerir o conflito e implementar a política, adaptações vão sendo construídas alterando práticas de gestão da entidade executora o que pode vir a alterar normas e

estimular a mudança da política à nível federal (abordagem *Bottom-up*). Isto se dá por meio diálogos, acordos e compromissos entre gestor, técnicos, conselho e comunidades (base do movimento organizado), mas também resistências por parte destes atores.

O quadro 3 apresenta uma possibilidade de análise do processo de implementação da política pública de conservação, considerando o papel do conflito nos processos adaptativos que alteram as políticas de baixo para cima.

Quadro 3 – Atividades consideradas conflitantes com os objetivos do PNSV de acordo com o Plano de Manejo e processos de adaptação e resistência

ATIVIDADE	ADAPTAÇÃO (PNSV/ICMBio)	RESISTÊNCIA (Comunidades)	PASSIVO
Soltura de gado	Termo de Compromisso entre ICMBio e comunidades do entorno	- Termo de Compromisso será feito com usuários do território que não proprietários e nem posseiros? - Termo de Compromisso legitima o PNSV e pode enfraquecer a luta pela recategorização	Multas e limitações advindas
Extrativismo de flores sempre-vivas	Termo de Compromisso entre ICMBio e comunidades do entorno	Idem	Idem
Uso do fogo para manejo do gado e das sempre-vivas	Manejo Integrado do Fogo	Necessidade de especialista	Idem
Garimpo	Inexistente	Atividade artesanal e tradicionalmente realizada	Idem
Caça	Inexistente (infração ambiental)	Atividade tradicionalmente realizada	Idem

Fonte: elaboração própria.

No caso do PNSV, as demandas das comunidades se institucionalizaram por meio de dois processos instaurados no âmbito do ICMBio, sendo que um deles trata da recategorização e

revisão de limites da UC, e o outro trata da elaboração de termos de compromisso entre o ICMBio e as comunidades. Estes termos são ferramentas importantes de gestão do conflito territorial existente entre a UC e as comunidades do entorno que utilizam o território. De acordo com a Instrução Normativa ICMBio nº 26, de 04 de julho de 2012, o termo de compromisso é um instrumento de gestão e mediação de conflitos. Possui caráter transitório e é firmado entre o ICMBio e as populações tradicionais residentes em UC, onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, principalmente quando ainda não foram indenizadas. Tal instrumento visa garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos. No caso do PNSV, a construção destes termos ainda está em fase de discussão entre o ICMBio e as comunidades.

Entre as ações que objetivam gerir o conflito e implementar a política estão as do Ministério Público Federal que, em abril de 2017, expediu documento recomendando que o ICMBio avance na construção dos Termos de Compromissos, inicie os estudos necessários a instruir o processo de recategorização do Parque, a fim de que as áreas onde haja sobreposição com territórios tradicionais sejam transformadas em unidade de conservação de uso sustentável e anule os autos de infração e multas deles decorrentes, que tenham sido lavrados com o intuito de coibir as práticas extrativistas de comunidades tradicionais residentes no interior do Parque ou em seu entorno (Brasil, MPF/PRMG, 2017, p. 7-8).

Integração de políticas

No que se refere à integração de políticas públicas, constatou-se que o Plano de Manejo da UC não fez qualquer menção ao fato de os municípios abrangidos pelo Parque comporem os territórios criado pela política de desenvolvimento rural. Por outro lado, se o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Jequitinhonha menciona a existência do PNSV ao tratar da biodiversidade do território, não há qualquer identificação de ações necessárias à gestão dos conflitos que envolvem o Parque e as comunidades que residem no seu entorno.

No que tange à participação social nas instâncias implementadoras, nota-se que no Convivas não há representação oriunda do Colegiado Territorial do TR/TC, embora alguns atores relacionados à política territorial em algum momento participaram de ações no âmbito do Convivas, como, por exemplo, do Grupo de Trabalho (GT) criado para discutir a questão do conflito e da possibilidade de recategorização da UC. Já no Colegiado Territorial, as representações ligadas à conservação da biodiversidade são pouco expressivas, se limitando às

entidades estaduais. O PNSV não participa embora o Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgão central do Sistema Nacional do Meio Ambiente, integre o PTC.

Por meio das entrevistas, foi possível perceber que os atores relacionados a uma política tendem a não conhecer as ações da outra e, em muitas das vezes, sequer ter ouvido falar de sua existência na região. Neste caso, a frequência maior é de atores ligados ao PNSV que desconhecem o fato de existir na região o PTC, bem como o contexto socioeconômico que levou à sua criação.

Isto indica certa desintegração no processo de implementação destas políticas públicas na região de análise. Contudo, um aspecto é relevante na análise: a integração da política pública existiu quando da criação dos instrumentos no território. Nota-se que tanto os atores envolvidos no processo de criação do PNSV quanto do TR/TC Alto Jequitinhonha reivindicavam melhorias que perpassaram o desenvolvimento socioeconômico dos espaços em que estão inseridos. Isto é evidente quando se analisa o Território Alto Jequitinhonha, mas pode ser percebido também no caso do PNSV. Muitos dos comunitários que foram favoráveis à criação do PNSV esperavam que a sua criação levasse para a região infraestrutura como pavimentação das estradas, acesso aos sistemas de comunicação como telefonia e até mesmo a geração de trabalho, emprego e renda. Neste sentido, a abordagem cognitiva de análise de políticas públicas nos oferece um embasamento consistente para investigar as ideias e valores que influenciaram a opção dos atores pela criação de uma UC no território.

Os resultados evidenciam que a expectativa não cumprida de que a criação do Parque contribuiria para melhorar a qualidade de vida das comunidades, somada às restrições geradas pela implantação da UC, parece ter composto as motivações do conflito.

Considerações finais

A realização desse trabalho possibilita alguns aprendizados em relação aos processos de criação, implantação e gestão de UCs de Proteção Integral, bem como à implementação de políticas de desenvolvimento rural.

Entre eles está a constatação de que a implementação do PNSV e do PTR/PTC Alto Jequitinhonha não é feita a partir unicamente dos objetivos e elementos expressos nas normas destes instrumentos (abordagem *top-down*), mas de outros fatores oriundos da interação dos atores e das ideias e valores que sustentaram a criação dos instrumentos no local (abordagem *bottom-up*). As resistências, conflitos, resiliências, adaptações existentes no processo de implementação do

PNSV e do PTR/PTC Alto Jequitinhonha fazem surgir soluções que serão disputadas no nível do Estado, contribuindo para a (re) formulação das políticas públicas.

Neste sentido, as entrevistas assumiram um papel relevante no levantamento de dados que permitissem a análise a partir deste enfoque, uma vez que por meio das fontes documentais não seria possível captar todas as nuances das resistências, conflitos, adaptações, etc. que perpassam o processo de implementação.

Por fim, o trabalho sinaliza para a necessidade de integração dos instrumentos de conservação e de desenvolvimento rural, sendo que isto poderia contribuir para a minimização dos conflitos advindos com a criação de UCs, colaborando para a implementação efetiva da política.

Referências

BRASIL. *Decreto Federal N° 4.340 de 22 de agosto de 2002*. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso: 08 jul. 2016.

BRASIL. *Decreto Federal N° 6.040 de 7 de fevereiro de 2000*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso: 21 out. 2016.

BRASIL. *Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso: 01 jul. 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. *Plano de Manejo do Parque Nacional das Sempre-Vivas*. Brasília: ICMBio/MMA, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parque_Nacional_das_Sempre_Vivas.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. *Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais*. Brasília: SDT/MDA, 2005a.

_____. *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil*. Brasília: SDT/MDA, 2005b.

BRASIL. Ministério Público Federal. Grupo de Trabalho Povos e Comunidades Tradicionais. *Recomendação MPF/PRMG N° 15, de 07 de abril de 2017*. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-parque-nacional-sempre-vivas.pdf>>. Acesso: 15 ago. 2017.

CONSELHO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES TERRITORIAIS (Brasil). (2006). *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Alto Jequitinbonha*. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio005.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2016.

DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli Senna (org). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011, p. 341-385. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5444#>>. Acesso em: 01 maio 2017.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e riqueza na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Distrito Diamantino*. Disponível em <<http://www.opiniaopublica.ufmg.br/pae/apoio/distritodiamantino.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História dos Diamantes nas Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1945.

LOPES, Marcos Antônio; MARTINS, Marcos Lobato. *Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX*. História (São Paulo) v.30, n.1, p. 332-348, jan/jun 2011. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a16.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2017.

MARTINS, Marcos Lobato. *Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina Oitocentista: as fragilidades do “grande empório do Norte”*. História, Franca, v. 35, e76, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742016000100502&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 jan. 2017.

MATOS, Ralfo Edmundo S. *Populações do Vale do Jequitinbonha e movimentos migratórios*. In: IX Seminário Sobre a Economia Mineira, 2000, Diamantina, Anais... Belo Horizonte: CEDEPLAR-UFMG, 2000.

AMOR E SEXO NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Hugo Studart¹⁴

Resumo: este artigo busca tecer um diálogo entre as representações afetivas dos militantes históricos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob a liderança de Luiz Carlos Prestes; e dos militantes das organizações de vanguarda da luta armada urbana dos anos 1960/70 no Brasil; com as práticas amorosas e sexuais dos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, o PC do B, que entre 1966 e 1974 estiveram preparando a revolução armada no Sul do Estado do Pará, em episódio que entrou para a nossa História com o nome de Guerrilha do Araguaia.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia, Amor e Sexo, Luta Armada, Regime Militar, Valores Morais.

Pesavento lembra que os homens aprendem a traduzir o mundo em razão dos sentimentos. As sensibilidades seriam as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Assim, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador, a aquele objeto a capturar o passado, à própria energia da vida.

“Pensar nas sensibilidades é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e forma de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos” (PESAVENTO, 2003, p. 58-59).

Ao tecer uma análise sobre “História das Mentalidades e História Cultural”, Ronaldo Vainfas toma o pensamento de Jacques Le Goff como fio condutor para, ao fim e ao cabo, lembrar que entre as áreas temáticas permanentemente frequentadas pelos historiadores, encontram-se as “sexualidades e suas representações” (VAINFAS, 1997, p. 142). Em *Microfísica do Poder*, Foucault dedica dois capítulos inteiros aos comportamentos sexuais, “Não ao sexo rei” e “Sobre a história da sexualidade”.

“O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa “verdade” de sujeito humano. Para saber quem és, conheça teu sexo”, ensina Foucault (1979, p. 229).

¹⁴ Jornalista, historiador e professor. Graduado em Jornalismo pela Universidade de Brasília-UnB; mestre e doutor em História (2014), também pela UnB. Pesquisador associado do Núcleo de Estudos da Paz e dos Direitos Humanos do CEAM/UnB. Linha de pesquisa em Direitos Humanos e nos Estudos da Cultura (Memória e Imaginário). E-mail: studart@studart.blog.br.

Isto posto, lembro que uma das grandes curiosidades a respeito da vida cotidiana dos guerrilheiros do Araguaia diz respeito às práticas e comportamentos privados. Ou, em outras palavras, ao amor e ao sexo na guerrilha. Este tema guarda relevância no caso do objeto em questão.

Isso porque a descoberta do movimento guerrilheiro pelos militares teria relação direta com os impulsos emocionais, a formação de casais no cotidiano da floresta e, como consequência natural, a gravidez – sempre indesejada em tempos de guerra. Em outras palavras, o movimento guerrilheiro viria a ser descoberto pelos militares antes da hora, em boa parte, por conta das prisões de guerrilheiras que saíram da área em consequência da gravidez ou do aborto.

Em entrevistas com sobreviventes, eles relatam que, quando desvelam suas reminiscências aos familiares ou aos amigos, esta é uma questão quase inevitável. Em minhas pesquisas, não encontrei sobrevivente algum que conversasse abertamente sobre o tema, com naturalidade, sem restrições. Encontrei, sim, pesquisadoras que conseguiram inconfidências das ex-guerrilheiras, em conversas de mulher para mulher¹⁵. Quando o jornalista Luís Maklouf Carvalho (1998) Carvalho entrevistou a guerrilheira Regilena Carvalho, a Lena, para seu livro *Mulheres que foram à luta armada*, foi direto ao ponto. E ela, ainda que casada com o guerrilheiro Jaime, namoro desde adolescentes, casados no cartório e na Igreja, de acordo com as mais remotas tradições sociais, tratou de mudar de assunto:

“Sobre sexo, rolava?”

“Nesse período? Imagina! Não tinha tranquilidade nem para pensar nisso. Havia a tal hierarquia. Chefe é chefe. O Jaime era o chefe. Chefe é chefe. O Jaime era o chefe, e era respeitado como tal, embora tivesse gente muito mais experiente do que ele. O Cazuzza era mais experiente e tinha uma visão mais equilibrada das coisas. *‘Nós não vamos entrar de peito aberto’*. O Daniel também. São coisas relativas, porque o Cazuzza, com toda essa vivência, bateu de frente com uma tropa” (CARVALHO, 1998, p. 451).

A ética sexual comunista

Aquela virada dos anos 1970, relevante ressaltar, eram tempos de transição política, cultural, comportamental. A turma do amor livre era outra, a da contracultura, tendo os *hippies*

¹⁵ Cito a pesquisadora Myrian Luiz Alves e duas familiares de desaparecidos do Araguaia, Diva Santana e Mercedes Castro, que há 30 anos vêm conversando com ex-guerrilheiros e camponeses em busca de informações sobre seus entes queridos. Assim, acabaram criando intimidade pessoal com muitos deles e, nas conversas, acabam por trocar inconfidências pessoais, relatos que dificilmente fariam a jornalistas ou historiadores. O sexo é um desses temas, mas não o único.

como representação maior. Eles pregavam o sexo como forma de resistência política e de libertação da mulher. Os *hippies* não eram os únicos a pensar assim. Dentro do ambiente universitário, o amor livre já começava a ser o comportamento hegemônico. Ou quase. Contudo, no caso das organizações de esquerda, havia duas diferentes tendências comportamentais.

Dentro do PCB, havia certo conservadorismo no comportamento amoroso e sexual. Era uma militância de longo prazo, uma luta revolucionária por toda a vida. Os militantes ou casavam, ou mantinham uniões estáveis, em geral com mulheres não militantes. Como no caso de Luiz Carlos Prestes com dona Maria Ribeiro, uma jovem recém-separada de um camarada do partido, com quem ele nunca se casou formalmente por questão de segurança, mas com quem teve oito filhos na clandestinidade, nenhum deles registrado em nome do Líder também por questão de segurança.

Seu caso é emblemático. Todas as informações sobre Prestes que atravessam as areias do tempo convergem para um homem recatado ao extremo. Sua primeira relação sexual teria sido aos 36 anos com Olga Benário (MORAIS, 1985). Ficou preso dez anos, entre 1935 e 1945. Depois que saiu da prisão, Prestes só pensava em cuidar do partido. Quando chegou o ano de 1950, relata Jacob Gorender¹⁶, a direção do PCB estava preocupada. Não com Prestes, como pessoa. Mas com sua imagem pública como homem. Poderiam duvidar da masculinidade do Líder.

Foi então que decidiram armar uma situação. O partido tinha voltado à ilegalidade e seus principais militantes, à clandestinidade. Prestes foi transferido para um sobrado em São Paulo, onde ficaria aos cuidados da viúva de um militante falecido. Uma bela viúva, no esplendor de seus 40 e poucos anos. Ocorre que a viúva tinha uma filha, na faixa dos 20 anos, separada de um ex-militante do partido, com quem tinha dois filhos pequenos. Foi assim que, aos 52 anos, Prestes conheceu dona Maria Ribeiro, a jovem separada, com quem passaria a viver maritalmente logo depois. Ela, cerca de 30 anos mais jovem. Nem ele, nem ela, sabiam da conspiração armada pelos demais camaradas em nome da boa imagem revolucionária.

Prestes era o diapasão dos comunistas brasileiros, o Líder da nossa futura revolução. Seu comportamento era a principal referência em todos os aspectos, inclusive no pessoal. E Prestes era essencialmente família. O fato é que o PCB incentivava seus militantes a terem famílias estruturadas, ainda que um pouco fora dos padrões burgueses. Já era assim, independentemente

¹⁶ Em narrativa oral a este pesquisador, por ocasião da reportagem biográfica que teci para a revista *Veja*, por ocasião do falecimento de Prestes. Gorender recebeu-me em sua casa, no bairro da Lapa, São Paulo, em Mar 1990, quando então teceu uma longa narrativa sobre a vida privada de Prestes e, entre outros temas, o comportamento sexual dos militantes do PCB. A parte política na narrativa, usei-a na respectiva reportagem biográfica sobre Prestes. Quanto às questões sobre a vida privada dos militantes do PCB, guardei em meus arquivos a gravação dessa entrevista.

de Prestes. Muitos deles atravessavam longos períodos de clandestinidade, enquanto suas mulheres e filhos viviam o cotidiano na sociedade. Diante desse quadro, a ética do Partidão costumava ser a da fidelidade. As mulheres esperavam por seus maridos por longos períodos, por vezes anos, como as mulheres dos heróis de Atenas. Era comum aparecerem na calada da noite e desaparecerem antes do dia amanhecer. E eles, por sua vez, buscavam manter máxima discrição em suas vidas clandestinas¹⁷.

Na fase do recato

O surgimento da luta armada urbana (e depois a rural) mudou esse comportamento. A ética sexual passou a ser outra. Para começar, por questão de segurança, era coibido como regra (e em muitos casos terminantemente proibido) manter relacionamentos fora da própria organização. Nem relacionamentos fortuitos, muitos menos amorosos. Assim, eles costumavam se relacionar uns com os outros – prática que perdurou até meados dos anos 1980, dentro do Movimento Estudantil. Também havia um acordo tácito de que, quando os companheiros ou companheiras caíam prisioneiros dos militares, o outro estava automaticamente liberado para se relacionar com alguém entre os companheiros disponíveis. Mas as relações eram obrigatoriamente endogâmicas (PATARRA, 1992, p. 520)¹⁸.

O PC do B, dissidência do Partidão, teve seu início conservador. Sexo era assunto desconhecido nas reuniões do partido. Não por moralismo, mas pelo fato de que, para o stalinismo, relações pessoais não passariam de uma espécie de fraqueza, quando não desvio pequeno-burguês, que nada tinha a ver com o objetivo revolucionário. Em outras palavras, esse assunto, amor e sexo, era tema considerado sem qualquer relação com a revolução. Não era proibido. Simplesmente não existia, não era cogitado.

Os dois principais documentos remanescentes da guerrilha, Relatório Arroyo e Diário do Velho Mário, não dedicam qualquer linha sobre esses temas, amor e sexualidade. Em verdade, tem uma referência, sim, ainda que lírica e diáfana, quando Velho Mário compara as borboletas da floresta às balzaquianas, e ironiza que poderiam vir a despertar as fantasias daqueles jovens “jejunos”.

Chama a atenção a forma como Maurício Grabois retirou seu filho André de Porto Franco. Conforme o narrado, André havia se apaixonado por uma vizinha, seu primeiro amor,

¹⁷ Gorender (Idem).

¹⁸ Essas práticas são abordadas por Judith Patarra na biografia que teceu sobre Iara Iavelberg, especialmente nos depoimentos da ex-militante da VAR-Palmares Dilma Rousseff, que era amiga de Iara. Ver: PATARRA, Judith Liebllich. *Iara: Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

“*um namoro acoxado*”, segundo o relato de seu melhor amigo na época. André havia escrito uma carta à irmã Vitória informando que encontrara a mulher de sua vida. Até que um dia pai e filho desapareceram de Porto Franco. Saíram sem se despedir, deixando a garota desesperada. Ou seja, a revolução estava muito acima das sensibilidades.

* * *

Ao chegarem ao Araguaia, os guerrilheiros encontraram um ambiente de extremo recato. O triunvirato de chefes políticos – Mário, Cid, e tia Maria – eram todos monásticos, como Prestes. Sempre foram, antes do Araguaia, e no caso dos sobreviventes Amazonas (Cid) e Elza (tia Maria), assim permaneceriam até o final de seus dias, na década de 2000. Amazonas era casado com uma católica beata. Sobre Elza, não se tem notícias de que tenha tido vida pessoal, mantendo-se até o fim como uma espécie de beata da revolução. Para Amazonas e Elza, questões privadas, especialmente amor e sexo, eram temas que simplesmente não existiam, assuntos que não diziam respeito a um bom revolucionário¹⁹.



Dinalva com o marido Antônio Carlos, quando ainda na Babia

Até 1969, a direção do partido só permitia que homens fossem convocados à futura revolução. Aos poucos, a partir de 1970, foi abrindo. Primeiro abriu para alguns poucos casais, todos realmente casados em cartório, naquele tipo de casamento à moda antiga no qual a esposa adota o sobrenome do marido. Foram os casos de Antônio e Dina; Lena e Jaime; Beto e Regina; João Goiano e Maria Diná; Ari e Áurea²⁰.

¹⁹ Militantes do PC do B que estiveram por décadas próximos aos sobreviventes João Amazonas e Elza Monerat, como a pesquisadora Myrian Luiz Alves e Diva Santana (irmã da guerrilheira Dinaelza Santana e representante eleita das famílias junto à Comissão dos Mortos e Desaparecidos), registram essa característica desses dirigentes históricos do partido. Em seus mais de 40 anos de militância, Diva observou característica idêntica entre as dezenas de militantes históricos do PCB e do PC do B.

²⁰ Sendo que, apenas no caso de Áurea, optou por não adotar o sobrenome do marido, Valadão. Curiosamente, ela é apresentada em praticamente todos os documentos militares como “Áurea Elisa Valadão”.

Depois, o partido abriu para as mulheres. Assim, apareceram outros casais, como Aparício e Val; Pedro e Ana; Lourival e Lia, todos jovens que viviam juntos nas cidades, como se casados fossem. Foi a segunda abertura do partido. Também foi para lá a namorada de Paulo, Rosinha, e os namorados Tuca e Peri. Conheceram-se no movimento estudantil de São Paulo. Ela, poetisa, apaixonou-se; ele correspondeu. Apaixonados permaneceram na mata. O mesmo ocorreu com Aparício e a sanfoneira Val²¹. Conheceram-se em Belo Horizonte. No Araguaia, passavam as madrugadas cantando e tocando em frente à fogueira. Assim, dez casais chegaram já formados ao Araguaia²².

* * *

Regina não guarda boas reminiscências sobre sua vida matrimonial no Araguaia. O marido Beto já estava há três meses na região, quando ela foi autorizada para seguir junto. Seguiu em companhia de Velho Mário. Seu relato:

“A ficha caiu quando eu cheguei. Primeira surpresa é que o Lúcio não estava me esperando. Quem me recebeu foram a Elza, a Alice e o Luiz²³. Lúcio apareceu dias depois. Estava com um aspecto diferente, cabelo enorme, pele muito queimada. O ambiente era meio hostil, não houve nenhuma intimidade entre nós. Eu queria pular no colo dele, queria festejar o reencontro. E ele distante, naquela postura revolucionária, numa rigidez a ser preservada. Passei 18 meses no Araguaia sem conseguir reestabelecer a intimidade com meu marido”²⁴.

Amor sem pecado

Em sua antológica encíclica *Sublimis Deus*, de 1537, o papa Paulo III condenou a escravidão indígena na América recém-descoberta. Os escravocratas argumentavam que os índios não seriam humanos, tanto que andavam nus. O papa, por sua vez, escreveu que os habitantes do novo continente não eram animais, mas seres humanos de alma pura e receptiva à fé em Cristo, que viveriam em uma espécie de Paraíso, nus como Adão e Eva, contudo livres de pecado (SANTOS, 2009)²⁵. Mas o que restou célebre da encíclica papal entre os portugueses seria um ditado popular derivado que regia: “Não existe pecado ao sul do Equador”. No imaginário

²¹ Respectivamente, Idalísio Soares e Walquíria Afonso Costa.

²² Chamo a atenção para outro casal que se formou nessa época: José Genuíno Neto e Rioco Kaiano. Nesse caso, contudo, o romance teve início na prisão em Brasília e prosseguiu na prisão em São Paulo, conforme será detalhado adiante.

²³ Regina narra o episódio misturando nomes com codinomes. Assim, refere-se, pela ordem, a Lúcio Petit (Beto), Elza Monerat (Tia Maria), Criméia Alice Almeida (Alice) e Guilherme Lundi (Luiz).

²⁴ Lúcia Regina de Souza (Regina). Em narrativa oral à pesquisa.

²⁵ Em seus estudos sobre as epistemologias do sul, Boaventura de Sousa Santos faz referência à encíclica de Paulo III dentro do contexto no qual ele buscava condenar a escravidão e a chacina indígena e, ato contínuo, promover a salvação pela catequização. Na interpretação de Boaventura, a máxima papal liberou o colonizador europeu para toda sorte de exploração e opressão sem culpa. Boaventura de Sousa Santos. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2009.

europeu, passou a significar, também, a associação entre os trópicos e a sensualidade (FERREIRA e CORRÊA, 2009)²⁶.

Assim, também ocorreria com aqueles jovens que se deslocaram para os trópicos de algum lugar das selvas amazônicas. Nos ambiente universitário, como dito, o amor livre já era hegemônico, mas não absoluto. Seguindo o sistema de representações e de valores de seu tempo, pelo menos três guerrilheiras ainda eram virgens quando entraram para a revolução: Lúcia, Maria e Sônia²⁷. Lúcia é a única sobrevivente das três:

“Eu já tinha namorado antes um artista plástico na Bahia. Era apaixonada, até gostaria de ter feito amor com ele. Mas como ele pensava em ir para o exterior, eu já cogitava a luta armada, e não havia a certeza de que ficaríamos juntos, então ele preferiu não avançar. Éramos os dois do PCB. Quando eu fui para o PC do B, nos separamos. Depois cheguei a namorar um companheiro da nova organização, mas não me apaixonei. No Araguaia, chegou a rolar uma paquera com o Jorge. Morávamos na mesma casa, como irmãos. Eu era despreparada pra tudo, fui criada com três empregadas dentro de casa. Então o Jorge começou a me ajudar nas tarefas domésticas. Rolaram uns beijos, mas ele logo depois seria morto pelo Exército. E eu, logo depois, seria presa. Voltei do Araguaia virgem”²⁸.

Aos poucos, no cotidiano doméstico, os casais foram se formando. Sônia encontrou o amor com o italiano Joca. Manoel e a nissei Chica passaram a dividir as tarefas domésticas e a dormir na mesma rede. Amaro, que fora operário no Rio de Janeiro, conheceu uma camponesa. Jovem, linda, recém-separada. Seu comandante, Dr. Paulo, permitiu o casamento, mas Amaro teve que deixar a guerrilha. Virou apoio.

* *

Naquele início, durante os preparativos para a luta iminente, muito mais flores do que dissabores. Mais tarde, com a tensão da luta armada, tiveram início os conflitos pessoais dentro dos destacamentos. Entre as consequências, separações. E novos casais se formando. Rosinha brigou com Paulo e passou a viver com Nunes. Lourival e Lia se separaram. Logo, um novo casal: Lia e Fogoió. Assim que Cristina chegou ao Destacamento A, começou a namorar Nelito. Em 1971, Maria apareceu no Destacamento C. Bonita, idealista e virgem. O comandante Joaquim encantou-se por ela. Teria sido amor à primeira vista. Ele, 42 anos, ela, 20 anos. Mas não chegaram a namorar.

²⁶ Felipe Ferreira e Gustavo Borges Corrêa, da UERJ, também fazem referência à frase de Paulo III em artigo para a Revista da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. “Os portugueses, ao contrário do conquistador espanhol, entregavam-se prazerosamente ao contato sexual com os habitantes das terras ocupadas – inicialmente as índias e, mais tarde, as negras escravas – estabelecendo uma imagem do Brasil como uma espécie de centro de prazeres sem culpa”. In: FERREIRA, F., CORRÊA, G.B. Rio de Janeiro: Carnaval e Sensualidade. In: *Anpap*, Anais 2011. Disponível em: http://www.anpap.org.br/anais/2011/pdf/chtca/felipe_ferreira.pdf. Última visualização em 15 de out. 2013.

²⁷ Respectivamente Luzia Reis Ribeiro, Maria Lúcia Petit e Lúcia Maria de Souza, todas universitárias, entre 20 e 22 anos.

²⁸ Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

Maria Diná também se separou do marido Zé Goiano. Os dois haviam sido namorados, desde a adolescência em Jequié. O camponês Jonas Gonçalves, que viveu um ano como guerrilheiro, de armas em punho e sob o codinome de Josias, já os conheceu separados. “*Em um ano, nunca vi Diná com o marido. Ela e o João se encontravam no grupo, mas nunca a vi dormindo com marido ou namorado algum*”²⁹. A razão para a opção de Diná pela solidão? Jonas arrisca: “*Diná era mais brava que a Dina*”. Mais, não disse.

Áurea e Ari tiveram uma briga. Ela teria disparado um tiro no marido; pegou de raspão³⁰. Separaram-se; contudo, foram mantidos no mesmo Destacamento C. Depois, todos foram transferidos para o Destacamento B, doravante chamado B-C. Josias apaixonou-se por Áurea. Mas Áurea estava interessada em Mundico. Poeta romântico, com versos tendendo ao parnasiano, Mundico acabou amando perdidamente a guerrilheira³¹. Entretanto, como no poema “Quadrilha” de Drummond, Áurea não queria amar ninguém³². Preferia exercer o poder de escolher livremente seus parceiros.

O início da liberação

Pedro Gil, que deixara esposa e filho na cidade, começou a namorar Fátima Preta, mulata paulista, com corpo estonteante. Até que um dia Pedro Gil encantou-se por Dina, que era casada com Antônio da Dina. E esta, por sua vez, correspondeu. No início, foi um romance clandestino. Lena relata:

“Ela (Dina) chegou lá com o casamento já esfacelado. Antes de ir para lá já estava esfacelado. Então rolou uma paixão entre ela e o Gilberto Olímpio, que era marido da Vitória Grabois. O Gilberto era charmosíssimo. Eles se conheceram lá. Foi uma paixão daquelas. O Gilberto era da Comissão Militar. Mas sempre ia lá nos Caianos, onde ela morava com o Antônio. Eu não sei se o Antônio sabia. A Dina continuava o trabalho doméstico de lavar as roupas dele, fazer o almoço. Cuidava dele como estivesse ainda casada. Eram amigos. A história com o Gilberto não era pública, não. Os meninos não sabiam. Mas nós sabíamos. A Dina era muito alegre, muito bonita, grandalbona, ombros largos, cadeiruda, peção 40, rosto muito delicado. Há uma certa lenda sobre o que se conta dela, mas era uma mulher excepcional. Tinha experiência de roça, coisa que nós não tínhamos” (apud CARVALHO, 1998, p. 450).

Com o tempo, no desenrolar da luta armada, Dina e Gil decidiram assumir o romance. Tornou-se assunto a ser discutido pelos comissários do povo, um caso a firmar jurisprudência

²⁹ Josias Gonçalves (ex-Jonas). Narrativa oral à pesquisa.

³⁰ Cícero Venâncio. Narrativa oral à pesquisa. O camponês Cícero Venâncio conviveu de perto com os guerrilheiros nesse período.

³¹ Idem.

³² Refiro-me à primeira estrofe de “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade: “João amava Teresa que amava Raimundo/ que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili/ que não amava ninguém”.

revolucionária. Assim, Antônio da Dina saiu de casa para dar lugar a Pedro Gil. Este, por sua vez, escreveu uma carta à mulher relatando o romance e formalizando a separação de fato e de direito.

Membro da Guarda da Comissão Militar, Gil foi deslocado para ser o novo comandante do Destacamento C. Dina foi promovida a vice-comandante. O antigo comandante do destacamento, Dr. Paulo, foi transferido para o lugar de Gil na Guarda da Comissão Militar. Quanto ao marido, Antônio da Dina, ora, era um bom revolucionário. Permaneceu membro do Destacamento C³³.

Ao longo de todo o período de preparativos para a guerrilha, havia certo recato entre os guerrilheiros. Tomavam banho no mesmo lugar, mas procuravam horários diferentes para homens e mulheres. Uma das lembranças de Paulo é certo final de tarde ter chegado a um Igarapé e ter visto Fátima Preta nua, preparando-se para o banho. Paulo parou; quis olhar o corpo. Ela o viu. Então o olhou firme, muito firme. Nada disse, nem tentou se esconder. Apenas o olhou firme, olhar de reprimenda, interpretou o guerrilheiro. Ele baixou os olhos, envergonhado, virou-se de costas e foi embora. Nada disseram naquele momento. Nem depois. As lembranças de Lena vão ao mesmo sentido, de *“um cotidiano muito sadio”*, segundo suas palavras:

“Tomávamos banho a um metro dos meninos, que ficavam de costas, no maior respeito. No nosso grupo nunca houve um caso de desrespeito. Era uma seriedade até exagerada. Existia certa proteção pelo fato de a gente ser mulher. Eles impunham isso. O peso menor dava pra mim e pra Maria Lúcia. A gente não achava ruim, não. O cotidiano era muito sadio. E aí acho que mata o casamento. O casamento você tem que ter a sua casa, a sua cama, a sua vida, o seu espaço para berrar um com o outro. A vida coletiva dilui o casamento. Isso pra mim foi claro: o casamento com o Jaime foi se diluindo, foi se transformando numa amizade com muita intimidade, amizade de mãe e filho” (apud CARVALHO, 1998, p. 451).

Geraldo, por exemplo, relata que passou dois anos sem ninguém, “jejuno” – conforme a expressão que Velho Mário utilizou para se referir à vida privada de seus combatentes. Naquele tempo, Geraldo amava Chica, que não lhe deu bola, pois amava Manoel, que também a amava. Com a palavra, Genoíno (ex-Geraldo):

“Não tínhamos vida social. Não dava para ir à zona porque a gente podia ser preso. Não dava para ter relações com as camponesas porque isso geraria algum tipo de compromisso e de risco para a guerrilha. E dentro da guerrilha a gente também não tinha relações com as companheiras. Eu, por exemplo, tive uma paixão platônica pela Suehy, mas não deu em nada. A gravidez era o risco principal. Fiquei dois anos sem qualquer atividade sexual” (apud AMORIM, 2014, p. 260).

³³ Velho Mário também registra em seu diário a transferência de Pedro Gil para o comando do Destacamento C, contudo, não apresenta as razões pessoais.

Quando tudo foi permitido

Numa das mais belas passagens da literatura universal, Dimitri Karamazov, um dos protagonistas de *Os Irmãos Karamazov*, obra-prima de Fiodor Dostoievski, começa a refletir sobre as tragédias do mundo e a relação entre as amarras morais e os homens sem escrúpulos. Então ele solta uma frase lapidar:

“Se Deus não existe, tudo é permitido”³⁴.

Apesar da maior parte dos guerrilheiros professar o ateísmo, como regia o marxismo daquele tempo, tomo emprestadas essas palavras tão somente como metáforas do sistema de valores daquele punhado de jovens idealistas. Os relatos dos camponeses que conviveram com eles ao longo de oito anos tendem a mostrar que, em determinado momento, eles mudaram de comportamento em suas vidas privadas.

Na medida em que o cerco militar se fechava e os guerrilheiros iam sendo mortos, a tensão aumentava. Não havia como combater as Forças Armadas. Nem havia rotas de fuga. Então, as emoções afloravam. Longe das famílias, isolados em algum lugar das selvas amazônicas, na iminência de restarem mortos a qualquer momento, era como se o antigo sistema de valores – o pecado, representado pela alteridade – não tivesse qualquer sentido. E se Deus não existe, pelo menos para alguns, tudo seria permitido.

* * *

O fato concreto é que a chegada dos militares significou profundas alterações nos grupos guerrilheiros. Tudo mudou, principalmente em função da segurança. Hábitos cotidianos, alimentação, relacionamento entre eles. A vida íntima também sofreria alterações. Passou a ser temerário aos guerrilheiros solteiros, por exemplo, ir às cidades namorar as moças da região. Ou procurar prostitutas³⁵. Mas havia um problema naquele grupo revolucionário. Eram quase 60 homens jovens para 18 mulheres, numa relação de três para uma. Foi assim que, aos poucos, a prestações, o amor livre começaria a tomar um novo sentido.

Ao versar sobre as diferentes concepções da pulsão humana básica, Ernest Bloch (2005) lembra que algo no corpo tem de almejar em primeiro lugar e de forma especial. “Qual é então a mola propulsora principal de nossas atuais reflexões e buscas?”, indaga o pensador. “Como é

³⁴ Chamo atenção para o fato de Hannah Arendt também ter citado essa mesma frase de Dostoevski, ao tratar do fenômeno do niilismo. Ver: ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 491.

³⁵ Em sua narrativa, Genoíno diz que não procuravam prostitutas, nem garotas da região. Contudo, antes da chegada dos militares, era comum encontrar “paulistas” dos Destacamentos B e C frequentando o mais conhecido bordel da região, chamado de Vietnam, que ficava em São Geraldo, às margens do rio Araguaia. Pode ser até que fossem lá em missão política, de integração com a população local, como no caso dos terecôs. Mas frequentavam.

sabido, Freud coloca o instinto sexual como o primeiro e mais forte de todos. Com isso, a libido rege a vida, sendo fundamental tanto em termos temporais como no conteúdo” (BLOCH, 2005, p. 54).

No Destacamento C, enquanto comandado por Dr. Paulo, um ex-militante do PCB, não teria ocorrido qualquer alteração na vida íntima dos guerrilheiros. A “mola propulsora principal” de suas “reflexões e buscas” continuaram sendo a política, de acordo com as lembranças dos moradores da região. Mas a partir da ascensão de Pedro Gil como comandante e de Dina como líder política, no início de 1973, começaria a transição comportamental. Essa transformação seria ainda mais notada quando o Destacamento C fundiu-se com o B, comandando por Osvaldão.

Em meados de 1973, provavelmente em agosto, Mundico teria brigado com Dina por causa de Áurea. A chefe estaria enviando a guerrilheira para missões na mata com uma diversidade muito grande de camaradas. Mundico teria sido tomado pelo chamado ciúme pequeno-burguês. Dina então teria respondido a Mundico, na frente de um grupo de camaradas e de camponeses: *“Você sabe que está combinado entre nós que cada mulher serve a cinco homens se ela quiser”*

³⁶.

* * *

No Destacamento B, as visitas dos rapazes às mulheres dos vilarejos continuaram, ainda que com segurança redobrada. O comandante Osvaldão, como fazia desde 1966, continuava a visitar as muitas namoradas que acumulara nas corrutelas.

Outro membro do destacamento, Raul, conheceu em 1973 uma jovem de fora, nem guerrilheira, nem moradora da região. Os relatos dos moradores dão conta de que teria sido um romance entre jovens apaixonados. Escondido dos militares, obviamente. Mas, também, escondido do partido. Tiveram uma filha, nascida entre fins de 1973 e início de 1974, na tensão do período no qual os militares estavam exterminando por completo os guerrilheiros³⁷.

* * *

No Destacamento A, sob o comando de Zé Carlos, houve ressignificações do entendimento sobre os deveres revolucionários³⁸. Lá, a substituição do amor livre pelo sexo

³⁶ Cícero Pereira Gomes, “Cícero Venâncio”. Narrativa oral, gravada em vídeo, pelo Grupo de Trabalho Tocantins, GTT, em 21 Jul. 2010.

³⁷ Conforme já narrado no Capítulo 2, “Ao encontro do porvir”, foi Mercedes Castro, irmã de Raul, quem descobriu em suas pesquisas junto a moradores da região que ele havia tido uma filha com uma “moça estrangeira”.

³⁸ Chamo a atenção para o fato de que os guerrilheiros sobreviventes não testemunharam os episódios abaixo relatados. Todas as prisões ocorrem nas primeiras semanas depois do início dos conflitos, entre abril e maio de 1972. A partir daí, as Forças Armadas não fizeram mais nenhum prisioneiro. Os únicos que assistiram ao período de combates são João Carlos Wisnesky, o Paulo, e Micheas Almeida, o Zezinho. Sobre a vida afetiva da guerrilha, ambos recusam-se a falar. Especialmente Wisnesky, para quem o assunto é traumático e, instigado a acessar as

como necessidade fisiológica teria começado a ocorrer no segundo semestre de 1972, após a chegada dos militares. O camponês José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro, viveu perto deles desde 1969 até o fim dos conflitos, em 1974³⁹. Trata-se, portanto, de um daqueles “homens-memória”, segundo a expressão de Le Goff (1990)⁴⁰.

De acordo com as lembranças do camponês, aos poucos, a prestações, Zé Carlos teria começado a separar os casais. Especialmente, se fossem apenas namorados. Ressalto que os depoimentos dos camponeses que conviveram com os guerrilheiros convergem para assegurar que somente no Destacamento A houve separação de casais por indução do comandante.

Outra decisão do comando foi começar a enviar duplas, com homens e mulheres, a missões onde precisavam dormir na mata, ainda de acordo com as lembranças de Catingueiro. Na mata, à noite, é fria. Acabavam dormindo juntos na mesma rede. A distância esfria as relações estáveis. O perigo das noites na mata e a química na rede aproxima ebulição emocional, de outro lado, aproxima os novos parceiros.

O camponês José Wilson Brito, o Wilsinho, que aderiu à guerrilha e chegou a pegar em armas no Destacamento A, em depoimento gravado em vídeo ao Grupo de Trabalho da Presidência da República que buscou os corpos dos desaparecidos, o GTA, narrou o seguinte:

“Sônia e Cristina não tinham marido certo. Então dormiam uma noite com um, outra com o outro. A única que tinha marido certo era a Rosinha, que só dormia com o Nunes. Me disseram que cada mulher poderia ter até cinco homens, que era o plano do Zé Carlos”⁴¹.

O camponês Abel Honorato de Jesus, o Abelinho⁴², lembra-se que “Sônia andava com Zé Carlos e Nelito, que era marido de Cristina, um de cada vez”. Lembra-se ainda que “Zé Carlos andava com Alice, que vivia atrás do Dr. Juca”⁴³.

memórias, opta pelo esquecimento deliberado, segundo o conceito de Ricoeur. Assim, resta aos pesquisadores buscar acessar as lembranças dos camponeses que conviveram com os guerrilheiros para tentar reconstituir os episódios relacionados a esse tema.

³⁹ De início, como simpatizante do grupo, chamado de “apoio” no jargão da região. Depois, integrou-se ao grupo e passou a viver com eles na condição de guerrilheiro. Mais tarde, preso pelo militares, foi obrigado a servir de guia do Exército. Depoimentos orais em 16 Set. 2009, 22 Fev. 2010 e 10 Out. 2011.

⁴⁰ Observador, inteligência muito acima da média, guarda em suas lembranças fatos, nomes e detalhes sobre os conflitos como raros no Araguaia, segundo pude constatar em minhas muitas horas conversa com ele, em narrativas que duravam até o dia inteiro.

⁴¹ Narrativa ao Grupo de Trabalho Tocantins, em 13 Set. 2009.

⁴² Abelinho tinha uma gleba na região do Caçador, área do Destacamento A. Aliás, a guerrilheira Sônia foi morta em sua terra, e lá deixado o corpo insepulto; Zé Carlos e Nunes, por sua vez, foram mortos e enterrados em área bastante próxima. Depoimento em 14 Ago. 2012.

⁴³ Criméia (Alice), por sua vez, certa vez contou ao militante do PC do B, Caio Márcio Salazar, que era “apaixonada” por seu irmão Ciro Flávio Salazar, o Flávio. Observe-se que Alice era do Destacamento A, enquanto Flávio era do B. Contudo, vale lembrar que o guerrilheiro tinha por função fazer a ligação entre os dois destacamentos.

O ex-guerrilheiro Zezinho, por sua vez, aponta algumas pistas sobre o assunto. Segundo ele, Alice começou um relacionamento com Zé Carlos, mas ele não queria assumir o namoro. Fazia questão de manter em segredo dos companheiros. Assim, os dois só se encontravam escondidos, no mato. O assunto só veio a público quando Alice apareceu grávida⁴⁴.

O camponês José Moraes Silva, o Zé da Onça⁴⁵ – no presente, membro da direção do PC do B na região do Araguaia – também guarda lembranças desse tempo. Ele era adolescente, filho de posseiros em uma gleba ao lado de um dos grupamentos guerrilheiros do Destacamento. A guerrilheira Sônia gostava muito dele; sempre aparecia em sua casa para falar dos estudos – e da revolução em curso. O camponês também criou intimidade com Nunes. Certa vez, Nunes teria lhe confidenciado que Zé Carlos o incentivava a “ir pro mato” com Sônia. Apesar de estar namorando Rosinha.

Ainda, segundo as lembranças do camponês Zé da Onça, Nunes teria comentado que, de quinze em quinze dias, havia um revezamento entre os guerrilheiros para “ir pro mato” com as solteiras. Se casada, não revesava. Um dia, Zé da Onça teria escutado Fátima e Tuca rindo muito, trocando comentários sobre quem eram os homens mais “gostosos” do Destacamento A, de acordo com suas respectivas experiências sexuais vividas⁴⁶.

“O que tá ouvindo aí, garoto safado?”, teria ralhado Fátima.

Abro parênteses para esclarecer que a expressão “ir para o mato” guarda duas conotações. Primeiro, foi usada no sentido de deixar a vida na segurança das corrutelas e “ir para o mato” com os guerrilheiros, também chamados “povo da mata”, ou “paulistas”. Sônia chamou algumas vezes Zé da Onça, então com 16 anos, para “ir para o mato” com ela, ou seja, virar guerrilheiro.

Dentro dos grupos guerrilheiros, mais tarde a expressão adquiriu o sentido sexual, qual seja, um casal “ir para o mato”, longe da vista dos demais camaradas. O mato é como se fosse a linha do Equador da vulgata portuguesa, a divisória entre o pecado e o espaço, onde as amarras sociais não existem e “tudo é permitido”, de acordo com a máxima de Dostoiévski.

⁴⁴ Narrativa de Micheas Almeida (Zezinho), Carlos Amorim, em *Araguaia – Histórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 342 e 343.

⁴⁵ Zé da Onça era filiado ao PC do B e presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia, quando prestou esse depoimento oral, em 23 Jul. 2009.

⁴⁶ Respectivamente, Helenira Rezende de Souza Nazareth, Fátima Preta, e Luiza Augusta Garlipo, Tuca. Ressalve-se que Tuca era do Destacamento B. Portanto, é improvável que tenha sido ela a manter essa conversa com Fátima, segundo as lembranças do camponês. Mas Zé da Onça convivia com Fátima na adolescência. Ademais, na condição de dirigente do PC do B na região, memorizou o nome de quase todos os guerrilheiros desaparecidos, incluindo Tuca. O mais provável é que tenha se confundido quanto à outra protagonista do diálogo. Decidi manter sua narrativa dentro da concepção teórica de Benjamin e Ricoeur sobre memória, qual seja, a de que a memória não tem por objetivo reconstituir os fatos tais quais eles aconteceram, mas tão-somente rememorar o sentido geral dos acontecimentos, obviamente ressignificados de acordo com o sistema de representações e de valores de cada tempo.

Revolucionária-objeto

Se observada de forma superficial, essa prática sexual de “*ir para o mato*”, também representada na fala atribuída a Dina – “*cada mulher serve a cinco homens se ela quiser*” – poderia ser enquadrada dentro do contexto maior do processo de emancipação da mulher daquele tempo, uma suposta ousadia que poderia ser considerada “terrivelmente revolucionária”, como diria Lenin⁴⁷. Afinal, eram tempos nos quais se debatia o direito ao prazer da mulher como forma de resistência política.

Lembro que George Orwell já apresentava a questão do prazer sexual como forma de resistência política em sua obra-prima, *1984*, cuja primeira edição foi publicada em 1948. Na obra, uma alegoria política sobre o estado totalitário de Joseph Stalin, Orwell constrói a personagem Julia, que fazia uso do sexo casual como forma de resistência política. Foi por meio da afetividade com Julia, por sua vez, que o protagonista Winston Smith conseguiu forças para acessar a resistência política. Posteriormente, sobretudo a partir do pensamento de Simone de Beauvoir (1990), que o feminismo inclui o direito ao prazer como categoria do processo de emancipação da mulher. A líder máxima do feminismo dos anos 60, Betty Friedan (1971), também aborda o assunto⁴⁸.

Mas considerar a prática de cada mulher servir a cinco homens, “se ela quiser”, como resistência política, de acordo com pressupostos dos estudos de gênero, não passaria de conclusões, no mínimo, complacentes. Ou até mesmo terrivelmente misóginas.

Ora, o pressuposto daquele discurso não era o direito ao prazer sexual como expressão da emancipação da mulher, tampouco o estabelecimento de igualdade de gênero. Ou seja, se aqueles jovens homens tinham uma libido a ser considerada no cotidiano da luta revolucionária, as jovens mulheres também deveriam ter.

Esse direito à experimentação do prazer sexual sem amarras morais, guardadas as singularidades das representações de cada tempo, seria expressado nos anos 1970-80 com aquela

⁴⁷ Trotsky relata em sua autobiografia que, quando os bolchevistas tomaram o poder, foi preciso encontrar um nome para o mesmo. A designação “ministros” e “Conselho dos Ministros” não agradava a Lênin, pois lembrava os congêneres burgueses e seu modo de desempenhar as funções. Foi Trotsky quem propôs o termo “Comissários do povo” e, para o governo, em seu conjunto, “Soviete dos Comissários do Povo”. Lênin ficou encantado com a ideia, achou a expressão “terrivelmente revolucionária”. E foi essa terminologia que prevaleceu. Apud: CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária na Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.147.

⁴⁸ FRIEDAN, Betty. *Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. Entre as obras feministas brasileiras do período, chamo a atenção para a de Heloneida Studart. *Mulher objeto de cama e mesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1974. Todas as obras supracitadas defendem, com maior ou menor ênfase, o direito ao prazer sexual como forma de emancipação da mulher.

prática chamada de “amizade colorida”, na década seguinte de “sexo casual” e, no tempo presente, de “relações abertas”, “poliamor”, “polirrelacionamentos” e similares.

Contudo, não era o que estava sendo construído na prática daquele grupo que, paradoxalmente, pregava a luta por uma sociedade mais justa. A produção de sentidos naquele discurso era o da sujeição da mulher, da “obrigação” da “fêmeo-revolucionária” de saciar os instintos do “revolucionário-macho”. A mulher-objeto a servir ao homem, enfim, reproduzindo e perpetuando as relações assimétricas de gênero.

Por oportuno, lembro que quatro décadas antes, no apogeu do stalinismo, o Partido Comunista da União Soviética escalou uma jovem militante alemã, Olga Benário, para “servir” de cobertura para a viagem de um recém-recrutado, o brasileiro Luiz Carlos Prestes, que precisava retornar clandestinamente ao Brasil. Os dois deveriam simular um casal em lua-de-mel. Até aí, tudo bem. O problema é que Olga era recém-casada com um jovem militante do Partido Comunista da Alemanha. Ambos eram judeus, namorados de adolescência e com relações familiares profundas.

Os camaradas do partido poderiam ter simulado outra história de cobertura para a viagem de Prestes. Poderiam mesmo ter escolhido qualquer outra jovem solteira para a missão. Mas escolheram justamente uma recém-casada para dormir na mesma cama de outro homem, sem que o tal centralismo-democrático stalinista em voga concedesse à jovem militante o direito de refugar.

Era apenas um “objeto” da revolução. Como era de se esperar, Olga engravidou de Prestes. Acabou deportada pela polícia política da ditadura de Getúlio Vargas e morreu em um campo de concentração nazista. *Mutatis mutandis*, o mesmo centralismo-democrático preconizado por Stalin estabeleceu que, no Araguaia, cada mulher deveria “servir” a cinco homens. Se quisesse?

Referências

- AMORIM, Carlos. *Araguaia*. Histórias de amor e de guerra. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.
- BLOCH, Ernest. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- CARDOSO, C. & VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro. Campus, 1997.

CARVALHO, Luis Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*. Reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2003.

STUDART, Hugo *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006.

A NARRATIVA DOS PROFESSORES: COMO DIALOGAR COM A DIVERSIDADE DE GÊNERO ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Janini Isabelle Sousa Hott⁴⁹
Jeane Cristina Gomes Rotta⁵⁰

Resumo: a escola é um ambiente social, um lugar de convívio que possui também a função de contribuir para o desenvolvimento educacional, social e cultural dos estudantes e para a desconstrução de preconceitos. Nesse contexto, o educador tem papel importante que acreditamos estar da exposição dos conteúdos científicos e dos limites da sala de aula. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi identificar se os professores se sentem capacitados para abordar o tema gênero, que está incluso em educação sexual. Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário aberto aplicado para doze professores de quatro escolas públicas localizadas na cidade de Planaltina DF. A análise das respostas indica que os professores que fizeram algum curso de formação continuada ou que durante a sua graduação tiveram algum conteúdo e reflexões relacionados a questões de gênero possuem menor dificuldade para abordagem do tema. A pesquisa também indicou que a falta de conhecimento prévio sobre o assunto pode propiciar concepções equivocadas por alunos e professores e gerar ou perpetuar preconceitos, impossibilitando que as relações sociais sejam baseadas no respeito à construção das identidades de gênero.

Palavras-chave: Formação de professores, Gênero, Educação Sexual.

Introdução

Podemos considerar a escola como um dos principais ambientes de socialização para crianças e jovens, onde, nesse local, eles são atores de suas performances e vão ao encontro do primeiro contato com o princípio da autonomia.

Entre os objetivos contidos na instituição escolar e na atuação dos profissionais que a estruturam está o estímulo ao exercício da independência, da autonomia e da diplomacia. Assim, além das disciplinas e conteúdos previstos no programa de cada classe, é esperado que a escola oriente as crianças e jovens que a frequentam sobre como se relacionarem uns com os outros e como resolverem conflitos a partir do diálogo. Bem como, proporcionar o conhecimento a pluralidade existente no meio cultural que os permeia, se desenvolverem intelectualmente de forma independente e buscarem aprofundamento nos conteúdos mediados pelos próprios interesses (BRASIL, 2005).

Vivenciando a escola como uma experiência integrada na vida desses sujeitos, questões se tornam pungentes e imediatas, quando o lugar que é teoricamente para “ir estudar” acompanha questões e revoluções presentes contemporaneamente na sociedade total. Entre essas estão a identidade e as liberdades individuais cada vez mais diversas que entram na escola diariamente

⁴⁹ Universidade de Brasília –UnB, Licenciada em Ciências Naturais.

⁵⁰ Universidade de Brasília- UnB, Professora Doutora do Curso de Ciências Naturais.

junto com os alunos. Assim, como as diferenças, também entram os preconceitos e as relações de poder que se apresentam como um problema na harmonia social sendo a escola também responsável por promover a cidadania (LIONÇO; DINIZ, 2009).

Muitas questões de atualidade acabam sendo abordadas e mediadas pelos profissionais da escola, principalmente professores. Estes, por sua vez, muitas vezes não recebem orientação sobre como lidar com essas questões durante suas formações. A inexperiência e a ausência de preparo dos professores, unidos à euforia dos alunos que estão tendo contato inicial com o relacionamento social e no convívio com as diferenças, podem fazer do ambiente escolar, um lugar próprio para discriminação e violências, que são constantemente presenciadas por esses sujeitos fora da escola.

Atualmente, as diversidades sobre gênero e orientação sexual estão em pauta e a ascensão dos direitos civis e sociais por parte de comunidades que buscam políticas igualitárias independente de identidades torna o assunto popular no meio social e, logo, também no meio social escolar (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

Como ensinar de forma inclusiva e não diferenciar em nenhum momento o tratamento e o processo de ensino dos alunos, independente de apresentação identitária ou orientação sexual? Como estimular o relacionamento entre diferentes, ensinando o respeito incondicional entre as partes? Como lidar com uma possível forma de violência propiciada por discriminação entre os alunos? Como falar sobre gênero, levando em consideração que a escola não deve ser um lugar de anulação e silenciamento de qualquer tipo de diversidade humana e que a escolha por esse caminho pode reforçar preconceitos e violências no ambiente onde muitas crianças e jovens estão sendo educadas para a vida social?

Portanto, possuindo a consciência de que a responsabilidade da escola e de cada professor está além de suas respectivas disciplinas, utilizando como guia para o olhar desse trabalho as questões acima, o objetivo desse trabalho é investigar se os professores estão preparados para lidar com as possíveis adversidades ligadas à gênero nas escolas.

Referencial teórico

O tema “gênero” dentro de “orientação sexual” é proposto como transversal e está incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais para terceiro e quarto ciclo, e segundo os PCNs (BRASIL, 1998), “É inegável que há muitas diferenças nos comportamentos de meninos e meninas. Reconhecê-las e trabalhar para não transformá-las em desvantagens é papel de todo educador.”

A sociedade está cada vez mais heteronormativa, fechando os olhos para pessoas que fogem desse padrão que é considerado e visto como “normal”, quem foge de todo esse meio é privado de direitos de qualquer cidadão.

Esse alinhamento (entre sexo-gênero-sexualidade) dá sustentação ao processo de heteronormatividade, ou seja, à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual. Supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais – daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado. Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos (LOURO, 2009, p. 90).

E é justamente pela escola ser um ambiente de convívio entre iguais é por meio dela que se pode obter uma maior chance de desconstruir preconceitos, desnaturalizar ações discriminatórias e produzir consciência social. O professor exerce uma função importante em todo esse processo de naturalizar as diferenças para que a experiência escolar seja igual para todos os indivíduos, e é devido à busca por essa naturalização no ambiente escolar que se torna importante a identificação das principais questões em relação ao preparo das escolas, e, principalmente, na formação de cada professor para lidar com as possíveis diversidades relacionadas ao gênero apresentadas pelas crianças e adolescentes.

É inegável que a maioria das abordagens de temas em educação sexual seja apenas ligada às doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez, fazendo com que outras temáticas sejam esquecidas. O estudo sobre a sexualidade está além dos corpos, da orientação sexual e de doenças. O tema “gênero”, assim como “sexo”, é uma das vertentes ligadas à educação sexual e segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. (BRASIL, 1998).

Ressaltando a importância da diferenciação dos termos, Silva (2002) destaca que “gênero” opõe-se, pois, a “sexo”: enquanto este último termo fica reservado aos aspectos estritamente biológicos da identidade sexual, o termo “gênero” refere-se aos aspectos socialmente construídos do processo de identificação sexual.”

E assim como traz Lionço e Diniz (2009) “a escola é um espaço de socialização para a diversidade” e justamente por ser esse espaço que é por meio dela que pode produzir a promoção da igualdade. Todos esses aspectos de construção dentro do ambiente escolar merecem atenção e

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e- o que é ainda mais complicado- o que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. Escolas, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. (LOURO, 2008, p. 24).

Apesar de todo avanço no processo de discussão do tema tanto no espaço escolar quanto na vida social fora deste meio, os problemas enfrentados com a discussão sobre gênero estão sempre em pauta e por isso é importante refletir como estamos formando os professores para atuar nessas questões. São poucos os programas que auxiliam o professor na sua formação e na sua continuidade nessas áreas e é por meio de um deles que se traz

Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito. (FREIRE, SANTOS e HADDAD, 2009, p. 9).

Portanto, é necessária, além da formação acadêmica inicial que contemple esses temas, uma formação continuada que possibilite a reflexão, a capacitação e segurança desses profissionais na abordagem de temas tão significativos como gênero. Segundo Braga (2009), os educadores não podem contar apenas com a sua própria experiência pessoal. É importante que desejem apreender e participem de atividades de capacitação que possibilitem uma troca de experiências entre o grupo profissional

Metodologia

Participaram dessa pesquisa doze professores de quatro escolas públicas localizadas na cidade de Planaltina-DF, identificados como P1, P2, P3, e como instrumento de coleta foi construído um questionário contendo onze questões objetivas e subjetivas a respeito do tema gênero.

Na primeira escola, quatro professores responderam o questionário, todos os professores de Língua Portuguesa ou Língua Inglesa; na segunda escola, três professores de Ciências Naturais

responderam o questionário. Na terceira escola, três professores de Matemática, História e Letras, e, por último, na quarta escola, professores de Língua Portuguesa e Biologia.

Em todas as escolas visitadas, o primeiro momento foi destinado à entrega do TCLE seguido de explicação para os professores que tiveram alguma dúvida sobre a pesquisa. Após a autorização dos (as) professores (as) e de todas as dúvidas esclarecidas que foi entregue cada questionário. Os professores ficaram livres para responder, não foi estimulado tempo para elaboração das respostas.

Para a análise dos dados coletados nos questionários, utilizou-se da metodologia quanti qualitativa, de acordo com a abordagem de Ludke e André (1986).

Discussão

As áreas de formação dos professores que participaram da pesquisa foram Letras, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, História e Matemática. O tempo de formação foi entre dois e vinte e seis anos, e o tempo de docência entre um ano e meio e trinta anos.

Os professores foram unânimes ao responderem que sabem o que é Gênero.

“Na minha concepção o significado do termo gênero é bastante amplo, envolve concepções intrínsecas às ciências biológicas, sociais e às bases da psicologia. É uma concepção baseada nos aspectos culturais, históricos, sociais e construída mediante as diferenças existentes e percebidas pelos sexos, definindo a identidade de cada ser.” (P1).

No entanto, algumas respostas indicaram uma visão um pouco restrita, sendo intimamente ligada à orientação sexual ou restritamente biológica. Ainda, muito vinculada somente às concepções biológicas do que é ser homem ou do que é ser mulher, apesar do termo ter uma abrangência maior:

“Gênero é o que diferencia o homem da mulher.” (P5).

A escola é um ambiente comum a todos os indivíduos e a educação é direito de todo cidadão, toda diferença deve ser trabalhada justamente para garantir que o convívio e o aprendizado sejam iguais para todos. Assim, é importante que o professor compreenda que a discussão sobre gênero precisa ser ampliada para além da concepção biológica.

Mesmo com todas as dificuldades, a escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associadas a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica. (JUNQUEIRA, 2009, p. 35).

A pergunta 03 buscou conhecer se os professores consideram ou não importante trabalhar a abordagem do tema na escola. “Você acha importante que a escola tenha uma abordagem sobre Gênero? Justifique sua resposta, explicando porque considera ou não importante”.

Todos os professores afirmam que discutir o tema gênero é importante, principalmente para lidar com situações relacionadas ao preconceito. Mas, apesar de existir essa consciência, apenas 58% dos professores abordam em sala de aula.

“Sim, a escola é um ambiente privilegiado para discussão do assunto, uma vez que é nesse meio que deve-se trabalhar a igualdade.” (P 9).

“Sim. O ambiente escolar é um ambiente diverso e deve estar aberto a discussões que envolvam os aspectos relacionados ao gênero. Vivemos em um contexto social no qual as diferenças ainda não são respeitadas e, é em meio a esse contexto, que a escola se apresenta como o cerne capaz de construir visões que possam contribuir para minimizar as manifestações preconceituosas.” (P 6).

“Acho importante que a escola trabalhe e combata o preconceito, que tenha uma educação de valores, respeitando o próximo como um ser por inteiro” (P11).

É importante ressaltar que o tema gênero está incluso nos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde aparece como tema transversal e pode ser abordado por todas as disciplinas existentes no currículo.

A questão 04 perguntou: “Caso a resposta seja positiva, como você trabalha o tema? Caso seja negativa, porque não há abordagem do tema?” Onde a intenção foi conhecer como ocorre a abordagem do tema, como ele é trabalhado e se não é, quais são os motivos.

A maioria das respostas foi negativa e até mesmo as que foram positivas há sempre ênfase no fato da ausência de preparo na formação como professor para abordar o tema em questão. Muitos professores relataram que não abordam o tema por considerarem que seja algo natural, sem necessidade que seja previamente discutido com os alunos. Os professores que abordam o tema dizem discutir a diferença entre os vocábulos relacionados à educação sexual.

Portanto, a formação e conhecimento sobre o assunto pode garantir uma maior capacitação e segurança do professor na sua docência.

Quando questionados sobre o interesse dos alunos pelo assunto, todos foram unânimes ao responderem que todos os alunos têm interesse.

“Sim, a meu ver este é um dos assuntos que alunos mais gostam que seja trabalhado. Isso porque, eles possuem muitas dúvidas e, em alguns casos, não se sentem abertos para discutir sobre o tema com qualquer pessoa.” (P 6).

O preparo do professor para lidar com diversos temas, dentre eles o destacado nessa pesquisa sobre gênero pode refletir muito na postura da criança ou do adolescente tanto quanto estudante quanto no seu ser social, Abreu e Masseto (1990, p. 115) afirmam que “é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos; fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade”. É por meio disso que o professor pode ser mediador de qualquer adversidade relacionada a gênero apresentada pelas crianças ou adolescentes, quanto colaborar para que isso não se torne negativo para os alunos e que as ações não reproduzam preconceitos, fazendo assim com que o convívio social seja igual para todos.

Na questão “Você se considera preparado (a) para discutir sobre gênero com os alunos? Por quê?” A análise das respostas indicou que a maioria dos professores, 75%, não se sente preparados para abordagem do tema.

“Sim, mas acredito que uma maior contemplação do assunto em cursos de formação continuada, palestras desenvolvidas no âmbito acadêmico, por exemplo, poderiam alavancar meu conhecimento e visão sobre as questões de gênero e sociedade, de modo que eu possa ter maiores e melhores meios de realizar a abordagem do tema junto aos estudantes.” (P 6).

“Acredito que é complexo dizer que estou completamente preparada, há muito para ser estudado ainda.” (P 7).

“Não. Precisamos de pessoas qualificadas para abordar o tema com o grupo docente” (P 9).

“Talvez não esteja preparada profissionalmente, pessoalmente, tenho algumas convicções. Li poucos artigos sobre o tema e alguns muito numa postura da religião católica. Acredito no respeito.” (P 11).

As respostas das questões permitem reflexões sobre a formação dos professores, das grades curriculares das licenciaturas e na própria formação continuada onde:

(...) a formação continuada contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor, cujo objetivo entre outros, é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente elevando-a a uma consciência coletiva. A partir dessa perspectiva, a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças. (WENGZYNSKI; TOZETTO, 2012, p. 3).

Gênero está incluso dentro dos Parâmetros Curriculares e é tratado, assim como outros temas relacionados à educação sexual, como inexistentes ou com pouca importância mesmo após a formação, são excluídos inúmeras vezes de debates no meio escolar. É importante questionarmos o porquê dessa exclusão, mesmo existindo programas que contribuem na continuidade da formação dos docentes sobre o tema Gênero, maioria dos professores ainda desconhecem.

As respostas da pergunta 09 confirmam que são poucos os professores, 33%, que sabem de cursos oferecidos pela própria Secretária de Educação que promovem a discussão sobre o tema.

Em relação a abordagem da temática nos livros didáticos que utilizam em suas aulas as respostas destacaram que o livro se preocupa apenas com aspectos biológicos.

“O livro aborda somente aspectos biológicos inerentes ao sistema reprodutor masculino e feminino. Nem mesmo nos textos introdutórios das unidades é realizada essa abordagem, ou seja, temos que essa abordagem acaba ficando a critério do professor, este precisa ir ao encontro de outros meios para tratar o assunto em sala de aula.” (P 6).

Para finalizar, questionamos qual o maior problema enfrentado com relação ao tema “gênero” e se percebem alguma solução para melhorar a experiência com a diversidade presente de forma produtiva para todos os alunos?

De acordo com as respostas dos professores podemos inferir que o espaço para se debater o tema existe, e a partir desse ponto é necessário encontramos o que ainda impede que assuntos como esse sejam realmente colocados em pauta e discutidos sem nenhum preconceito no meio escolar e de forma positiva para que exista a construção de um cenário educacional mais humano e libertador.

“Falar sobre o tema ainda é um tabu no seio educacional. Nem todos os profissionais acreditam que gênero seja uma temática que tenha relevância para as relações e vivências dos estudantes. Logo, acredito que a solução seria sensibilizar os profissionais da educação, pais e responsáveis acerca da importância em tratar do assunto, tendo em vista que é um tema bastante recorrente no cenário atual.” (P 6).

“Falta de preparo, de conhecimento a cerca do tema. Estar presente da nossa formação como continuidade também, não negar que esse assunto exista e tentar tirar da sociedade como tema “tabu”. (P 12).

“Falta muita informação e conhecimento sobre esse tema. Permitir mais discussão, convidar orientadores e educacionais para abordar o assunto com o grupo discente e docente.” (P 9).

“Acho que a formação acadêmica deveria dar um suporte maior, muitos professores deixam de abordar o assunto por insegurança” (P 7).

Diante de todas as respostas obtidas, também podemos perceber a necessidade de discutir sobre a formação de licenciados em todas as áreas e a prática como educadores, de acordo com Araújo (2009, p. 120) “Mais que fornecer conteúdos programáticos, estes futuros professores precisam pensar a prática escolar como formadora e transformadora de cidadãos”.

Considerações finais

É necessário refletir na formação de futuros docentes e na prática da formação continuada, que se mostra importante em todos os contextos. A análise das respostas indica que os professores que fizeram algum curso de formação continuada ou que durante a sua graduação tiveram algum conteúdo e reflexões relacionados a questões de Gênero possuem menor dificuldade para abordagem do tema. A pesquisa também indicou que a falta de conhecimento prévio sobre o assunto pode propiciar concepções equivocadas por alunos e professores e gerar ou perpetuar preconceitos, impossibilitando que as relações sociais sejam baseadas no respeito a construção das identidades de gênero. Muitas questões ainda podem ser melhores discutidas e mais pesquisas podem ser realizadas a fim de elucidar melhor as questões que permeiam esse tema.

Referências

- ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. *O professor universitário em aula*. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.
- ARAÚJO, J. R. Relações de gênero na educação infantil: questionamentos acerca da reduzida presença de homens na docência. In: TEIXEIRA, A. B. M.; DUMONT, A. *Discutindo relações de gênero na escola: reflexões e propostas para a ação docente*. Belo Horizonte: GSS: FUNDEP, 2009, p. 109-129.
- BRAGA, E. R. M. Sexualidade infantil: a importância da formação de professores (as na questão de gênero. In: Carbello, S. R. Cassol; Comar, S. R. (org). *Educação no século XXI: Múltiplos desafios*. Maringá: Eduem, 2009.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>> Acesso em 15 maio 2016.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação –MEC. *Educação como exercício de diversidade*. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192> Acesso em 15 maio 2016.
- CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M; SILVA, L. B. *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO. Brasil, 2004. 426p.
- LIONÇO, T; DINIZ, D. *Homofobia e Educação: Um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.
- LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 85-93.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FREIRE, N.; SANTOS, E.; HADDAD, F. Construindo uma Política de Educação em Gênero e Diversidade. In: *Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009, Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: MEC, Unesco; 2009. p. 13-51.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

WENGZYNSKI, C. D; TOZETTO, S. S. A formação continuada face as suas contribuições para a docência. IX ANPED, 2012, Seminários de Pesquisa da Região Sul, Caxias do Sul. Disponível

em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2107/513>. > Acesso em: 10/09/2016.

VIDA DE MARIA: AS SIGNIFICAÇÕES IMAGINÁRIAS SOCIAIS EM UM CASO DE DEPRESSÃO

Keity Emanuela Araújo Vieira⁵¹

Introdução

Cibele, nome fictício, tem 37 anos, é casada e tem dois filhos. Já passou por dois grandes episódios depressivos, um há 14 anos, depois que fez uma cirurgia bariátrica, e outro há 11 anos, quando sua mãe morreu. Buscou ajuda agora, porque atualmente estava entrando novamente em um quadro depressivo abandonando a faculdade e o trabalho como recreadora. Veio encaminhada para acompanhamento psicológico pela ONG Abrapsi IDEA - Brasil, ligada à Clínica Ayrakie em Campo Grande - MS, que presta auxílio a pessoas em tratamento de saúde, principalmente com hanseníase.

Cibele já esteve em tratamento de saúde em hospitais públicos da cidade, devido a complicações da cirurgia bariátrica que aconteceu quando tinha 23 anos; meses depois de realizada a cirurgia, foi diagnosticada com depressão e síndrome do pânico. Cibele foi convidada a participar da presente pesquisa e aceitou voluntariamente assinando Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Todos os nomes que aparecem na história são fictícios.

Os dados que compõem o presente estudo foram colhidos em 20 encontros que se deram de abril a outubro de 2017. As entrevistas foram abertas e os dados em geral foram transcritos manualmente depois dos encontros, com exceção de algumas informações específicas como datas, que foram anotadas durante a sessão.

Somente considerando a relação da psique com a sociedade, pode-se tatear o tema da depressão, porque o adoecimento expressa um conjunto de relações sociais e seu relacionamento intrínseco com a psique. Entre os objetivos do presente trabalho estão: conhecer as significações imaginárias sociais e entender o fenômeno da depressão, a fim de contribuir para os possíveis tratamentos.

É importante salientar que existem diversos fatores sociais de risco para a saúde e a depressão, como consta no Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da Organização Mundial da Saúde (KRUG, 2002), destacando os que colocam as mulheres em situação de vulnerabilidade: a pobreza, empregos informais, dificuldades no acesso à educação, desigualdade salarial, iniquidades de gênero e violências. De acordo com esses dados disponíveis, não existe igualdade

⁵¹ Bacharel em Psicologia e Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

salarial entre homens e mulheres em nenhum país do mundo. Uma em cada cinco residências é chefiada por mulheres e essas famílias têm mais riscos de sofrer com a pobreza, em relação às famílias lideradas por um casal ou por um homem. As mulheres também estão mais propensas a sofrer violências no trabalho, por discriminação social, pela consideração das mulheres como socialmente inferiores aos homens, e por elas estarem mais vulneráveis aos trabalhos informais.

Da população que não tem acesso à educação, a maior parte é constituída por meninas. E as violências física e sexual, perpetrada pelo parceiro íntimo, também se relaciona a muitas mortes, traumas e diversos problemas de saúde.

Estimativas globais sobre violência praticada por homens contra mulheres indicam que 30% das mulheres que tiveram um parceiro (cerca de uma em cada três) já sofreram violência física e ou sexual em algum momento da vida (OMS, 2015, p. 14).

Com tudo isso, as mulheres são as que mais sofrem com depressão, ansiedade e as que mais cometem suicídio. Entre os primeiros fatores elencados que maximizam o risco de suicídio, estão: ter sofrido abuso sexual na infância e sofrer violência do cônjuge. Um em cada três suicídios que ocorrem no mundo é cometido por mulheres entre 25 e 44 anos, e o suicídio é a quinta maior causa de morte, em mulheres de 20 a 44 anos, ficando à frente dos acidentes de trânsito (KRUG, 2002). O relatório aponta para esta vulnerabilidade relacionada ao gênero:

Mulheres expostas a violência praticada por parceiro íntimo têm probabilidade quase duas vezes maior de apresentar transtornos associados à ingestão abusiva de álcool, duas vezes maior de ter depressão, e um risco 4,5 vezes maior de tentar suicídio em comparação com aquelas que não foram expostas a esse tipo de violência (OMS, 2015, p. 17).

Vê-se que as condições em que a psique pode viver não estão alheias das condições de vida e dos fatores econômicos e sociais que nos são contemporâneos, e que as desigualdades sociais e de gênero, as disparidades econômicas e políticas, as dificuldades no acesso à educação e as diversas formas de violência estão presentes nessa sociedade em que as mulheres são as que mais sofrem de depressão e se suicidam. Sendo assim, psique e sociedade estão em relação constante, e esse entendimento é fundamental para se compreender a depressão.

A depressão, que é considerada um transtorno mental nos manuais psiquiátricos e uma doença crônica não transmissível para o Ministério da Saúde, é, para a psicanálise, uma forma de adoecer, e enquanto possibilidade de sofrer, fica a questão se ela também pode ser parte da condição humana. Procurou-se focar essa relação partindo dos estudos psicanalíticos da melancolia.

Para Elizabeth Roudinesco e Michael Plon (1998), desde a Antiguidade, a melancolia é caracterizada como humor sombrio, tristeza profunda, medo, desânimo, que pode ou não apresentar delírios e levar ao suicídio. Quadro esse que, com o desenvolvimento da psiquiatria no final do século XIX, ganhou diversas terminologias e foi inscrito em uma nova nosografia. Segundo essa autora, a depressão, muitas vezes, uma forma moderada de melancolia, se tornou no século XX o equivalente à histeria nos tempos de Charcot, com a diferença que se a histeria representava a revolta do corpo feminino diante do patriarcado, a depressão representaria o fracasso dessa revolta, em um mundo pobre de ideais, mas com fortes indústrias farmacológicas.

No entanto, a depressão não é qualquer forma de sofrer. O que, por exemplo, a aproxima da melancolia e a afasta do processo de luto normal, de acordo com Freud no texto *Luto e Melancolia* (1996), é o prejuízo que acarreta a autoestima e o fato de se relacionar a uma perda mais ideal e inconsciente. A melancolia seria assim, uma forma patológica do luto ou a impossibilidade de elaborá-lo, falar-se-á mais sobre isso logo abaixo.

Diante de tudo o que é caracterizado como depressão, incluindo a depressão pós-parto, pensou-se que elas podem aparecer tanto em estruturas neuróticas, ligada a um sofrimento elaborativo e próxima do luto normal, como um episódio depressivo, quanto em estruturas psicóticas. Para Aulagnier, em depressões graves, podemos falar em um sofrimento não elaborativo ligado a Tânetos, em que a perda de um objeto de amor, não significa a perda desse objeto para que outro possa ser amado e sim, que essa perda ameaça a totalidade da existência do sofredor.

Freud, em seu texto *Neurose e Psicose* (1996), entende a melancolia como uma psicose narcísica, que expressa um conflito entre o ego e o superego. Em *Luto e Melancolia* (1996), Freud afirma que a principal característica da melancolia é a insatisfação com o ego, que é considerado socialmente inferior e desprezível pelo melancólico. O que ocorre nesse fenômeno é que o ego se altera por identificação com um objeto que fora amado. Então, em um primeiro momento, possivelmente, temos uma escolha amorosa, que posteriormente foi frustrada e se rompeu. Como acontece em diversos casos em que a escolha amorosa era feita com base na identificação narcisista, o amor que era direcionado ao objeto volta para o ego, já que esse se identifica com o objeto perdido e se oferece as libidos do inconsciente como alvo de amor. Assim, o amor não é abandonado porque volta para o ego pela identificação narcisista. Mas, pela ambivalência constitucional da psique humana, devido os primórdios da bissexualidade e o caráter triangular do complexo de Édipo, o ódio entra em ação e a vingança direcionada ao objeto perdido acaba por destruir aos poucos o próprio eu.

De acordo com Freud, nos textos *O Ego e o Id* (1996) e *O Inconsciente* (1980), existe uma divisão da psique em id, ego e superego. As libidos são as energias pulsionais do id, que tentam encontrar vazão via pré-consciente e consciência. Isso porque enquanto há vida, a psique, sempre em tensão pelas relações do meio, busca essa saída que corresponde ao alívio da tensão e ao prazer na vida psíquica, enquanto que o acúmulo dessas energias costuma ser sinônimos de desprazer.

Nesse entendimento do aparelho psíquico, o id corresponde à parte inconsciente, em que impera o princípio do prazer, onde as energias libidinais são mais móveis e amor e ódio se juntam, sem contradição. Assim, a lógica do inconsciente é a lógica do desejo: ele sente as tendências pulsionais eróticas como necessidades e deseja obter o prazer pela descarga de suas energias, ele quer se realizar.

Desse modo, para Freud em *O Ego e o Id* (1996), o ego é uma organização coerente de nossos processos mentais e uma parte do id que se transformou pela sua relação com o mundo. Ele é acima de tudo um ego corporal, que está mais próximo da consciência e da razão ainda que também seja, em parte, inconsciente. O ego tem as importantes funções de controlar a motilidade, mediar a descarga das libidos do id, e lidar com as exigências do id e do superego. Para Freud, as primeiras identificações que formamos são constituintes da psique e, por isso, elas costumam ser mais gerais e duradouras. Por exemplo, o ego que inicialmente é fraco ao se deparar com as energias libidinais do id, pode reagir a elas reprimindo-as ou se sujeitando a elas. Quando, por exemplo, um objeto de amor é abandonado, ocorre uma alteração no ego, que corresponde a uma introjeção do objeto no ego, que, por meio dessa identificação, se oferece ao id como alvo de amor por ser semelhante ao objeto. Então, o ego carrega a história dessas identificações e escolhas amorosas.

Em Freud (1996), por trás do superego está nossas primeiras e mais importantes identificações, nossa identificação com as primeiras pessoas que amamos, apresentando como fatores essenciais a bissexualidade constitucional de cada indivíduo nos primórdios da psique e a triangularidade da situação edipiana. De acordo com o exemplo clássico, um menino pode desenvolver um amor especial pela mãe relacionado ao seio materno, enquanto se identifica com o pai. Mas, com a intensificação dos desejos libidinais eróticos do menino pela mãe, o pai passa a ser considerado um rival impedindo que esses desejos se realizem, então, a identificação com o pai assume um caráter hostil e se transforma em um desejo de se livrar dele e ocupar o seu lugar. A partir daí, a relação com o pai ou com os genitores se torna ambivalente e a resolução desse conflito pode resultar tanto em uma identificação com a mãe, quanto em uma superidentificação com o pai. Seja como for, serve para edificar a masculinidade ou a feminilidade no caráter da

criança. Assim, o superego é herdeiro do complexo de Édipo, é a expressão de nossas relações com nossos primeiros amores. Visto que nos identificamos com esses ideais que amamos e tememos, e os colocamos dentro de nós como um ideal de ego. Então, quanto mais intensamente o complexo de Édipo ceder à repressão, mais forte e severo será o superego com o ego, por meio da consciência ou de um sentimento inconsciente de culpa.

No texto *O Problema Econômico do Masoquismo* (1996), Freud traz a questão de que tanto um sentimento inconsciente de culpa que geralmente acompanha um superego extremamente crítico, quanto o masoquismo do ego podem se complementar, nesse ódio do outro que recai sobre o eu. Em último grau, o suicídio representaria a vitória do objeto e da pulsão de morte e a satisfação tanto de tendências sádicas do superego, quanto de tendências masoquistas do eu. No final das contas, o problema econômico do masoquismo também reside no fato de que ninguém pode se matar sem certa satisfação libidinal, já que na raiz do masoquismo se encontram pulsões eróticas, ou seja, pulsões de vida. No campo dos relacionamentos sexuais, vemos mais comumente a fusão do masoquismo com a pulsão de vida, e a obtenção do prazer, por meio do sofrimento ou da dor.

Como as pulsões de vida e de morte estão em constante relação entre si e com a totalidade, como parte da relação da psique com a sociedade, diante de preconceitos sociais, por exemplo, um superego severo pode logo se render e censurar ainda mais o ego com base no que é ditado como o moralmente certo, e isso tanto diante de preconceitos como das significações sociais, que aprendemos nos discursos com os quais nos identificamos. Além do que, segundo Freud (1996), o superego representa tanto o desenvolvimento do indivíduo quanto da espécie, e se relaciona tanto com as aquisições filogenéticas quanto com a sua herança arcaica, como a expressão de incontáveis egos e da transgeracionalidade das sociedades humanas.

Para Pierra Aulagnier (2007), é por meio dos discursos identificantes que a criança torna próprio, discursos do grupo familiar sobre a vida e o corpo como estranhas certezas, que remetem ao que foi ouvido pelos pais e avós daquela geração familiar, e que podem aparecer como convicções relacionadas a filiação ou a significação de alguma característica pessoal. E também pode acontecer de um enunciado identificante do meio social, encontrar um fantasma inconsciente em um momento particular carregado de afeto, em que a criança ouve e fica impressionada e disso resulta consequências identificatórias que geram conflitos enraizados nessas estranhas certezas.

Aulagnier, em entrevista à Marilsa Taffarel (2001), defende que existe uma responsabilidade da sociedade e da cultura, que podem e deveriam facilitar que um indivíduo ultrapasse a simples identificação parental.

Se pensarmos que um sujeito singular vai encontrar um certo número de problemas que se vão instalar, desde sua mais precoce infância, no meio familiar, então a tarefa do campo social seria a de instalar um conjunto de referências identificatórias, um certo tipo de relação entre o sujeito e o meio extrafamiliar, que deveria permitir ao sujeito relativizar, ultrapassar certos impasses que têm sua fonte nas relações presentes no meio familiar (T'AFFAREL, 2001, p. 120).

Assim, pela ação social podem existir outras possibilidades de identificações e também o favorecimento de um refazer dessas identificações ao longo da vida, viabilizando também que novas relações se estabeleçam, quiçá relações que permitam ao sujeito viver com menos conflitos e/ou lidando melhor com eles.

Mas as significações sociais, como instituições imaginárias da sociedade, como uma materialização dos significados sociais, nem sempre é uma facilitadora de relações que fomentam a saúde psíquica, por isso é importante ressaltar que novas significações são possíveis diante do que se apresenta na realidade. Castoriadis (2000) explica que, como na passagem do sensorial ao psíquico há a constituição de um outro nível de ser, também na passagem da natureza à sociedade, uma nova dimensão passa a existir, presentificando e encarnando os significados sociais nos indivíduos, que por eles adoecem ou amenizam a dor, em um processo de criação constante de novas representações significativas.

Diante disso, existem duas significações de nossa sociedade que merecem serem mencionadas: a significação da mulher direita e da família nuclear. Arrais (2005), ao estudar acerca da feminilidade no Mundo Ocidental, afirma que seja nas mulheres de Atenas, Roma ou na mulher judaico-cristã, a mulher sempre foi figura de ambiguidade em um discurso quase sempre contado pela visão masculina. Como, por exemplo, se evidencia nas figuras contraditórias de Eva e Maria. Enquanto Maria mãe de Jesus, ficou representada como uma figura santificada e geradora da vida, Eva, por outro lado, ficou como responsável pela caída de Adão e, logo, de toda a humanidade que conheceu o sofrimento, o trabalho e a sexualidade, porque ele cedeu à sedução de Eva, cometendo o pecado original. Então, havia a ideia de uma suposta fragilidade moral feminina que a tornava mais suscetível às tentações, o que justificava tanto a culpabilização da mulher pelos males sociais quanto à vigilância, o controle e a repressão sexual que ocorria por coerções diversas e pelo casamento, uma vez que essa malignidade deveria ser vigiada e controlada. E a superioridade masculina, diante disso, era justificada como natural e expressão divina.

Assim, se associou a figura da mulher (sexualizada, que conhece a vida sexual) à um estigma de malignidade, que se materializou, por exemplo, na caça às bruxas da Idade Média. A

mulher representava os desejos que podem entorpecer os homens. O controle do corpo foi instituído como forma de educá-lo, torná-lo dócil, apto para o trabalho e menos ameaçador. Então, por um lado, existia a figura de Eva, da mulher como portadora de um desejo irrefreável e, por outro, a representação da mulher dita direita, considerada um ser assexuado, frígido, sem capacidade de ter prazer sexual, que deveria se dedicar ao lar e que deveria ter relações sexuais apenas para reprodução (ARRAIS, 2005).

Em resumo, havia uma mística que ligava a mulher à transmissão da vida, pela eternização que representava os nascimentos, e da morte, como consequência das tentações e do pecado da sexualidade no cristianismo. Consequentemente, a mulher que procriava sem pecado, no casamento, afasta-se de Eva e aproxima-se de Maria ou da Virgem Maria, uma figura santificada dos pecados lascivos. Badinter (1985) também defende que no imaginário coletivo a mãe ainda é vinculada à figura da Maria, mãe de Jesus, de modo que o amor materno, não só é considerado como algo natural, mas, puro, perfeito e divino.

Surge por sua vez, o modelo das mulheres direitas, como expressão de uma vida dedicada à família, à Igreja, assexuada e que somente com fins de procriação que se relaciona ao sexo, fracas, submissas aos maridos, passivas, sem vida pública ou política, educadas para cuidarem dos cônjuges, dos filhos, da casa, e aguentarem as relações extraconjugais de seus companheiros. Porque se as mulheres decidissem se rebelar à própria instituição da família se supunha ameaçada. Arrais (2005) conclui que a naturalização da maternidade passa por esse caminho, de uma imposição violenta da maternidade, que deve acontecer para que a mulher possa se redimir da mortalidade e finitude dos humanos e dos supostos pecados que representam sua sexualidade.

Psique e sociedade (fatores econômicos e sociais, menor salário, ser responsável pela família, violência doméstica, a questão do estudo) apontam a necessidade de não centrar a análise apenas na psique, porque que mesmo que quiséssemos a história de Cibele não nos permitiria.

Caso Cibele

Cibele nasceu em 1980, sendo a segunda filha e única mulher entre os três filhos do casal. Ela diz que os pais viveram bem por muitos anos, eles eram donos de um estabelecimento comercial em que ambos trabalhavam. Até que uma empregada bem mais nova do que sua mãe foi morar com eles e se tornou amante de seu pai. Ela relata que o pai traía sua mãe e queria ficar com as duas na mesma casa. A mãe de Cibele não aceita a situação e, ao confrontar o marido, foi agredida e trancada no quarto do casal. Cibele diz que ela e os irmãos escutavam todas as

agressões e ficaram escondidos em seu quarto esperando tudo passar, porque não havia nada que eles pudessem fazer para ajudá-la.

Quando sua mãe tentava fugir, Cibele via e pedia que ela a levasse junto, o que acabava a impedindo de ir. Somente três dias depois de ser agredida, a mãe conseguiu sair da casa. Seus pais se separaram quando ela tinha nove anos de idade. Disse que com essa idade, de uma forma simbólica o seu pai morreu e ela chorou durante três meses pela partida da mãe, como se fosse um ouro que havia perdido. De início, os filhos ficaram na casa com o pai, mas a mãe não se afastou muito e aos poucos foi pegando um por um dos filhos para morar novamente com ela. Cibele foi a primeira a voltar a viver com a mãe.

Disse que sua mãe se reergueu trabalhando com padaria e depois se casou novamente. Segundo Cibele, sua mãe também sofreu muito nas mãos do padrasto, só que dessa vez sofreu calada, se sacrificando pelos filhos. Cibele explica que tudo que a mãe tinha, investiu no negócio que tocava com o marido e temia não poder sustentar os filhos, caso ela se separasse, pela ameaça de perder as condições financeiras que haviam conquistado devido a esse empreendimento. Desse novo relacionamento, sua mãe sofria traições, apanhava e aguentava provocações das filhas dele (de um primeiro casamento), sofrendo constantemente violências físicas e verbais.

Aos 12, a mãe levou Cibele para atendimento psicológico, porque ela era bastante brava, ansiosa, chorona, comia muito e brigava na escola. Na adolescência, Cibele já demonstrava sinais de obesidade.

Cibele conta que com 13-14 anos se decepcionou com a mãe, por ela ter ficado naquela situação, se submetendo às violências e traições do padrasto. Quando tinha 17 anos, seu pai foi diagnosticado com câncer no intestino.

Até a idade adulta, Cibele sempre trabalhou nos empreendimentos da família. Aos 19 anos, quando nasceu seu primeiro filho Júlio, seu noivo a abandonou, indo embora para uma cidade do interior do estado ficar com uma mulher daquela cidade com quem ele a traía, de acordo com Cibele.

Quando ficou sabendo que ele estava lá com essa mulher, ligou para a mulher e explicou a situação dizendo que tinha um filho, que eles estavam noivos e que ele tinha dito que iria casar com ela. A mulher respondeu que Cibele era uma gorda e que, por isso, o pai do Júlio não queria mais ficar com ela.

Cibele destaca a humilhação e o trauma que viveu por ter sido chamada de gorda nessa situação, e que foi depois desse evento que ela decidiu fazer a cirurgia de redução do estômago.

Do período do nascimento de Júlio até ele completar 4 anos, quando ela realiza a cirurgia bariátrica, Cibele não namora com ninguém, se relacionando amorosamente com outra pessoa somente um ano e meio depois de feita a cirurgia bariátrica.

Ainda, sobre a gravidez de Júlio, Cibele fala que quando engravidou dele pensava que tinha que ser daquele jeito - mãe, pai e filho – porque, segundo ela, as pessoas respeitam mais a mulher casada e esse padrão familiar, assim, diz que queria que tivesse sido assim com ela. Menciona que ficou com alguns desses machismos na cabeça e destaca o quanto era desrespeitada e humilhada, e o quanto era feio e vergonhoso o fato de ter sido mãe solteira, e que as pessoas sempre perguntavam para ela onde estava o pai. Cibele respondia, algumas vezes, que ele tinha ido embora e estava com outra mulher.

Diante disso, pessoas comentavam que ela tinha sido burra e que o pai de Júlio era safado e, por isso ela foi traída. Outro comentário recorrente de seu meio social, destacado por Cibele, que muito a marcou, era a afirmação de que ela era muito nova, nem tinha estudado e já tinha tido filho. Então, ela sentia que ainda ficava como a errada da história e o fato dele ficar como “o safado”, ainda era um lugar de certo prestígio, ou seja, ele era o garanhão e ela era a burra, por isso ela não tinha estudado e tinha sido traída, abandonada e também mãe solteira.

Cibele disse também que as pessoas olhavam diferente nos lugares para a mulher sozinha com o filho e para aquela que chegava com marido e filho, em outras palavras, no padrão: família tradicional. Comenta de um dia em especial, em que se recriminava por não ter estudado e sim, iniciado sua vida sexual e tido filhos. Ela diz que antes, quando teve Júlio, achava que tinha cometido um erro (ao ser mãe solteira) e tinha que ficar ali pagando pelo erro, e que não lhe ocorria a ideia, por exemplo, de que ela poderia deixar o filho com sua mãe e ir fazer faculdade. Diz que, na época, não tinha essa cabeça que tem hoje, não pensava que poderia fazer diferente. Fala que a mãe a protegia, ou ao menos tentava protegê-la, mas que houve preconceito na família e, em especial, por parte do padrasto por ela ser mãe solteira de Júlio. E que sentia esse preconceito sob a forma de olhares e tratamento diferente de alguns familiares. E conclui que só não enlouqueceu porque queria muito um menino.

Cibele conta que no pós-parto de Júlio mal andava e sentia muita dor. Teve pressão alta, anemia e várias complicações devido ao sofrimento que passou pelo que fizeram com ela e com seu filho. Nessa época, sua mãe falava que iria mandá-la para um psiquiatra, porque ela ficava cem por cento do tempo em cima do filho. Cibele diz que tinha um cuidado todo especial com Júlio e que havia colocado ele em uma bolha (de proteção), porque parecia que ele iria quebrar. E ainda, diz que chorou um dia inteiro, quando um pernilongo picou seu filho pela primeira vez e

só saiu com o filho no quintal 30 dias depois que já estavam em casa porque tinha medo de quebrante.

O pai de Cibele morreu quando ela tinha 21 anos. Dois anos depois da morte do pai, com 23 anos, Cibele se submete à cirurgia bariátrica. Inclusive ela ficou no mesmo hospital em que o pai esteve internado e morreu. Disse que ficava louca naquele lugar, gritava e ligava para o médico de madrugada dizendo que queria ir embora. Cibele sofreu complicações nessa cirurgia - teve aderência - ficando internada por três meses (no lugar de 3 dias), e pouco tempo depois de receber alta, volta a ser internada novamente, sendo diagnosticada com depressão e síndrome do pânico.

No auge da depressão, disse não queria comer, nem conversar com ninguém, só falava com o filho, a mãe e a irmã adotiva, quando vinham falar com ela. Não queria tomar banho e só desejava ficar na cama e dormir dia e noite, chorava e tinha pânico de muito barulho, som alto ou de lugar com aglomeração de pessoas. E cita episódios em que comprava roupas compulsivamente, ignorando seus limites financeiros. E também, recentemente, acrescenta como parte de seu sintoma comprar produtos de limpeza com exagero e se dedicar demasiadamente aos afazeres domésticos.

Conta que a psiquiatra que a atendeu, quando ela recebeu o diagnóstico, disse que ela já tinha depressão antes. Cibele concorda e argumenta como era briguenta e chorona, mas ao mesmo tempo convivia bem com as pessoas, não deixando transparecer como ela se sentia.

Cibele já tomou os seguintes remédios: Diazepan, Clorazepan, Depacote, Certralina e Fluoxetina. Na primeira metade de julho desse ano, disse que fazia um mês e meio que não tomava nenhuma medicação. Disse que sentia que estava em uma bolha com os remédios, mas nada mudava na realidade. Relata que ficava boa e ruim em um vai e vem emocional sem fim.

Cita o sentimento de estar em uma bolha emocional, falando que o relativo estado de calma propiciado pelos remédios, não era o reflexo de nenhuma mudança de fato ou resolução de algum conflito. Recorda certa vez que uma psiquiatra lhe chamou à atenção dizendo que ela podia parar de fugir das situações da vida dormindo, porque ela iria dormir e acordar e os problemas continuariam lá, e que, então, essa fuga não estava boa.

Com 25 anos, Cibele se casa e desse relacionamento nasce Paulo. No tocante ao período pós-parto da gestação de Paulo, Cibele conta que ocorreu o total contrário do que aconteceu com o seu primeiro filho. No pós-parto de Paulo, Cibele diz que esteve bem tranquila, não teve nenhuma dor ou problema de saúde e no mesmo dia em que chegou da maternidade colocou o bebê no carrinho e saiu para passear.

Sobre esse casamento, Cibele conta que já sofreu violência física do parceiro e registrou boletim de ocorrência, por isso, até recentemente ele não podia pegar seu registro profissional porque estava respondendo processo de agressão enquadrado pela Lei Maria da Penha. Em um outro episódio, ele disse que tinha a traído porque ela não podia ter relações sexuais com ele, devido a uma cirurgia da vesícula que ela fez. E Cibele relata ter custado ver que era mentira, sendo que ele já a traía desde antes da cirurgia. Também menciona essa desculpa de traição com relação à depressão, dizendo que o marido tinha dito que pelo fato de que ela não estava tendo relações sexuais com ele (por causa da depressão), foi também o que levou a traí-la. Assim, ela fala que ficava se questionando se ela era mesmo a culpada daquilo.

No primeiro encontro que tivemos, disse que o marido reclamava que ela não o procurava sexualmente. E afirmou que não tinha a menor vontade de ter relações sexuais com ele, que sempre dava uma desculpa e que a lembrança de ter sido traída e a desconfiança reforçavam o seu desinteresse sexual; que considerava como parte de um desinteresse geral pela vida, como, por vezes, não queria ir ao trabalho, ou às aulas da faculdade, ou fazer as coisas em casa e só queria mesmo ficar deitada.

Sobre sua mãe: falou que ela vivia da padaria para casa e de casa para padaria. Era traída por seu padrasto e ainda era infelizada pelas filhas dele, que eram parricidas e que iam à padaria ficar provocando sua mãe. Destaca que queria ter feito do bom e do melhor pela mãe, e que não quer se sacrificar tanto pelos seus filhos como a mãe fez. Afirma que se viu na vida de sua mãe, já sabendo o final e que não vale a pena. E que esse foi o legado que sua mãe lhe deixou; que já estava cansada de viver uma vida dedicada exclusivamente aos filhos e ao marido e que tem medo de terminar igual a mãe.

Fora isso, se culpa pela situação em que sua mãe esteve. Porque, segundo ela, era pelos filhos que a mãe se submetia às agressões do padrasto e das filhas dele. Menciona que já foi traída pelo marido como ocorreu com sua mãe e está se sacrificando e se deixando de lado pelos filhos, igual a ela. Ademais, também já foi vítima de violência doméstica por parte do marido, similarmente ao que acontecia com sua mãe. E cita o curta metragem *Vida Maria* (RAMOS, 2007), em que a história que acontecia com a avó, se repetia com a mãe e com a filha. Cibele fala também que tinha raiva de a mãe ter se submetido às violências que sofreu, e ao mesmo tempo se culpa, porque foi por ela e pelos irmãos que a mãe se acabou e acabou com sua saúde, vivendo com esse marido que era ruim para ela e morrendo devido às complicações em uma cirurgia que era relativamente simples. E lembra que na época que a mãe adoeceu, falava que se a mãe morresse, ela morreria junto. A mãe de Cibele morreu quando ela tinha 26 anos. Recentemente,

Cibele citou que sente saudades da mãe, lembrando o amor e o carinho evidente entre elas e que a mãe sempre esteve ao seu lado.

Falou que se não tivesse indo lá (na terapia), seria uma Marina II (se referindo à sua mãe). Disse que, porque sua mãe se sacrificou, ela pensava que também tinha que se sacrificar pelos seus filhos. E conclui que, para ela, ser mãe era padecer no paraíso com ênfase no padecer. Ser mãe era se sacrificar pelos filhos.

Contou sobre o medo que tinha de ser julgada pelo filho mais velho Júlio se dançasse nas festas (principalmente familiares). Disse que a ajudei com a questão de que ela pode dançar sem ficar preocupada com o que o filho vai pensar sobre ela, e que havia colocado na cabeça ideias machistas e pensava que uma mãe não podia ser assim ou assado, e fazer essas coisas (como dançar).

Atualmente, Cibele rompeu essa relação conjugal que estava vivendo e tem trabalhado como diarista com mais frequência. Ela que relatou que se sentia apagada em sua relação conjugal e em seu papel de mãe e esposa, agora tem se mostrado mais disposta, visivelmente emagreceu alguns quilos, e conta que tem investido mais em si mesma.

Discussão do caso

Há indícios de que o processo de luto na vida de Cibele se afastava do luto considerado normal, se aproximando mais a um quadro de melancolia, com manifestações somáticas, inibição melancólica - expressa como desânimo, vontade de dormir e de não sair de casa - auto recriminações e sentimento de que merecia ser punida.

Alguns dos fatores de risco que incidem sobre as mulheres, em relação à saúde e à depressão, também aparecem na vida de Cibele. Por exemplo, ela é a principal provedora do lar e quem cuida dos filhos. Sempre teve menor salário do que o ex-marido e foi vítima de traições e agressões físicas por parte dele. Também enfrentou dificuldades no acesso à educação, já que o preconceito que viveu por ter sido mãe solteira, aliada à encarnação da significação da família nuclear como a certa, dificultaram que Cibele tivesse outra representação senão a de que tinha cometido um erro e precisava pagar por ele com sofrimento. De acordo com ela, na época do nascimento de Júlio, não lhe ocorria que poderia deixá-lo com sua mãe para ela estudar, porque pensava que tinha cometido um erro e tinha que ficar ali pagando pelo erro cometido.

Os maiores episódios depressivos que Cibele enfrentou foram antecidos por perdas significativas, como a morte do pai, ter sido deixada pelo noivo, a perda da possibilidade de ter

vivido o modelo de família nuclear nessa primeira relação com o pai de Júlio, o trauma psíquico de ter sido chamada de gorda em um momento em que estava particularmente sensibilizada, vivendo diante disso um quadro suspeito de depressão pós-parto, no puerpério de seu primeiro filho. Houve também as complicações na cirurgia bariátrica e a morte da mãe que foram seguidas por eventos depressivos. Atualmente, supomos que os 12 anos que Cibele viveu em um relacionamento abusivo e apaixonado, se dedicando à família e se sacrificando pelos filhos, estavam cobrando um preço alto à sua saúde.

Podemos elencar algumas significações imaginárias sociais que surgiram no discurso de Cibele, como: significações que se relacionam aos estudos e a sexualidade, como a de que deveria ter estudado prioritariamente em vez de ter filhos; e como não agiu assim, cometeu um erro passível de punição. Uma significação da mulher direita e significações sobre a maternidade, incluindo as representações sobre ser mãe solteira como algo socialmente inferior, em relação às mães casadas e de que uma mãe não pode dançar em festas, mas sim se sacrificar pelos filhos. E, por fim, a significação do padrão familiar tradicional como o correto.

Um caminho para Cibele, diante dessas significações imaginárias sociais é saber que ela pode instituir novas significações e novas formas de se relacionar consigo mesma, com os filhos, com a família e com as outras instituições da sociedade.

De acordo com Piera Aulagnier, em entrevista à Marilsa Taffarel (2001), o relacionamento amoroso difere do apaixonado, visto que a paixão não tem somente uma distinção quantitativa do amor. Sendo assim, a relação apaixonada implica que o outro seja investido como um ser todo poderoso e fonte exclusiva de prazer. Já no relacionamento amoroso, a aceitação de que o outro pode ser tanto fonte de prazer quanto de sofrimento permite que outros interesses sejam cultivados. Concluímos que diante da realidade conjugal em que vivia Cibele, estava em um relacionamento apaixonado, mas atualmente se encontra em um processo de ruptura e é preciso que ela siga em frente nessa direção. Reconstruindo sua própria história em um processo de desinvestimento desse outro, supostamente todo poderoso que ela depositava na figura do ex-marido e investindo em si mesma.

Referências

AULAGNIER, Piera. *La violencia de la interpretación: del pictograma al enunciado*. Tradução: Víctor Fischman. 1. ed. 7ª Reimp. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2007.

ARRAIS, Alessandra da Rocha. A Construção histórica da Subjetividade Feminina de Eva a Maria. In: *As Configurações Subjetivas na Depressão Pós-Parto: para além da padronização*

patologizante. Brasília - DF. 2005. Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/handle/10482/14011> Acesso em: 10 jul. de 2017.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Tradução: Guy Reynaud. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREUD, Sigmund (1923). *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1923-1924) Neurose e Psicose. In: *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1924) O Problema Econômico do Masoquismo. In: *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1915-1917) Luto e Melancolia. In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____ (1915). O Inconsciente. In: *A História do Movimento Psicanalítico artigos sobre Metapsicologia e outros Trabalhos*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

HORNSTEIN, Luis. Diálogo com Piera Aulagnier. In: *Desejo e identificação*. Org. de Maria Lucia Vieira Violante. São Paulo: Annablume, 2010.

KRUG, G. Etienne et al., eds. *World report on violence and health*. Geneva. World Health Organization: banco de dados. 2002. Disponível em:

<https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>.

Acesso em: 15 nov. 2017.

OMS. *Global Status Report on Violence Prevention*. Publicado originalmente pela Organização Mundial da Saúde em 2014. Edição e tradução: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo-USP. Banco de dados. 2015. Disponível em:

<http://apps.who.int/iris/handle/10665/145086> Acesso em: 15 nov. 2017.

RAMOS, Márcio. Curta-metragem: *Vida Maria*. Governo do Estado do Ceará. Secretaria da Cultura: banco de dados. 2007. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG htum4>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ROUDINESCO, Elizabeth; PLON, Michael. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora: Jorge Zahar, 1998.

TAFFAREL, Marilsa. Entrevista com Piera Aulagnier. *Revista Psicanálise e Universidade*. São Paulo: Via Lettera, n. 15, p. 115-123, set. 2001.

**DA MADEIRITE AO CIMENTO: UMA PESQUISA SOBRE MEMÓRIAS DE
MULHERES E TERRITORIALIDADES NAS LUTAS PRÓ-FIXAÇÃO DO
PARANOÁ (1981 – 1993)**

Leila Saads⁵²

*Quatro bilhões de pessoas nesse mundo / e minha imaginação é
como era. / Continua a comovê-la o singular. / Esvoaça no escuro
como a luz da lanterna, / iluminando alguns rostos ao acaso / [...]
Escolho excluindo porque não há outro jeito, / mas o que rejeito é
mais numeroso, / mais denso, mais insistente do que nunca. / Às
custas de incontáveis perdas, um poeminha, um suspiro.*

(Wisława Szymborska, s.d.)

Caminhos de uma pesquisa⁵³:

Qualquer pesquisa, assim como um poema, é feita de escolhas. A poetisa seleciona, a partir de suas vivências, sentimentos, observações e intenções, as imagens e palavras que melhor transmitem o que pretende expressar. A pesquisadora, por sua vez, direciona o pequeno feixe de luz proveniente de sua lanterna – para usar a metáfora de Szymborska – não apenas para aquilo que lhe parece mais interessante de ser utilizado a partir do objetivo proposto, mas, também, para aquilo que é capaz de encontrar e com o qual é capaz de trabalhar, dado o restrito tempo para pesquisa e conclusão de seus trabalhos. Assim, apresento um questionamento que me foi feito na ocasião de qualificação do meu mestrado: *mas por que essas três mulheres, por que a Creuza, a Lourdes e a Eva e não outras?*

Nos caminhos que me levaram até a redação do anteprojeto de mestrado, apresentado na seleção em 2011, tropecei, por coincidência, na dissertação da arquiteta Luiza Iwakami (1988). Foi durante o curso de graduação, que desenvolvi um interesse crescente pelo estudo da história das mulheres na cidade de Brasília, mas naquela época ainda não sabia como poderia desenvolver tais estudos e pesquisas sobre o tema. Então, comecei a ler essa dissertação e, conseqüentemente, me apaixonei também pelas histórias de resistência que marcaram o Paranoá⁵⁴, desde o seu surgimento até a sua fixação. A partir daí, comecei a investigar as possibilidades de abordagem das questões de gênero dentro dessa história. Eu não sabia nada sobre as mulheres do Paranoá, além disso, a pesquisa de Iwakami, até o momento, não havia me dado nenhuma pista sobre elas. Até então, os termos usados – “moradores”, “integrantes da diretoria”, “os jovens do grupo pró-melhorias”, dentre outros – para nomear as pessoas reunidas e politicamente engajadas nestas

⁵² Mestra em História pela Universidade de Brasília (UnB), titulação obtida em 2014.

⁵³ Este artigo foi escrito com base no “Epílogo” da minha dissertação de mestrado, intitulada *Da madeirite ao cimento: memórias de mulheres nas lutas pró-fixação do Paranoá (1981 – 1993)*. Pesquisa financiada pelo CNPq e cuja orientadora foi a professora doutora Susane Rodrigues, do departamento de História da UnB.

⁵⁴ Paranoá.

lutas, sinalizavam apenas para o protagonismo masculino. Foi quando notei, dentre as páginas finais da dissertação de Iwakami, uma discreta nota de rodapé que, mesmo sem intenção, apontava subterraneamente para a presença de mulheres como protagonistas nas lutas pela fixação do Paranoá. Tratava-se de uma nota sobre a composição da chapa que venceu as eleições para Associação de Moradores do Paranoá, em 1985, assim escrita:

A composição da diretoria era heterogênea: a presidente da Associação possuía formação de nível superior; a vice-presidente estava cursando a Universidade e os outros membros incluíam uma professora e um bancário entre profissionais diversos. (IWAKAMI, 1988, p. 149, grifos meus).

A leitura desta nota suscitou-me uma série de questionamentos: *quem seriam essas mulheres? Que possíveis trajetórias elas precisaram percorrer para chegar a ocupar esses lugares de poder dentro de sua comunidade? Como este empoderamento foi construído? O que tornou possível essa construção?* Mas uma questão prática também se colocava: *como estabelecer contato com essas mulheres?* Foi aí que, uma amiga, Marina Corrêa, integrante do *Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais* (o Genpex), da Faculdade de Educação da UnB, me falou sobre o projeto de alfabetização de jovens e adultas, no qual trabalhava no Paranoá. Segundo ela, o projeto era composto, em sua maior parte, por mulheres e, várias delas, estavam no Paranoá “desde sempre”, como ela mesma descreveu. Interessei-me pelo grupo e durante a semana de Extensão da UnB de 2012, em uma atividade do *Projeto Paranoá de Alfabetização e Formação de Alfabetizadores/as de Jovens e Adultos de Camadas Populares do Paranoá*, tive a oportunidade de conhecer Eva Lopes Sampaio, a primeira narradora que apresento neste trabalho.

Ao final da atividade de extensão, conversei com Eva e acabei lhe oferecendo uma carona de carro até a Rodoviária do Plano Piloto. No caminho, contei-lhe que estava iniciando uma pesquisa histórica sobre o Paranoá. Eva começou, então, a me contar sobre sua vida, disse que tinha sido mãe muito nova, que só havia tido oportunidade de concluir os estudos quando estava “mais velha”, que chegou ao Paranoá em 1981... No meio desta conversa, ela disse ainda que, ao chegar ao Paranoá, acabou se tornando uma *outra* pessoa, completamente diferente do que era antes e que, por isso, devia *tudo* ao Paranoá. Essa ligação tão enfatizada, entre a construção de sua identidade e sua condição de moradora do Paranoá, despertou em mim o interesse de analisar, principalmente, o modo como a memória destas mulheres se relaciona com a afirmação e (re)construção de suas identidades como sujeitos de poder no espaço onde vivem. Assim, surgiu a necessidade também de analisar, nas narrativas de mulheres, como se davam as relações entre espaço/território, experiência e memória na constituição de suas identidades. Ou seja, de que forma suas identidades se constroem, se sustentam e se (re)criam na interação entre estes três

elementos, visto que, as identidades surgem como resultado das relações que as pessoas estabelecem com o espaço/território, com outras pessoas (experiências nas relações sociais, de gênero, classe, raça etc.) e com o tempo (história/memória).

Por mais que muitos pontos de intersecção possam ser encontrados nas narrativas de Eva, Creuza e Lourdes, as nuances de cada uma delas tornam possível visualizar que, individualmente, elas percebem seu relacionamento com a cidade de forma muito particular e específica. Retomando as discussões sobre memória, apresentadas em outro artigo (SAADS, 2016), isso se deve ao fato de que cada uma delas teve experiências únicas. Ou seja, apesar de terem vivenciado e refletido muitas vezes sobre os mesmos acontecimentos, acabam *conectando os acontecimentos e suas reflexões a uma rede infinita de significados, com os quais tiveram contato, individualmente ou em grupo, ao longo do tempo.*

Espaços vazios versus territórios significados (ou: o direito à memória)

Celine: *Olha, uma exibição! Parece que vamos perdê-la, ela não começa até semana que vem. Na verdade eu vi esta daqui alguns anos atrás em um museu [aponta para uma imagem]. Eu olhei e olhei para ela... provavelmente por uns 45 minutos. Eu a amei! La voie ferrée... é maravilhosa... Eu amo o jeito como as pessoas estão se dissolvendo no cenário... olha essa daqui [aponta para outra imagem]: é como se o ambiente fosse mais forte do que as pessoas. As figuras humanas dele são sempre tão transitórias... É engraçado.*

Nos desenhos em preto-e-branco de Georges-Pierre Seurat (Paris, 1859 – 1891), nos deparamos com imagens desfocadas – como fotografias noturnas, envoltas num certo ar granulado, quando captadas com o ISO muito elevado. Quando visitei as obras dele, tive uma percepção diversa daquela de Celine. Foi a ausência de face das pessoas o que mais me chamou a atenção, bem como seus corpos aparentemente estáticos, enrijecidos. O efeito granulado me pareceu como que uma névoa, dominando minha visão. Não senti que o ambiente engolia as pessoas, mas que as pessoas e o ambiente eram feitos da mesma matéria, se impregnavam uns dos outros – espaço e gente influenciando-se mutuamente. No entanto, Celine, que vivia um encontro fugaz com Jesse em Viena (uma cidade estranha a ambos), re-significou de outra forma esses desenhos, enxergando-os através das lentes de *sua* subjetividade – uma das belezas que a arte evidencia de forma exemplar. E o diálogo transcrito no início deste subtítulo, de fato, anuncia aquilo que de mais significativo o filme *Antes do Amanhecer* (*Before the Sunset* – 1995) traz: a percepção da transitoriedade dos encontros, das pessoas, da vida humana.

O diretor Richard Linklater, ao final do filme, transmite com muita sensibilidade as impressões de Celine sobre a obra de Seurat. O casal, que possuía apenas uma noite para aproveitar a companhia um do outro antes que cada qual seguisse seu caminho para casa, se despede e deixa a cidade ao amanhecer. A câmera, no entanto, retorna a cada um dos ambientes que serviram de palco para a aventura romântica dos dois; mas os lugares agora estão vazios. A telespectadora⁵⁵, que se acostumou a ver a tela preenchida pelas protagonistas e vivenciou Viena através das experiências delas, estranha a ausência. Celine e Jesse já não estão mais na cidade: não caminham por suas ruas, não se sentam nos seus cafés, não tomam cervejas nos bares, nem deitam em suas fontes e parques. Mas esses lugares permanecem existindo mesmo sem os dois; outras pessoas vão ocupá-los, passar por eles, apropriar-se deles – com suas histórias, seus sentidos, suas subjetividades e sem saber que os dois passaram por ali.

É provável que todas nós já tenhamos vivido esse estranhamento em nossas trajetórias, a sensação de que os lugares existem para além de nós. Isso acontece especialmente quando revisitamos espaços que já nos foram muito importantes em algum outro momento da vida, no passado. Como, por exemplo, quando vamos à escola de nossa infância, à nossa antiga casa, a uma praça onde costumávamos nos reunir com amigas na adolescência. É como se certos lugares só existissem para nós, a partir das experiências que tivemos neles. Assim, quando já não ocupamos mais determinados espaços, esses lugares permanecem existindo através de nossas memórias, impregnados dessas experiências, e nos parece estranho que outras pessoas estejam vivendo ali outras histórias no presente, sem terem conhecimento de que nós, um dia, passamos por aquele lugar.

É justamente esse sentimento de tristeza, de saudade, de sentir-se dispensável no lugar que já absorveu tanto da sua energia, que eu percebo na narrativa de Eva e Lourdes, quando elas falam sobre o Paranoá de hoje. E acredito ser justamente esse sentimento que faça com que narrar suas memórias seja algo tão importante para elas. A narrativa de Creuza, por sua vez, não parece carregar essa necessidade de *deixar sua marca*, preservar *sua história* no Paranoá contando-a a partir de suas memórias. Quando compara o Paranoá de ontem e de hoje seu tom é saudoso, é como se falasse de um tempo perdido, que memória alguma pode resgatar e preservar: *“é muito sofrida essa juventude do Paranoá, as pessoas não têm objetivo na vida, é um drogadição terrível e muita evasão escolar – tenho a impressão de que aqui é o lugar que mais tem evasão escolar.”* Suas ações, no entanto, revelam que ela acredita num futuro melhor para a cidade que ama: foi professora de pré-escola, alfabetizadora de jovens e adultas, conselheira tutelar da cidade e hoje é uma das coordenadoras do Cedep.

⁵⁵ linguagem inclusiva.

Quando lhe perguntei sobre o que significava o Paranoá para ela, sua resposta foi firme: “*ab! eu amo o Paranoá! É a minha cidade, eu não penso em sair daqui pra outro lugar – só pro Campo da Esperança⁵⁶ mesmo! Considero o melhor lugar pra mim, não existe lugar melhor do que o Paranoá!*”. Esse amor nasceu no Paranoá Velho⁵⁷, “*mesmo com aquelas dificuldades lá na invasão.*” Em sua narrativa, a mudança para o Paranoá Novo foi um dos momentos mais complicados que as moradoras precisaram enfrentar:

[Creuza]: *nessa mudança do Paranoá Velho para o Novo virou tudo uma loucura, parece que o pessoal ficou todo maluco! Desestabilizou muito, mexeu com o emocional da população. Antes o Paranoá era aquele lugar tranquilo, eu chegava aqui à noite – às vezes quase meia noite – e você não via nada. Eu tinha medo só de fantasma. Tinha a questão dos vizinhos, que passaram a não se dar bem. Antes era aquela união... quando chegou aqui, com aquele monte de gente estranha – porque veio gente de outras invasões – a quadra seis (famosa quadra seis!) era cheia de (o pessoal com aquele preconceito, né?) bandido. De uma hora pra outra começaram esses grupos de bandidos, de matança. Era assim... uma morte todo o dia, você não passava um dia sem ter um morto no Paranoá!*

No jogo das territorialidades⁵⁸, as sobreposições, quase sempre, deixam transparecer conflitos, afinal, um mesmo espaço pode abrigar inúmeras territorialidades. O que parece ter ocorrido com o Paranoá após a mudança autoritária do governo Roriz dos planejamentos de fixação formulados anteriormente, foi uma complexificação imediata do espaço. Enquanto no antigo lugar as vizinhas se conheciam e a população, no geral, partilhava experiências de uma luta em comum, no novo espaço as redes sociais foram desmontadas, cada vizinha de antes foi alojada em um lugar diferente, a população do Paranoá mais que dobrou de uma hora para outra – fazendo chegar pessoas que não partilhavam as experiências anteriores. Essas pessoas vieram com outras expectativas, outras vivências e, a partir delas, passaram a re-significar o lugar em seu cotidiano. A violência dessa mudança compulsória, e nada planejada, causou uma espécie de trauma nas moradoras antigas, o que é absolutamente compreensível visto que não houve diálogo algum com a população local no processo de consolidação da cidade que, sem sua luta, não existiria. É por isso que Creuza fala: “*o pessoal ficou todo maluco, desestabilizou muito.*” Além disso, o inchaço populacional trouxe consigo outros problemas, especialmente o da violência urbana. Para Eva, o Roriz “*inchou a cidade, mas não deu condições pra pessoa sobreviver nela.*”

Se para Creuza, aparentemente, não há como resgatar o tempo de comunhão entre moradoras, a falta de identificação das novas habitantes com a história da cidade aparece, por várias vezes, nos depoimentos de Eva e Lourdes, como um incômodo fundamental surgido após

⁵⁶ Campo da esperança.

⁵⁷ Paranoá novo e velho.

⁵⁸ Território.

a mudança. Embora o tom seja de tristeza ao narrar essas ausências, uma esperança de mudança parece emergir através de suas atuações na comunidade:

[Eva]: *veio um pessoal novo, de muitos lugares de Brasília. Aqui tem gente de tudo quanto é lugar. Cresceu muito a cidade. Antes, pra uma cidade ganhar asfalto e luz demorava muito, mas como aqui era pertinho – vizinho do Collor – e o pessoal era tão polêmico... até o Collor mesmo falou “dá tudo o que esse pessoal quer, eles são muito briguentos!”. Por isso veio asfalto, água e luz muito rápido aqui. Depois, como o bem que o povo queria era um lote, depois do asfalto, não precisou ter muita polêmica. Então o povo agora acha que não precisa mais de certas reivindicações. Porque o que vinha lá do Gama, da Ceilândia, Taguatinga, todas as satélites, os que vieram da rua, de debaixo da ponte essas coisas, eles não participaram do movimento, eles não conhecem a história de Brasília/ do Paranoá. E o Roriz fez daqui um reduto, inchou demais Brasília. Mudou tudo, os planos, de como Brasília ia ser, foi decepcionante, né? Brasília não é mais a capital da esperança, é a capital do medo, do... socorro. A gente continua lutando, mas a luta é mais cansativa. Como a gente luta aqui no Cedep e no Paranoá! Mas pela diversidade de pessoas que vieram de fora e não conhecem a história, essa luta fica mais cansativa. Mas a gente consegue, porque o que a gente faz é trabalhar uma nova visão da pessoa, de mundo, de cidade.*

Apropriando-me de uma reflexão de Ecléa Bosí, é como se a memória dessas mulheres remasse contra a maré (2003, p. 70). Enquanto a mudança na disposição urbana do Paranoá e a chegada de novas moradoras afastaram as pessoas e criaram novos espaços ausentes de significado para quem há muito morava por ali, o nascimento de novas gerações e a passagem do tempo aumenta ainda mais a sensação de que suas memórias navegam solitárias por um mar que lhes escapa à visão. Como a coletividade é suporte importantíssimo da memória (Ibidem), a ausência de comunicação e diálogo entre experiências partilhadas num mesmo espaço carrega a sensação de que aquele território antes tão *traduzível, controlável, compreensível*, se fragmenta diante de seus olhos. E a partir do momento em que os territórios são criados, através da nossa experiência nos espaços, é compreensível que essas mulheres estranhem essa fragmentação no presente. Eva, Creuza e Lourdes percebem o Paranoá a partir de suas subjetividades, para elas a cidade só existe por causa da luta delas, das mobilizações das quais elas fizeram parte. Como pode ser então, que no presente, a esmagadora maioria das habitantes do Paranoá desconheça os motivos que tornaram possível que esse espaço fosse hoje sua casa? Como podem essas pessoas não saber das lutas, dificuldades, conquistas e aventuras vividas por essas mulheres em suas juventudes? É difícil aceitar que essas pessoas caminhem pelo Paranoá sem saber de onde surgiram aquelas ruas, aquele asfalto, aqueles caminhos.

Enquanto as narrativas sobre Brasília não cansam de dar vivas aos seus fundadores (assim, no masculino mesmo), aclamando sempre quando possível Juscelino Kubitschek, Niemeyer, Lucio Costa, essas mulheres tornaram-se invisíveis quando uma história oficial do Paranoá, que tem em Roriz o seu grande fundador, tomou o lugar da história de suas batalhas e lutas cotidianas. Por isso, a revolta de Lourdes quando ela diz:

[Lourdes]: *todo mundo diz que foi o Roriz que fez a fixação. Não foi ele, gente! Foi a luta dos moradores que forçou o José Aparecido a assinar o decreto. E ele não fez isso porque ele gostava da gente! Ele fez isso porque não tinha mais jeito. Politicamente não tinha mais jeito dele voltar atrás. Então foi a nossa luta, o povo! Mas tem gente que não entende, sabe? acha que foi doação do papai Roriz. Nada disso! O Roriz não foi pai de ninguém aqui!*

Como escreveu Bosi, parece restar para nós “a história oficial: em vez da envolvente trama tecida a nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado” (Ibidem).

Alguma coisa, no entanto, ainda resiste: viva e pública. Por serem mulheres que permanecem politicamente bastante ativas na comunidade, suas memórias encontram pontos de apoio no contato entre si e, também, alguma capilaridade através das atuações como educadoras – tanto nas turmas de EJA quanto nas de educação infantil. Assim, a significação da cidade, a partir de suas experiências produz ecos que reverberam ainda hoje, inclusive no diálogo entre gerações.

A narrativa de Eva enfatiza a importância da politização da população do Paranoá de hoje, para que esta possa garantir o acesso e a conquista de direitos e, como a geração anterior fez, lutar por melhorias na cidade. Sua intenção, ao que me parece, está em preservar as memórias sobre o passado de luta da comunidade, no intuito de fazer girar a roda das lutas que precisam ser travadas no presente; relembrar para empoderar:

[Eva]: *o povo acha que já acabou e não precisa reivindicar mais nada... que foi “graças da deus” que o governador deixou o Paranoá aqui. A gente fica batendo na mesma tecla: “o governo não dá nada pra ninguém!”. Até a gente plantar essa consciência... a gente plantar e fazer um jardim da consciência do que sou, do que é ser cidadão... porque todo mundo sabe dizer “sou cidadão”, mas tem gente que nem sabe o que significa ser cidadão, o que é cidadania. Até a gente passar por isso demora demais!*

A narrativa de Lourdes também apresenta essa característica. No entanto, em muitos trechos, me parece que o esquecimento coletivo de seu papel pessoal nas lutas pró-fixação do Paranoá também a motiva a contar sua história. É como se sua militância para manter viva a história da cidade, fosse uma militância para manter viva a sua própria história como sujeito ativo na construção do lugar onde ela mora. Relembrar essas lutas é relembrar sua própria história dentro da comunidade da qual faz parte.

Algumas estratégias de preservação dessas histórias vão sendo delineadas por Lourdes em sua narrativa: a conservação e manutenção do Parque Vivencial do Paranoá que, segundo ela, “foi feito pelos moradores. Ali, cada árvore que existe foi um dia um barraco. Nós queremos, inclusive, resgatar isso, resgatar os nomes das ruas. Cada árvore foi plantada por um morador, entendeu?,” o tombamento e recente reforma da igreja São Geraldo, “onde tudo começou” e que elas querem transformar agora “em museu

histórico do Paranoá”, onde serão expostas fotografias e objetos antigos que remetam à história da cidade. O museu parece ser visto como símbolo máximo da preservação dessa memória. De fato, quando pensamos em locais como o Memorial JK, por exemplo, percebemos como o museu é um espaço privilegiado na conservação de determinadas narrativas em detrimento de outras.

Quando perguntei a Lourdes o que o Paranoá significa para ela sua resposta foi bastante significativa:

[Lourdes]: *o Paranoá significa pra mim essa conquista mesmo. Sabe quando você constrói algo é como se fosse um filho? É como se fosse um filho que eu ajudei a construir assim. Eu penso no Paranoá como se fosse uma coisa meio conquistada e como se eu fizesse parte. O Paranoá se mistura com a minha vida. Eles se misturam. Eu não sei se eu consigo externar isso pra você. Mas pra mim a vida do Paranoá tá misturada com a minha vida. Não tem Paranoá, é tudo misturado. Eu vivi aqui, eu respirei aqui, eu conquistei isso aqui. Pra mim isso aqui é tudo a minha casa, sabe? É tudo a minha casa, e que eu defendo assim com unhas e dentes. Enquanto eu tiver vida eu vou tá defendendo o Paranoá, porque foi uma conquista mesmo. De várias pessoas que já sofreram que já morreram... Eu me apaixonei aqui, minha primeira paixão foi aqui. O pai do meu filho eu conheci no grupo jovem, eu sempre digo eu tive meu filho de uma pessoa que eu amava muito. Embora não tenha dado certo, mas foi o momento, meu primeiro amor, meu primeiro tudo foi aqui no Paranoá. Então tudo se mistura aqui assim, sabe?*

Não existe Paranoá, nem existe Lourdes. Em sua narrativa, a partir de um certo momento, os dois se fundem, a identidade dela se forma e se recria a partir de sua vida, de sua atuação no território. Ao mesmo tempo, o Paranoá ganha forma, ar e existência a partir da atuação de Lourdes e das pessoas que lutaram para que ele existisse. Nela, essa ligação é extremamente consciente: *“construí-me no Paranoá e o Paranoá se construiu através de mim.”* Assim, contar a história do Paranoá é contar sua própria história e preservar essas memórias é preservar a si mesma, é reafirmar sua identidade.

Ao contarem suas memórias *na* e *sobre* a cidade, Eva, Creuza e Lourdes reivindicam o direito de dar significado para o espaço onde vivem, a partir de suas próprias experiências e, também, de publicizar esse significado, negociando lugares nas lutas das representações. E já que recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes. (BOSI, 2003, p. 76), o que essa militância identitária parece evidenciar, é a possibilidade (e urgência) de nos percebermos sujeitos de ação nas histórias dos lugares onde vivemos. A existência de nossas cidades não se traduz na ação “dos grandes” apenas, como uma história oficial teima em nos fazer acreditar. São nossas ações, apropriações, lutas, resistências, táticas cotidianas e estratégias coletivas que dão sentido aos espaços, os transformam e os recriam. E a memória se revela como via privilegiada nessa conscientização:

[Leila]: *por que a preservação dessa memória é tão importante pra vocês?*

[Lourdes]: *porque é a memória. Algumas coisas estão nas nossas cabeças e eu não sou eterna, ninguém é eterno. Tem a minha versão, a versão das outras pessoas, a versão de cada um que tava na luta naquela época. Essas coisas se acabam, as pessoas se acabam. E aí essa história pode morrer e a gente não quer que*

essa história morra. A gente quer que fique pras pessoas que virão. Tenho um neto de três meses e ele tem que conhecer essa história, ele tem que conhecer a luta, inclusive pra ter força. Porque é como dizem: a pessoa sem história é uma pessoa sem memória, sem luta. A história dessa luta dá força, sabe? porque a força que eu tive, que eu tenho pra continuar sonhando e construindo as coisas...

As narrativas que se delineiam no trabalho da memória não são feitas para serem arquivadas ou guardadas numa gaveta como coisas inertes, mas existem para transformarem a cidade onde elas floresceram (Idem, p. 69). Como a memória não traz o passado para o presente, mas o recria a partir deste, todo o exercício de lembrança sobre a cidade é também uma maneira de se recriar a cidade, de se colocar nela, de expor expectativas. Quando Eva, ao final de sua narrativa, fala que “*o povo não busca ter um conhecimento melhor, não busca se apropriar da política social*”, deixa transparecer sua luta cotidiana para transpor essa realidade. Falar dos tempos em que tinha que buscar água na cabeça, da solidariedade entre as mulheres, da retomada dos estudos, da participação nas lutas, de sua atuação presente no Ceped, é falar da possibilidade de se reverter a inércia que ela percebe hoje no Paranoá. Assim, Eva, Creuza e Lourdes continuam se movimentando e, nesse movimento, permanecem criando e recriando a cidade onde vivem.

Referências

- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.
- IWAKAMI, Luiza. *Espaço urbano em Brasília e a trajetória de resistência popular na Vila Paranoá*. 1988. 201 f. (Dissertação de mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Universidade de Brasília, (PPGHIS/UnB), Brasília/DF, 1988.
- IWAKAMI, Luiza. Vila Paranoá: a luta desigual pela posse da terra urbana. In: PAVIANNI, Aldo. *A conquista da cidade: Movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991. pp. 229-256.
- SAADS, Leila. *Da madeirite ao cimento: memórias de mulheres nas lutas pró-fixação no Paranoá (1981-1993)*. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB), Brasília/DF, 2014.
- SAADS, Leila. Memória, experiência e contemporaneidade: diálogos possíveis. *Semina* (UPF), v. 14, 2016.
- SZYMBORSKA, Wislawa. *Wislawa Szymborska: [poemas]*. Tradução de Regina Przybycien (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HISTÓRIA DE VIDA E A CONSTRUÇÃO DA(S) MASCULINIDADE(S) NEGRA(S) HOMOSSEXUAL(IS)

Pedro Ivo Silva⁵⁹

Resumo: esta pesquisa qualitativa propõe o uso do método fenomenológico e da técnica 'entrevista aberta', por meio da 'narrativa (auto)biográfica', para desvelar os sentidos da construção de masculinidade(s) negra(s) na sociedade, tomando por base uma história de vida constituída na intersecção identitária entre negritude e homossexualidade. O narrador participante é membro do 'Coletivo Afrobixas' e sua filiação a este grupamento parece contribuir para a (res)significação de sua masculinidade negra homossexual, por meio da reflexão crítica sobre modelos e valores socialmente hegemônicos. O aporte teórico utilizado para as interpretações refere-se a discussões em torno das representações de masculinidade(s) negra(s) advindas da construção interseccional das categorias identitárias 'negritude' e 'homossexualidade', conjuntamente a outros aspectos sociais que permeiam essa construção. As interpretações fenomenológicas apresentadas apontam para a dimensão em que o narrador participante constrói sua masculinidade de maneira interseccional entre questões raciais, de classe e de orientação sexual, dentre outros aspectos identificados na pesquisa.

Palavras-chave: Negritude, Homossexualidade, Interseccionalidade, Masculinidade(s) negra(s), Narrativas (auto)biográficas.

Primeiras Palavras

Para o estabelecimento das discussões referentes à construção de masculinidades negras homossexuais, o presente estudo⁶⁰ foi desenvolvido com base na composição do *corpus* metodológico definido por meio da narrativa (auto)biográfica (JOSSO, 2004; CHIZZOTTI, 2011) do participante **Danilo**⁶¹ – gravada em áudio, por meio de uma entrevista aberta⁶² (MOREIRA, 2004) e transcrita posteriormente⁶³ – membro do Coletivo Afrobixas⁶⁴. Como

⁵⁹ Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias, pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

⁶⁰ Este artigo foi elaborado a partir da revisitação de parte do material empírico gerado para a dissertação de mestrado acadêmico intitulada "Afrobixas: narrativas de negros homossexuais sobre seu lugar na sociedade", defendida em 24/03/2017, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT/UEG) – linha de pesquisa Educação, Escola e Tecnologias.

⁶¹ O nome real do narrador participante foi substituído por um pseudônimo, conforme sua livre escolha, no intuito de preservar suas informações pessoais. A narrativa de Danilo foi selecionada para a pesquisa seguindo as orientações de Sanders (1982), a qual sugere que, de acordo com o tema, o pesquisador fenomenológico deve retirar o máximo de informações de um número limitado de participantes. No trabalho de constituição da dissertação de mestrado, as narrativas geradas por cinco participantes compuseram o *corpus* metodológico interpretado, porém, para este artigo, apresento trechos do relato de apenas um deles, devido à recorrente emergência do tema aqui em foco em sua história de vida.

⁶² A pergunta norteadora dessa entrevista foi: 'que vivências, percepções e/ou perspectivas - positivas e/ou negativas – diante da sua identidade de negro homossexual você poderia relatar sobre sua formação educativa e como indivíduo na sociedade?'

⁶³ Cumpre ressaltar que a transcrição da narrativa foi entregue ao participante, por ocasião da construção da pesquisa, de modo que a geração de novas impressões e percepções para este trabalho foram por ele atualizadas, o que está em consonância com a assertiva de Passeggi, Abrahão e Delory-Momberger (2012, p. 43) sobre o entendimento das

pesquisador que se utiliza dos pressupostos do método fenomenológico (SANDERS, 1982; RIBEIRO JÚNIOR, 2003; MOREIRA, 2004), compreendo as interpretações e reinterpretações sobre o passado por meio do diálogo entre quem narra e quem escuta (CASTRO, 2014), sendo a narrativa gerada compreendida em parâmetros intencionais de seleção temática.

Com base nesse entendimento, os instrumentos de pesquisa para a compreensão das experiências do participante foram analisados com base em teorizações referentes a abordagens interseccionais (CRENSHAW, 1989; ANZALDÚA, 1999; BRAH; PHOENIX, 2004; LORDE [1983] 2009; HOOKS, 2013) entre negritude⁶⁵ (MUNANGA, 2009) e homossexualidade⁶⁶ (MARSIAJ, 2003; PINHO, 2004; LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016), discutindo a construção das masculinidades negras (FANON, 2008; HOOKS⁶⁷, 2013; NKOSI, 2014; PINHO, 2004; 2005) que se ligam a esses núcleos teóricos. Para esse entendimento, interpretações fenomenológicas possíveis da narrativa (auto)biográfica gerada foram enriquecidas com notas de observação feitas por mim ao frequentar as reuniões do Coletivo Afrobixas (acompanhadas entre março e julho de 2016), já que as técnicas de observação participante também podem ser utilizadas conjuntamente às entrevistas dentro do método fenomenológico da pesquisa (SANDERS, 1982; MOREIRA, 2004). Cumpre ressaltar que os dados gerados por meio da narrativa do participante serão apresentados conjuntamente à teoria para a realização das mencionadas interpretações, assim como serão destacados em itálico os excertos selecionados.

Durante as reuniões do Afrobixas em que estive presente⁶⁸, percebi que, apesar da maioria dos seus membros ativos ser composta por estudantes da Universidade de Brasília (UnB), havia

‘narrativas de si’ como reflexividade (auto)biográfica, ou seja, o narrador “observa-se, avalia-se, projeta-se como pensador e objeto pensado”.

⁶⁴ O ‘Coletivo Afrobixas’ é um grupamento de militância social surgido na Universidade de Brasília, cuja pauta de trabalho possui um posicionamento político de enfrentamento do racismo e da homofobia, por meio do fortalecimento de seus membros negros de sexualidades periféricas. Como coletivo, o ‘Afrobixas’ aproxima sua pauta de reivindicação social ao Movimento Negro e ao Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), promovendo acolhimento, discussão política e ação social de pessoas que se identificam com seus objetivos propostos. Como expressão de sua(s) identidade(s), os membros do Afrobixas optaram em assembleia pela manutenção do termo ‘bixas’ em oposição ao uso do termo *gay*, em razão deste último ser comumente associado à constituição identitária de homens homossexuais brancos, cisgêneros, de classe média ou alta (MISKOLCI, 2015).

⁶⁵ Entendo a negritude como a complexidade étnico-racial negra, em sua dimensão identitária biológica, ancestral e ontológica, conforme descreve Munanga (2009).

⁶⁶ Entendo como uma expressão da sexualidade humana orientada pelo desejo afetivo-sexual entre sujeitos do mesmo gênero, na perspectiva de Lins, Machado e Escoura (2016). Com isso, a orientação do desejo não se remeteria ao sexo biológico do sujeito desejado, mas ao gênero construído socialmente, podendo as identidades destoar da coerência esperada entre sexo e gênero. No entanto, algumas referências sobre a homossexualidade e aos homossexuais direcionam-se ao sexo biológico para a compreensão das discriminações históricas ocorridas devido à suposta naturalização da relação sexo/gênero/orientação sexual.

⁶⁷ A grafia adotada em letras minúsculas dá-se devido à forma como a autora afroamericana grifa seu pseudônimo – bell hooks – e como o encontrei em diversas citações acadêmicas nacionais e internacionais. Seu verdadeiro nome é Gloria Jean Watkins.

⁶⁸ As reuniões aconteciam ora quinzenal ora mensalmente, conforme fosse sendo acordado entre os membros por meio das redes sociais virtuais.

estudantes de outras universidades e também não universitários (seja porque concluíram seu curso, seja porque não ingressaram no ensino superior). Pude constatar na participação dessas reuniões que não houve registro manifesto da presença de homens negros heterossexuais (cisgênero ou transgênero)⁶⁹ e que a composição do grupamento se dava majoritariamente por homens negros homossexuais cisgênero, porém com a participação de algumas mulheres negras (transexuais, lésbicas cisgênero, heterossexuais cisgênero) e outras pessoas negras não binárias, conforme identificavam em suas falas.

Após explicar os objetivos da pesquisa em uma das reuniões do coletivo, convidei seus integrantes presentes para participar da entrevista aberta anteriormente mencionada, com o objetivo de relatarem suas histórias de vida. Mediante esse convite, cinco interessados candidataram-se à entrevista e informei a eles sobre os critérios para a participação: 1) considerar-se negro homossexual; e 2) estar cursando ou ter concluído o ensino superior. Dentre os participantes contatados, apresentou-se Danilo, de 21 anos, morador da Vila Areal, Taguatinga, entrevistado em 14 de maio de 2016. Este participante fez referência a compreender-se – e também ser compreendido – como homem negro homossexual cisgênero, como pude inferir de sua narrativa: **[1]** “*Ser a ‘bixa preta’ [...], ainda mais eu, por mais que eu me vista como ‘heterozinho’ – como o pessoal no coletivo me chama de heteronormativo*⁷⁰ –, assim, [...] posso tentar falar que sou um padrão, né?”

Estudante da UnB, no curso de Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL), Danilo relatou ser o filho mais novo de cinco em uma família que cresceu em número, porém sem acesso à escolaridade em níveis mais avançados:

[2] *Quando eu ingressei na universidade, foi um passo muito importante na minha família porque eu sou o mais novo de 5 filhos, eu tenho 21 anos, e a minha irmã mais velha tem 40, então são 19 anos de diferença, e eu fui o primeiro da família a ingressar numa universidade federal, então foi um boom, né? [pausa] Foi algo que nunca tinha acontecido, porque vida de preto, né? Eles renegam tudo a gente, inclusive escolaridade.*

⁶⁹ Jesus (2012) argumenta que homens e mulheres podem se reconhecer com o mesmo gênero que lhe foi designado – ou atribuído – pela sociedade (cisgênero) ou se reconhecer com outro gênero, diferente daquele que lhe foi designado – ou atribuído – pela sociedade (transgênero). Nessa perspectiva de liquidez identitária, “há ainda pessoas que recusam a lógica binária de classificação, isto é, defendem que suas identidades não cabem em uma classificação entre feminino ou masculino. Esse grupo costuma se entender como não binário” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 13).

⁷⁰ A heteronormatividade estaria fundada “num padrão normativo hegemônico ocidental [...] que, além de partir do pressuposto da heterossexualidade compulsória, hierarquiza e atribui valores aos sujeitos, às feminilidades, às masculinidades, aos arranjos socioafetivos familiares, à sexualidade e às relações de poder” (DARDE, 2008, p. 224). Concordando com Melo e Vieira (2012), o sujeito heteronormativo seria aquele que agencia as estratégias sociais discursivas de verdades/saberes sobre o exercício padronizado e naturalizado do comportamento afetivo-sexual humano e das relações de gênero com base na heterossexualidade. Diante dessas elucidações teóricas, sob meu ponto de vista, a identidade ‘cisgênero’ poderia estar associada à heteronormatividade em diversos casos, tornando-se inclusive sua parte de sua constituição.

Para a manutenção desse orgulho familiar, em especial de sua mãe, Danilo assegura que manteve o nível alto das notas e o exemplo positivo em comportamento estudantil na universidade, tanto quanto manteve ao longo do ensino fundamental e médio. Isso também porque guardava em segredo algo que não desejava ser motivo de decepção para sua mãe: sua homossexualidade.

[3] *Apesar de que eu sempre soube dessa minha sexualidade [homossexual], eu me identificava como assex⁷¹ porque eu sabia da minha homossexualidade, mas como eu não exercia – e também não saía com mulheres, não saía com homens –, então eu pensava ‘sou assex’, também por medo, né? Por medo de ser violentado na rua, porque em 2013 a homofobia estava muito grande, e sempre ficou aquele caso da Paulista na cabeça de todo mundo no Brasil, de poder ser violentado com uma lâmpada na cabeça, então, assim, já sou preto, ainda mais viado, então “cabou”.*

No que se infere do relato de Danilo, sua autodeclaração como ‘assex’ (ou pessoa assexual) à época do ingresso na universidade, era equivocada, pois já percebia sua homossexualidade, mas tinha medo de decepcionar a mãe e de sofrer com a homofobia⁷². Além dessa consciência de sua homossexualidade, o participante demonstrou, ao longo de sua narrativa, a identificação como negro e, mais que isso, como “negro bixa”, porém isso foi mais bem refletido junto ao Coletivo Afrobixas, por ocasião de seu surgimento:

[4] *Eu fui refletir sobre ser negro e ser “bixa” quando eu estive no Negras Vidas e eles promoveram uma roda, que se eu não me engano o tema era “entre o objeto e o animal”, que era sobre a objetificação do corpo do homem negro gay, e da animalização do homem negro gay. [...] A partir dessa roda de conversa na UnB que surgiu o Coletivo Afrobixas.*

[5] *Assim, eu não pensava sobre objetificação, a questão do afeto, violência, ancestralidade, a minha negritude [pausa]. Hoje eu me vejo assim, sabe? Hoje eu sou negro; se me perguntarem, respondo “eu sou negro”, por mais que eu antes falasse “eu sou moreno”, qualquer coisa assim, né, é porque eu não tinha essa consciência que eu tenho hoje.*

Por meio dos excertos da narrativa de Danilo inicialmente apresentados, percebo como a emergência das discussões sobre as relações étnico-raciais no Brasil passa a se contrapor ao “processo de racialização da diferença, concretizado durante o século XIX” (GARCIA, 2012, p. 143). Esse processo, em maior ou menor grau, muitas vezes de maneira velada, tem inferiorizado e desconsiderado as manifestações políticas, culturais, éticas ou estéticas de afrodescendentes negros – bem como das comunidades indígenas e de demais não brancos – nas relações sociais

⁷¹ A assexualidade não se trata de falta de desejo sexual, mas a “falta de atração sexual, não pelo comportamento sexual, considerando que indivíduos assexuais são perfeitamente capazes de engajar-se em relacionamentos sexuais, ainda que não sintam atração” (OLIVEIRA, 2012, p. 73).

⁷² Para Borrillo (2010), a homofobia trata-se da regulação das fronteiras não só da sexualidade como também do gênero, agindo cotidianamente, seja forma silenciosa, seja de forma explícita, como partícipe do senso comum compartilhado e alienante da sociedade como um todo, manifestada por situações de violência física e/ou verbal.

desde os processos colonizadores ocidentais e de expansão do capital (FONSECA, 2000 apud GARCIA, 2012).

Em concordância com essa análise, refleti em minha dissertação de mestrado sobre como esse código racial opressor manifesta-se de tal maneira enraizado no imaginário simbólico nacional sobre corpos racializados que muitos negros o aceitam como ‘normais’, de forma que qualquer mudança desse quadro causa admiração e espanto (SILVA, 2017), como no caso da família de Danilo ao vê-lo alcançar um nível de escolaridade que seus irmãos mais velhos não conseguiram.

Com essas considerações iniciais sobre a narrativa (auto)biográfica do participante, no que se refere ao seu reconhecimento identitário como negro homossexual e suas correlações a demais aspectos de suas vivências, entendo que a perspectiva de interpretação fenomenológica sobre sua autocompreensão no que diz respeito à construção da sua masculinidade transversaliza esse entendimento por um viés multidimensional, o que pode auxiliar na compreensão também de outras vivências. Nesse esteio, não pretendo apresentar os dados gerados e as interpretações aqui propostas de maneira generalizante, mas sim como contribuição à reflexão social sobre o tema.

Histórias de vida e interseccionalidades na construção de masculinidade(s) negra(s) homossexual(is)

A (auto)biografia como relato das vivências e perspectivas sobre um tema abordado proporciona ao sujeito a capacidade de avaliar a construção identitária de si e sua relação com os outros partícipes das vivências de sua história relatada, o que confirma a possibilidade de a perspectiva das ‘histórias de vida’ ser um vasto campo de estudo em diversas abordagens fenomenológicas (JOSSO, 2004).

Tenho afirmado que a capacidade de produzir conhecimento em diversos níveis das histórias de vida, por meio da compreensão das vivências compartilhadas pode desvelar realidades renegadas, tidas socialmente por abjetas (SILVA, 2017), uma vez que “narrar torna-se sinônimo de diálogo consigo, com o outro, com o mundo” (CASTRO, 2014, p. 183). Nessa perspectiva, a produção científica e sua importância social trazem consigo a possibilidade de que sejam resultados significativos das ações daqueles(as) cuja(s) identidade(s) não se encontra(m) no eixo hegemônico dessa produção (SILVA, 2017). Tal possibilidade permitiu que fosse também viável interpretar para este estudo a construção da(s) masculinidade(s) de negros homossexuais

fora dos padrões hegemônicos⁷³ como um tema emergente do relato de Danilo, quando este expõe, por exemplo, no excerto [1], a leitura social heteronormativa em relação ao seu corpo negro e, na sequência dessa narrativa, fala sobre o estranhamento que seus trejeitos afeminados causam ao destoar da expectativa dessa leitura social no que tange à expressão de sua masculinidade: [6] “[...] *um negro de 1,90m de altura, meio que com corpo padrão, e aí quando ele abre a boca [...] é a “bixa”, é “viado”, é o efeminado, sabe? [pausa] Assim, causa aquele estranhamento.*”

O estranhamento a que se refere o participante reforça a ideia sobre a construção, no imaginário social ocidental, de uma expressão – ou performance – de masculinidade de homens negros que tomam por base certas características físicas, ressaltadas na fala de Danilo pela descrição que faz de sua altura, bem como pela expressão “corpo padrão”. É possível, nesse viés de interpretação, retomar a crítica de Pinho (2004, p. 129) sobre a “pré-suposição de uma identidade negra que é masculina, que exclui a mulher, que exclui o homossexual” (PINHO, 2004, p. 129).

Com base nessas primeiras reflexões, é possível perceber que, embora seja viável o estudo em separado de categorias de raça, classe, gênero ou sexualidade, em particularidades próprias sobre diferentes formas de poder, algumas intersecções entre estas categorias também são viáveis. Essa forma multidimensional de compreender a realidade social vem sendo estudada, desde a década de 1980, por autoras como Davis (1981) e Lorde ([1983] 2009), em análises sociais sobre a condição das mulheres negras na sociedade estadunidense. Tais estudos contribuíram de maneira original e significativa para a teoria social crítica, o que preparou as bases para o surgimento da teoria da interseccionalidade de Kimberle Crenshaw, dentro dos estudos feministas trabalhados por pesquisadoras negras.

Para Crenshaw (1989), injustiça e desigualdades sociais sistêmicas ocorrem em uma base multidimensional, sendo que conceituações clássicas de opressão dentro da sociedade – tais como por raça, classe ou gênero – não agem independentemente umas das outras, mas se inter-relacionam, configurando seu caráter interseccional.

Nesse esteio, a teoria interseccional permitiria um entendimento mais complexo e dinâmico das relações humanas, para além do foco dado a um único aspecto social, demonstrando que seu entrelaçamento com as categorias de gênero, raça ou sexualidade são simultaneamente subjetivos, estruturais e sobre posicionamentos sociais nas práticas cotidianas (BRAH; PHOENIX, 2004).

⁷³ Conforme os estudos de Fanon (2008) e Nkosi (2014), esses padrões sociais simbólicos de expressão da masculinidade impõem ao corpo negro cotidianamente em uma representação animalizada e hipersexualizada.

Na interpretação da narrativa do participante de pesquisa sobre o tema emergente da construção de sua masculinidade, busco dialogar com perspectivas de construção histórica, política e simbólica dessas vivências nos diversos momentos em que esse diálogo é solicitado, dentro dos pressupostos teóricos interseccionais.

Masculinidade(s) negra(s) homossexual(is) e experiências homoeróticas⁷⁴ em narrativa

No que diz respeito à violência simbólica de uma matriz social hegemônica capaz de produzir valor sobre os seres humanos com base na relação intrínseca das categorias de raça e sexo (e/ou sexualidade), Miskolci (2007, p. 13-14) argumenta que tal valoração na sociedade justificaria a análise “da racialização do sexo e da sexualização da raça como um processo normalizador duplamente naturalizante e subordinador que marca a história e a dinâmica das relações sociais das sociedades pós-coloniais e, em particular, daquelas que convivem com o legado da escravidão”. Com base em entendimento similar, Pinho (2005) assevera que, mesmo diante de modelos culturalmente construídos mais aceitáveis ou desprezíveis de masculinidades conflitantes (significativamente entre homens *gays* e heterossexuais; brancos e negros), o corpo negro nunca passa despercebido. Ante isso, o homem negro teria sobre si a representação simbólica do que não é universal, ou seja, considerado socialmente como exótico e suscetível à fetichização ante a correlação de seus atributos qualitativos a aspectos meramente corpóreos e sexuais sobre sua masculinidade: “diante do negro, com efeito, tudo se passa no plano genital” (FANON, 2008, p. 138).

Compreendo que essas expressões de masculinidade do corpo negro aparecem também nos sentidos atribuídos por Danilo em sua narrativa quando menciona a autorrejeição já sentida sobre ser um negro “bixa” diante da leitura social de seu corpo fora daquele padrão simbólico difundido sobre a masculinidade negra: [7] *“Como eu não era ligado a essas questões de representatividade sobre a minha consciência, então quando me chamavam de ‘Vera Verão’ na rua, eu achava o fim!”* Essa expressão de masculinidade socialmente esperada sobre seu corpo também aparece sob a forma de piadas em razão de ser “desviante”, como no trecho: [8] *“Então, assim, muitas vezes eu fui tratado dessa forma, como aquela ‘bixa’ caricata, aquela ‘bixa’ engraçada [...], a violência verbal, estranho seria se não recebesse, né? a ‘bixa preta’ de 1,90m, andando pela rua e dando o close, seria estranho, né?”*

Nesse entendimento, a animalização e hipersexualização do corpo negro na construção da figura do criado supermasculino (NKOSI, 2014) atinge não só o corpo de homens negros heterossexuais, mas também de negros homossexuais, de maneira pungente se estes demonstram

⁷⁴ Essa expressão marca “um conjunto de ações que um indivíduo direciona para outro do mesmo sexo, com implicações afetivo-sexuais” (FERNANDES, 2015, p. 42).

uma performance de masculinidade destoante do socialmente esperado como representação do “viril” ou “ másculo” sobre seus corpos.

Sobre o processo de aceitação identitária de Danilo e o início de seus envolvimento homoeróticos na construção de sua masculinidade, selecionei um trecho de sua narrativa em que foi possível observar que aqueles primeiros contatos homoeróticos pelo meio virtual o conduziram a “falsear” suas características negras como algo necessário ante essa nova realidade:

[9] [...] eu comecei a ter contato com pessoas não negras, um contato melhor, que nunca tinha acontecido, em que eu fui conseguindo aceitar essa sexualidade [homossexual]. Primeiro foi com um perfil fake⁷⁵ no Facebook como uma pessoa branca [pausa]. É muito rico porque, nossa! eu usava o perfil de uma pessoa branca [pausa longa], mas por que eu usava uma pessoa branca? será que é por causa da minha autoestima?

Ao se fazer passar por uma pessoa branca por meio de um perfil *fake*, Danilo aparentemente tenta evitar a rejeição de algum possível parceiro, já que seu contato inicial é com homens homossexuais brancos. É possível correlacionar esse relato também à questão da difusão ideológica no Ocidente das teses do eugenismo, desde a segunda metade do século XIX – que defendiam o homem branco europeu como detentor do padrão da melhor saúde, da maior beleza e da maior competência civilizacional –, bem como do branqueamento da população brasileira, desde sua implementação no início do século XX, cuja ideologia pauta-se na miscigenação do povo brasileiro como meio dos descendentes de negros progressivamente a ficarem mais brancos a cada nova geração, no sentido do viés eugenista (MUNANGA, 1999; MARCELINO, 2010). Os autoquestionamentos que realiza parecem ser o início de uma reflexão acerca dessas questões ligadas às relações étnico-raciais brasileiras.

No seguimento de sua narrativa, é possível identificar na narrativa do participante seu processo de conscientização racial, bem como de classe social, advindo de uma maior interação com pessoas negras, também em relação a suas experiências homoeróticas:

[10] Em 2014 eu tive um relacionamento que durou 9 meses com um outro homem negro – eu leio ele como uma pessoa negra e ele também se lê como uma pessoa negra, só que não se posiciona politicamente afirmando essa negritude. Apesar dessa negritude, tínhamos e temos alguns pontos que não convergiam, que no caso é muito referente à classe social e tudo mais, que também vem muito em torno de localidade e do próprio dinheiro mesmo porque naquela época ele morava no Guará e eu num bairro mais afastado [...], periférico. Então, apesar de ter essa ligação racial, tínhamos isso que nos afastava [...], ele propunha algumas saídas – comum pra um casal, né? –, mas eram locais que não me contemplavam enquanto uma pessoa que não tinha dinheiro pra arcar com aquela saída, né? então eram assim saídas regadas a uma realidade que não era minha. Íamos pra Outback, Coco Bambu, pra todos esses lugares muito caros aqui em Brasília e que é de maioria branca [pausa] e que ele tava acostumado a ir com os outros relacionamento dele, que eram com pessoas brancas. Então, isso acabava por nos afastar dessa forma porque muitas vezes gerava um desconforto, né? [...] A gente tem várias

⁷⁵ Perfil falso.

leituras de pessoas sobre relacionamentos inter-raciais, intrarraciais também, onde a pessoa mais escura procura sempre uma pessoa mais clara, ainda que essa pessoa mais clara tenha vantagens ou não vantagens, é uma pessoa mais clara, né? Então é algo a ser conquistado essa “claridade”. [...] No caso, por mais que estejamos nessa luta para estarmos nos relacionando com pessoas negras, muitas coisas também são incluídas nisso porque quando a raça nos une, o capital nos desune.

No trecho acima, Danilo narra uma experiência de namoro com um rapaz negro, porém de pele mais clara, de classe média e morador de um bairro mais próximo do centro de Brasília. Além de pertencer a uma família de classe social mais abastada e morar em um bairro não periférico, este rapaz não se posicionava politicamente como negro, fato que também parece ter afetado negativamente o relacionamento de ambos, segundo a percepção do participante. De acordo com o narrador, havia também situações de constrangimentos raciais e econômicos pelas quais passava em seu namoro surgidas em decorrência da sua falta de dinheiro para socializações em lugares caros de Brasília a pedido de seu namorado, o qual sempre os frequentou em relacionamentos anteriores, como restaurantes de clientela majoritariamente composta por pessoas brancas e de classe social abastada. Isso parece ter se tornado uma situação insustentável ao participante, de tal forma que o término do namoro foi inevitável.

No que tange às percepções do excerto acima, penso ser possível estabelecer uma correlação entre os ideais ideológicos eugenistas e de branqueamento citados anteriormente (MUNANGA, 1999; MARCELINO, 2010) e a construção do ideal contemporâneo da imagem do *gay* como modelo de cidadão-consumidor branco e de classe média (MARSIAJ, 2003), resultante da intersecção entre raça e classe social mais conveniente à transformação das relações homosociais. É interessante notar, ainda, a maneira que essa experiência relatada por Danilo dialoga com as análises de Marsiaj (2003) sobre os ambientes visados por *gays* para suas redes de contato social encontrarem-se localizados nos centros urbanos, já que “é nestes centros que se encontram as maiores e mais sólidas comunidades *gays* e lésbicas”. Além disso, não é falacioso entender que tais lugares são frequentados majoritariamente por pessoas brancas, já que pesquisas como as de Abramovay (2004) e de Gomes (2005) asseveram que a distribuição populacional de negros e pobres, na zona urbana, concentram-se nos bairros “de periferia”, ao contrário do que acontece naqueles “de centro”.

Uma experiência diferente dessa relatada, de acordo com a narrativa de Danilo, acontece quando um novo namorado – negro e de vivências semelhantes às dele – traz à tona o questionamento sobre sua própria expressão de masculinidade e experiências em diversos aspectos sociais, o que gera uma reflexão contrária àquela “imagem modelo” de homem *gay*:

[11] *Eu percebi toda essa identificação por causa da nossa estética/aparência, nossos posicionamentos políticos, todos os nossos pensamentos eram complementares, o que geralmente não ocorre numa relação inter-racial. Conversávamos sobre infância, adolescência, sobre a vida e me parecia que ele era uma cópia minha. As relações virtuais através dos fakes brancos-héteros-másculos-ABNT⁷⁶ e os problemas em relacionamentos passados inter-raciais eram os mesmos; questões familiares, enfim... Concluímos que a vida de preto viado segue sempre o mesmo caminho: não afetividade e baixa autoestima.*

Neste trecho, Danilo estabelece um discurso crítico ao que afirma Pinho (2004, p. 129): “as comunidades de *gays*, de homossexuais, produziram uma determinada brancura ou a branquitude *gay* como a norma estética”, pois a valorização de sua negritude em vivências e práticas compartilhadas assume uma abrangência política de sua identidade negra “bixa” capaz de estabelecer uma atitude contra-hegemônica como resistência (PINHO, 2004), diante do padrão de branquitude encontrado dentro da comunidade *gay*, especialmente em suas experiências homoeróticas.

Ao refletir sobre as interpretações da narrativa (auto)biográfica de Danilo com base na perspectiva interseccional entre raça e sexualidade – além de outras nuances entrecruzadas que emergem de seus relatos, como a forma que se deu a construção de sua masculinidade ou a questão da classe social –, não pretendo apenas afirmar que homens negros homossexuais sejam completamente vítimas das normatizações advindas da formação humana hegemônica no Ocidente em relação aos seus corpos, mas também considerar que muitas vezes podem ser agentes de tais normatizações (SILVA, 2017).

Penso também ser importante ressaltar que, se por um lado uma nova masculinidade pode ser construída por homens homossexuais, como sugere Anzaldúa (1999), por outro, Pinho (2005), Fanon (2008), hooks (2013) e Nkosi (2014) argumentam similarmente sobre a forma que a emasculação simbólica dos homens negros diante da subordinação racial socializa-os dentro do estereótipo da virilidade e da truculência como reação à castração para o acesso aos espaços e formas de poder do patriarcado da supremacia branca. Nessa perspectiva, o perigo da introjeção da representação social “padrão” pode facilmente ser assumida por homens negros homossexuais e os conduzir a agir com atitudes homofóbicas, especialmente diante daqueles corpos que expressam suas masculinidades de maneira “desviante”.

⁷⁶ É interessante notar como a readequação da linguagem se dá em decorrência do meio em que cada sujeito se encontra, como no caso deste termo criado pelo narrador participante para referir-se ao “modelo padrão” de homem na sociedade com base em um elemento acadêmico: as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) exigidas para a escrita científica.

Considerações transitórias

O método fenomenológico tem mostrado meios capazes de auxiliar nas dimensões subjetivas e sociais de comunicação, compreensão e interpretação no processo de construção do conhecimento e na percepção da realidade de Danilo como narrador participante. A construção de conceitos sobre masculinidade(s) negra(s) e a contribuição de perspectivas interseccionais entre raça e sexualidade na descrição de suas experiências, permitiram, com base na interpretação fenomenológica proposta, o surgimento da correlação noemática⁷⁷, entre negritude e homossexualidade em sua narrativa, no que se refere à constituição de sua masculinidade negra homossexual em contraposição ao constituído no imaginário social ocidental acerca de uma performatividade padrão do homem negro como “criado supermasculino” (NKOSI, 2014).

Nesse seguimento, a narrativa gerada por Danilo dialoga com o que assevera Louro (2015) sobre a hierarquização dos sujeitos, nas sociedades modernas ocidentais, dar-se por meio de suas marcas fenotípicas, sexuais e de comportamento, as quais revelam o lugar de poder ou submissão no interior dessas sociedades, o que corrobora suas experiências descritas. A compreensão das experiências narradas pelo participante parece apontar para a dimensão opressiva em que vivem indivíduos que se identificam com a negritude e com a homossexualidade, em aspectos que estão para além das especificidades identitárias desta ou daquela categoria isoladamente, correlacionando-se em aspectos multidimensionais, de acordo com o que brevemente tenho aqui apresentado.

Considero que a história de vida relatada pelo narrador participante seja capaz de demonstrar, por meio da descrição de suas vivências identitária híbridas entre negritude e homossexualidade, que construções possíveis de masculinidade(s) negra(s) possam se encontrar referenciadas na pluralidade identitária possibilitada pelo seu entrelaçamento aos dilemas, vivências e resistências dentro das interseccionalidades produzidas pelas diferenças e desigualdades localizadas no âmbito da constituição dessas identidades (SILVA, 2017), ratificando que diferenças combinadas ou interseccionadas produzem novas diferenças, “ou seja, uma bicha preta não é um sujeito que acumula duas identidades, é outra posição diferente, que é produzida através dessa interação ou dessa confluência” (PINHO, 2004, p. 129).

Sob meu ponto de vista, as interpretações que busquei apresentar neste artigo complementam o sentido de que não faço uso teórico da perspectiva interseccional com vistas a vitimizar um grupo específico, mas sim que considero pertinente à emergência do essencialismo

⁷⁷ Isto é, “o que fica para o sujeito (Eu) de sua redução do objeto (fenômeno visado)” (RIBEIRO JÚNIOR, 2003, p. 14).

identitário de qualquer grupo minoritário, diante da ação do poder hegemônico normatizador (HOOKS, 2013). Nesse sentido, ao valorizar características identitárias raciais e homossexuais – dentre outras possíveis – de maneira confluyente e resistente, a narrativa de Danilo parece ser capaz de estabelecer uma crítica antirracista e anti-homofóbica, por meio do relato de vivências que se opõem à imagem estereotipada heteronormativa e hipersexualizada de masculinidade negra homossexual.

Referências

- AARTS, Bas; BAUER, Martin W. A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). Trad. De Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABRAMOVAY, Miriam et al. *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazio Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas: Papirus, 2005.
- ANZALDÚA, Gloria. *Towards a new consciousness*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRAH, AVTAR; PHOENIX, ANN. Ain't I A Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies*. Bridgewater: Bridgewater University Press, v. 5, n. 3, p. 75-86, 2004. Disponível em: <<http://vc.bridgew.edu/jiws/vol5/iss3/8/>>. Acesso em: 14/11/2017.
- CASTRO, Raimundo Mota de. *Ensino religioso na escola pública: histórias e memórias*. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2011.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*. Chicago: Chicago Unbound, v.1, article 8, p. 139-168, 1989. Disponível em: <<http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em: 13/11/2017.
- DARDE, Vicente William da Silva. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. *Em Questão*. Porto Alegre: v. 14, n. 2, p. 223-234, jul-dez. 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/3109/4870>>. Acesso em: 21/11/2017.
- FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. *O desejo homoerótico no conto brasileiro do século XX*. São Paulo: Scortecci, 2015.
- GARCIA, Alysson Fernandes. Introdução conceitual para a educação das relações étnico-raciais. In: MORAES, Cristina de Cássia Pereira; LISBOA, Andreia Silva; OLIVEIRA, Luciana de

Fatima (Orgs.). *Educação para as relações étnico-raciais*. Goiânia: FUNAPE, UFG/Ciar, 2ª ed., 2012, p. 143-167.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WFM Martins Fontes, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos* [online]. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 18/11/2017.

JOSSO, Marie-Christine. Da formação do sujeito... ao sujeito da formação. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) *O método (auto)biográfico e a formação*. Lisboa: Ministério da Saúde. Depart. dos Recursos Humanos da Saúde/ Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988. p. 35-50.

LINS, Beatriz Acciolly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes, não designais: a questão de gênero na escola*. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LORDE, Audre. *I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARCELINO, Sandra Regina de Souza. *Mulher Negra Lésbica: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Serviço Social), 2011. 154f. – Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=18428@1> . Acesso em: 28/11/2017.

MARSIAJ, Juan P. Pereira. Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 131-147.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a questão das diferenças. In: *16º Congresso de Leitura do Brasil (COLE) - No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las*. Campinas: ALB Associação de Leitura do Brasil, 2007, no. 1, p. 1-19. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf>. Acesso em: 26/11/2017.

_____. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/UFOP, 2015.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NKOSI, Deivison Faustino. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: BLAY, Eva (Org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 75-104.

PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; DELORY-MOMBERGER, Christine. Reabrir o passado, inventar o devir: a inenarrável condição biográfica do ser. In: PASSEGGI, Maria da Conceição; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs.). *Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica: Tomo II*. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012, p. 29-57.

PINHO, Osmundo de Araújo. A Guerra dos mundos homossexuais: resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. In: *Homossexualidade, Produção Cultural e Cidadania*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004, p. 127-134.

_____. Etnografia do Brau: corpo, masculinidade e raça na reafrikanização em Salvador. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005, p. 127-145.

RIBEIRO JÚNIOR, João. *Introdução à fenomenologia*. Campinas: Edicamp, 2003.

SANDERS, Patricia. Phenomenology: A New Way of Viewing Organizational Research. *The Academy of Management Review*. New York: Academy of Management, 1982, vol 7, n° 3, p. 353-60. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/257327>>. Acesso em: 06/11/2017.

SILVA, Pedro Ivo. *Afrobixas: narrativas de negros homossexuais sobre seu lugar na sociedade* (Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias), 2017. 150 f. - UEG, Anápolis, 2017. Disponível em: <http://www.cdn.ueg.br/source/mielt/conteudoN/1307/Pedro_Ivo_Silva_Dissertacao.pdf>. Acesso em: 03/12/2017.

JOVENS CAMPONESES COMO SUJEITOS POLÍTICOS E A RELAÇÃO COM OS PROCESSOS FORMATIVOS DO RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVENS (RAJ)⁷⁸

Raimunda de Oliveira Silva⁷⁹

Introdução

Este texto objetiva discutir sobre jovens camponesas como sujeitos políticos e a relação com os processos formativos, a partir da experiência do Residência Agrária Jovem (RAJ), desenvolvido no período de junho de 2015 a abril de 2017, com 50 jovens de 15 a 29 anos, residentes em 22 comunidades rurais do Distrito Federal e Entorno. Essa discussão é parte de um trabalho de pesquisa de mestrado apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-MADER) da Faculdade UnB de Planaltina-DF.

Um dos objetivos do RAJ foi capacitar e jovens nas áreas do associativismo e cooperativismo a partir das dimensões produtiva, artística, cultural, social e educativa de modo a construir capacidades e habilidades para atuar e intervir na realidade do território.

O projeto de pesquisa, mais do que discutir se o processo formativo deu conta de responder ao que se propôs, estuda como se dá a constituição do sujeito político na relação com os processos formativos, referenciando-se nas trajetórias e realidade desses jovens e também de seus territórios refletidos durante as atividades formativas.

As trajetórias acenavam nos jeitos, gestos e expressões, mais do que breves palavras, timidamente pronunciadas pelos/as jovens, pois se percebia reverberar *um não dito* que instigava a entender nas expressões, no silêncio e nos jeitos de se aconchegarem devagarinho nas discussões o quanto tinham para compartilhar uns com os outros/as.

Eram jovens (mulheres e homens) vindos de distintas experiências em acampamentos e assentamentos da reforma agrária, e também de comunidades rurais e do quilombo Kalunga, que certamente viam nas lutas em defesa da terra a condição para continuar vivendo no campo.

Traziam em seus repertórios, diferentes histórias forjadas em distintos contextos de resistências e enfrentamentos, que se mostravam ser um coletivo em potencial e uma grande oportunidade para entender como estes jovens enfrentavam, no bojo das lutas gerais, os desafios e dilemas da vida no campo dessa geração de jovens, e em quais espaços e momentos das lutas

⁷⁸ Trabalho apresentado no XI Encontro Regional de Centro-Oeste de História Oral: história oral e relações de gênero na contemporaneidade – vozes dissonantes, realizado na UnB - Brasília/DF, no período de 21 a 24 de novembro - 2017.

⁷⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural – Faculdade UnB de Planaltina – FUP.

essas questões, vistas da perspectiva da juventude, se tornavam visíveis para si e para a coletividade de jovens das comunidades rurais onde viviam.

À medida que as atividades foram acontecendo revelava-se que muitos dos/as jovens, inclusive os mais participativos, tinham dificuldade de se posicionar quando as discussões diziam respeito às especificidades da juventude, no entanto, mostravam desenvoltura nos debates sobre as lutas gerais que estavam envolvidos/as. As questões do mundo juvenil pareciam não fazer parte da vida “comunitária” desses jovens e estavam invisíveis diante da condição geracional que fora motivadora da construção do RAJ.

Via-se que muitos desses 50 jovens estavam diante de uma primeira experiência formativa que pretendia tornar visíveis as trajetórias, dilemas e sonhos dessa geração de jovens camponeses. Um paradoxo que motivou a buscar entender de que maneira esse processo formativo deu voz a juventude e despertou a consciência enquanto uma coletividade que carrega consigo singularidades própria dessa geração de jovens, a partir de análises sobre como a formação, realizada no âmbito do RAJ, contribuiu para a constituição de sujeitos políticos.

Metodologia

A discussão apresentada baseou-se em pesquisa documental e bibliográfica e na observação participante nas atividades do RAJ, envolvendo 50 jovens de 15 a 29 anos residentes em 22 localidades⁸⁰: assentamentos e acampamentos da reforma agrária, comunidades rurais e no quilombo Kalunga, localizadas em áreas do Distrito Federal e Entrono.

Discussão

Sader (1988) compreende que os sujeitos conscientes do seu papel no mundo alteram os roteiros preestabelecidos e as disposições coletivas de autoafirmação das expressões políticas dos trabalhadores e trabalhadoras. Freire (2002) considera o sujeito inseparável da afirmação em ato que “cria e transforma o mundo sendo sujeito de sua ação” (FREIRE, 2002, p. 38), onde se constitui e é constituído por ela e só se explica a partir da relação com o meio social. Este autor ainda nos lembra de que quanto mais houver participação do/a oprimido/a no processo de construção de sua própria educação, maior será a capacidade de participação no seu próprio desenvolvimento.

⁸⁰ Para efeito de atuação do RAJ, estas comunidades foram agrupadas em quatro Núcleos Territoriais - NT DF Sul, NT Planaltina, NT Nordeste Goiano e o NT Kalunga, entendendo núcleos como porções territoriais microlocalizadas em área geográficas maiores.

Esta perspectiva de constituição de sujeitos políticos explicitamente expressa na visão desses autores, tem referenciado as análises, ainda que preliminar sobre a formação do RAJ, como constituinte de jovens sujeitos políticos, experienciada através da relação participante-construtores, que se estabeleceu no decorrer do processo formativo.

Esta relação mostrou ser a tônica dos vários momentos e fases do RAJ, a começar pela realização do primeiro ciclo formativo, história e memória, quando os/as jovens assumiram o desafio de ir de encontro ao saber vívido das comunidades. Buscaram nas trajetórias de mulheres e homens, residentes há mais tempo nas comunidades, o conhecimento que precisavam para entender as origens suas e de seu povo. Os repertórios de outrora iluminavam as lembranças desses buscadores de informações sobre as histórias de suas comunidades, retornavam às atividades seguintes, prontos para relatarem os seus achados. Cada relato foi seguido de reflexões sobre o que mais chamara a atenção, como se viram diante das informações e quais aprendizagens destacavam dessa busca. Falaram do quão desafiador e, ao mesmo tempo, gratificante, foi realizá-lo. A escuta exigia presença ativa e muita responsabilidade diante da oralidade de quem expressava histórias, onde muitas delas diziam das tantas lutas travadas contra as investidas do capital sobre as comunidades rurais e fortaleceu a identidade de pertencimento à comunidade.

Este ciclo, história e memória, estruturou boa parte das discussões do processo formativo do RAJ e também identificou nas histórias de resistências as dificuldades de acesso às poucas políticas de desenvolvimento rural que chegavam à comunidade. Mas o que esse saber vívido despertou nos/as jovens em termos de consciência de si ?

Sobre o despertar da consciência, Gohn (2011) descreve como um ato dos indivíduos, que, na relação com os outros/as, se percebem sujeitos de transformação, que se dá a partir da práxis entre sujeitos em movimento e em processos educativos de sujeitos coletivos diversos, como aponta Arroyo (2012). Como um ato que cria e transforma o mundo sendo sujeito de sua ação e só se explica a partir da relação com o meio social, como afirma Freire (1993).

Apoiando-se nestes autores, percebe-se nas narrativas e escritas dos/as jovens, que esse encontro de gerações apontou para um despertar que ainda carece ser examinado em suas nuances, alcance e reverberação frente à tomada de consciência desses jovens enquanto coletividade que busca visibilidade e reconhecimento como trabalhadores que também contribuem com o desenvolvimento do país.

As pesquisas que buscam entender a categoria juventude camponesa tem se ampliado, significativamente, no Brasil, desde os anos 1990, referenciadas por análises que partem de pelos

menos três perspectivas: 1) transição para a vida adulta; 2) considerada a partir do contexto em os/as jovens estão inseridos; 3) associada ao mundo do trabalho. Para Castro (2005) e Wanderley (2006), essas perspectivas são chaves para compreender esse grupo geracional em sua complexidade, e especificidade. De acordo com estes autores/as, não se pode tratar a juventude camponesa a partir de uma única definição, uma vez que se refere a uma categoria que está em permanente construção social.

O Estatuto da Juventude (Lei 2852/13) estabelece jovens pessoas entre 15 e 29 anos e os reconhece como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares e define o princípio de participação social e política como dispositivo de promoção da autonomia e reconhecimento do papel estratégico dos/as jovens no desenvolvimento do país. A UNESCO (2004) define jovens, pessoas entre 15 e 24 anos, e reconhece que é preciso considerar fatores como as diferenças entre classes sociais, culturas, etnias e gênero para categorizar esse grupo geracional. Mas, quais questões os estudos sobre a categoria juventude camponesa tem revelado?

Os estudos sobre o mundo rural, desde a perspectiva da juventude como (STROPASOLAS, 2006; WANDERLEY, 2007; CASTRO, 2005; BARCELOS, 2011; CARNEIRO, 2005) mostram uma série de questões sobre a vida desses jovens para entender o que contribui na tomada de decisão sobre a permanência ou saída de jovens do campo. Questões como a precariedade das condições de vida, a escassez de políticas públicas e serviços no meio rural e a centralidade do poder familiar na figura do pai são questões chave nessa decisão. Estas questões muitas vezes excluem os/as jovens do acesso ao principal meio de produção que é a terra e causa o desinteresse em continuar vivendo no campo.

Nesta direção, Castro (2009) mostra que muitos dos dilemas que os/as jovens enfrentam para viver no campo guardam relação com a não posse da terra ou insuficiência dela para construir seus projetos produtivos. Liga a isso a falta de políticas voltadas à juventude e de autonomia para decidir o que e onde plantar. Vanderley (2007) discute o duplo enquadramento vivido pelos/as jovens, mostrando que, por um lado, sofrem com a imagem pejorativa construída no contexto das relações campo e cidade, que coloca o campo, no imaginário da sociedade, como sendo o lugar do atraso. Por outro, são, muitas vezes, deslegitimados pelos adultos, quase sempre pelos pais, que, se apoiando no modelo familiar hierárquico, sustentado pela sociedade de base patriarcal, justificam as relações de subordinação a que submetem especialmente as jovens mulheres.

Estas questões, refletidas por estes autores, fizeram parte das discussões e estudos do segundo Ciclo Formativo - *políticas públicas e juventude rural*, apoiadas pelas questões das políticas de

desenvolvimento rural apontadas no diagnóstico construído no primeiro ciclo *história e memória*, vistas como potenciais mobilizadoras do despertar dos/as jovens sobre a importância da visibilidade e do reconhecimento do seu lugar no desenvolvimento das comunidades rurais.

Este ciclo apontou a educação do campo, questão agrária, políticas públicas, formas de produção, organização e comercialização, como temas a serem discutidos e construídas as estratégias de engajamento da juventude. Boa parte desses temas compuseram os projetos de intervenção elaborados pelos/as jovens como parte do compromisso com o processo de continuidade das atividades do RAJ e de inserção desses jovens nas comunidades rurais onde vivem. Todo esse processo exigiu compreender a formação na práxis concreta de um grupo (GOHN, 1997) que se dá a partir das relações sociais, entre os sujeitos coletivos diversos, como aponta Arroyo (2012), e sujeito histórico como prática social como define Freire (1993).

Considerações

As observações feitas, até o momento, sobre o processo formativo apontam que a juventude camponesa despertou para a importância de participar dos espaços organizativos das comunidades rurais e percebeu que tornar visíveis as questões que os afetam enquanto jovens e enquanto camponeses, deve ser uma tarefa a ser assumida por eles/elas.

Observa-se também que este olhar dos/as jovens guarda relação com a maneira como o percurso formativo do RAJ foi desenvolvido, relacionando momentos de imersão na vida das comunidades (construção do diagnóstico e oficinas territoriais) com os debates e reflexões a partir de estudos acadêmicos sobre a juventude camponesa no Brasil.

Essa leitura preliminar demonstra que esses momentos foram decisivos para que os/as jovens se percebessem protagonistas de sua própria história, no entanto, ainda não se tem análises suficientes para afirmar que o RAJ contribuiu com a constituição dos jovens como sujeitos políticos, assim como definem autores/as nos quais a pesquisa se referencia.

Referencias

- ARROYO, M. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, RJ: Editora vozes, 2012.
- BARCELLOS, S. B. *As políticas públicas para a juventude rural no brasil: apontamentos iniciais sobre o processo de constituição desse campo de estudos*. NEAD-IICA, 2011.
- CARNEIRO, M.J. “Juventude rural: projetos e valores”. InAbramo, H.W. e Branco, P.P.M. (orgs.), *Retratos da Juventude Brasileira*. SP: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

- CASTRO, E. G. *Os jovens estão indo embora?* Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Mauad X Seropédica; RJ: EDUR, 2009.
- CASTRO, E.G. *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PGAS/MN/UFRJ, jul., 2005.
- FREIRE, P. *Política e educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.
- GOHN, M. G. *Teoria dos Movimentos Sociais, paradigma clássico e contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970-1980*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC, 2006.
- WANDERLEY, M.N. B. *Juventude rural: Vida no campo e projetos para o futuro*. Relatório Técnico CNPq, mimeo, 2006.
- WANDERLEY, M.N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MEMÓRIAS REFLETIDAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS: O CASO DO ENSINO DE HISTÓRIA

Raquel Lobato Leão⁸¹
Rosimeri da Silva Pereira⁸²

Resumo: ao longo desta investigação vários questionamentos são pautados em relação ao processo de transformação do ensino da disciplina de História tais como: De que maneira a disciplina de História tem funcionado em sala de aula ao longo dos tempos? Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um recorte sobre as finalidades e objetivos do ensino de História entre os anos 1950 a 1990 tendo por base o testemunho real - base do relato de profissionais - que atuaram na rede pública de ensino da época e que de certa forma contribuíram com a formação de meninos e meninas - além dos egressos do 1º Grupo Escolar da cidade Humaitá. O período em análise nos mostra que o ensino de História segue o modelo do método tradicional, com conteúdos vinculados a ideologia do nacionalismo, do amor e respeito a pátria.

Palavras-chave: ensino de História, Livro didático e História da Educação Humaitaense.

Introdução

Fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia – IEAA/UFAM, este relato tem como objetivo apresentar um recorte sobre as finalidades e objetivos do ensino de História entre os anos 1950 a 1970 considerando os dados observados nas entrevistas realizadas com egressos e ex-professores que atuaram no ensino de História do 1º Grupo Escolar da cidade de Humaitá – AM, bem como da análise de conteúdos de um dos importantes livros didáticos tomado aqui como um documento histórico.

Quando se pergunta o que significa ensinar História, a resposta que sempre se escuta é: estudar o passado. Mas será apenas isso a função deste ensino que sofre mudanças à medida que a sociedade constrói e reconstrói sua história? Acreditamos que assim como as demais disciplinas de ensino, o componente curricular História tem mais a objetivar. Sabemos que as disciplinas escolares colaboram na conformação do conjunto da História da Educação. Nesse sentido, pesquisadores como Chervel (1990) e Frago (2008) orientam que a pesquisa no campo da História da educação deve ter como ponto de partida a escola, sua cultura bem como a finalidade/funções, os objetivos e o modo de funcionamento de suas disciplinas. Por outro lado, observamos que o ensino também sofre determinações vinculadas às políticas educacionais de uma determinada época.

⁸¹ Professora vinculada à Secretaria Municipal de Educação em Humaitá-AM. e-mail: raquel_lobato1@hotmail.com

⁸² Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Escola de Educação - Departamento de Fundamentos em Educação (DFE), orientadora deste trabalho.

As pesquisas, envolvendo o ensino das disciplinas, ainda é algo pouco valorizado por parte dos pesquisadores, o que de certa forma nos estimula na compreensão da referida temática. Aliás, para Chervel (1990, p. 177), a história do ensino pode avocar uma tradição amplamente secular, só que o estudo histórico dos conteúdos do ensino primário ou secundário e sua relação com as políticas educacionais, raramente suscita o interesse de pesquisadores no campo da História da Educação de uma maneira em geral.

O estudo da História da Educação de um país nos leva a observar as lacunas reais dos objetivos de ensino vinculados a determinados contextos históricos políticos e culturais. Vale observar neste sentido que a escola não se trata de um instrumento institucional neutro, pelo contrário, ela apresenta ações que determinam a execução de seu papel em determinados conteúdos e práticas de ensino, usadas nas disciplinas escolares em salas de aula, sejam elas, Português, Ciências, Geografia, Matemática, Filosofia, Sociologia e a disciplina de História. Com isso, se faz necessário o estabelecimento de uma historiografia do ensino atenta às questões tanto internas quanto externas a vida escolar.

Chervel (1990, p. 178) informa também que tem-se manifestado pouco a pouco uma tendência, entre os docentes, em favor de uma história de sua própria disciplina que vai - dos conteúdos de ensino, instalação de programas, que evoluiu sensivelmente para uma visão mais global do problema, associando-se as ordens do legislador ou das autoridades ministeriais ou hierárquicas à realidade concreta do ensino nos estabelecimentos.

As instituições de ensino, desde o princípio tiveram a sua função social exercida em determinado local. Para alguns pensadores, ela age como aparelho ideológico do Estado, em que não sofre mudanças por si só, mais vem se aprimorando de um conjunto de ideias que determinam qual será seu papel. Estas ideias incorporam-se há ela na medida que ocorre o conflito de objetivos, revoluções pela busca do seu melhoramento. A escolha de exercer seu poder sobre a sociedade, torna-se primordial a partir do momento que envolve os agentes de toda a instituição no processo educativo.

Os conteúdos de ensino vinculados a uma determinada época são determinados por um corpo de regulamentos observados nas políticas de ensino curricular ora municipal, ora estadual e ora federal – sobretudo se consideramos que a criação de programas governamentais acabam por definir conteúdos escolares a inculcar já tais conteúdos contribuem na definição do perfil de cidadão que se deseja formar para um determinado período histórico.

Para Chervel (1990 p. 178) é de fundamental importância entender a história dos conteúdos de maneira geral, quanto a objetivos propostos, reformulações de conteúdos e

finalidades escolares, públicos que pretendem atender e lacunas deixadas. Partindo do pensamento histórico, que se difere da didática, assimilando sobretudo a razão da criação dos conteúdos de ensino gerados por diversas revoluções e correntes político-ideológicas.

Metodologia

Se uma dada investigação segue uma ordem pragmática e sistemática com certos interesses e preocupações, a pesquisa surge pela dúvida, por busca de respostas a determinados assuntos que assolam a sociedade sejam eles problemáticas educacionais, sociais, políticas e culturais. Nesse sentido, a metodologia de pesquisa passa a ser o planejamento que surge como uma espécie de norte teórico que deverá dar a base de uma determinada observações/ação.

A metodologia, segundo Minayo (2010, p. 14-15) inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade. Neste caso, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias, e além das técnicas, que acabam por incluir concepções teóricas amparadas por abordagens que se articulam com a teoria, frente a realidade empírica e com os pensamentos sobre a uma determinada realidade.

Nesse caso, o pesquisador toma sua decisão mediada pela teoria (Método) que pretende seguir. Sempre buscando ter clareza, criatividade e persistência a cada passo a ser dado. Na área das Ciências Humanas, não se deve pensar em verdades absolutas e sim ter um olhar crítico para a análise dos dados, seguindo uma ordem de construção de pensamentos ligados a leitura e interpretação que identifiquem as ideias, proporcionando soluções para uma determinada problemática.

O estudo proposto nesta pesquisa parte da abordagem qualitativa, considerando que tal tipo de investigação corresponde a questões muito particulares e, nesse sentido, atua num universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e de atitudes. Sendo assim, optamos por tal abordagem já que nosso olhar se restringirá a história de funcionamento de uma disciplinas escolar visando corroborar com o campo da História da Educação Brasileira.

Resultados

Toda metodologia tem como norte um método, e tais métodos científicos vão além de técnicas, decorrentes de teorias criadas para explicar a realidade. Desse modo, Minayo (2010, p. 17) aponta que a teoria é construída para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos. Este conjunto constitui o domínio

empírico da teoria (ou seja, a dinâmica da prática que ela explica ou interpreta). A teoria propriamente dita sempre será um conjunto de proposições, um discurso abstrato sobre a realidade que quase sempre merece ser investigada. Desse modo, as observações tidas no Estágio Supervisionado nos Anos iniciais nos permitem recuperar as aulas da disciplina de História – quando um determinado professor leva seu grupo de alunos até a sala de vídeo, para assistirem a um filme intitulado “The Croods” – que relatava a história de uma família que vivia na época da Pré-História. No outro dia, dando sequência a tal atividade, observa-se a distribuição de atividades para os alunos apenas colocarem o nome dos personagens do filme e pintarem sem a dinâmica de comentar o real sentido do filme, a época que se passada na trama e etc.

Observa-se, ao longo dos anos, a proposição de um ensino no Campo da História que transita entre a prática de um ensino tradicional mais positivista, que foca-se na parte cognitiva do aluno, quanto a memorização mecânica de datas comemorativas, fatos históricos, nomes de heróis sem refletir sobre o processo de conhecimento adquirido mediante esses fatos ou até mesmo o estabelecimento de atividades de ensino que ora acaba do esvaziar o referido componente curricular.

Esta maneira de se ensinar passou a se reproduzir, desde a chegada dos Portugueses, com o método de catequização implantado pelos jesuítas em um longo período da nossa história (1559 a 1760), deixando resquícios até os dias atuais. Este ensino voltava-se para domesticação dos povos que já moravam no Brasil, visando sobretudo manter domínio sobre as terras e seus tesouros como também a alienação de pessoas através de sua própria cultura. Inicialmente se idealiza uma comunidade para obediência, onde os alunos deveriam aprender a história contada apenas pela voz e versão dos jesuítas, comandados pela Igreja, impedindo o aluno de se reconhecer como agentes histórico fundamental no processo de construção e transformação da sua história.

Menezes (2011, p. 6) nos mostra que o Colégio Pedro II cumpriu uma função política essencial, a de construir uma ideia de nação brasileira, contribuindo para fortalecer os laços ideológicos em torno dos quais se pretendiam submeter o povo e preservar a estrutura social, política, econômica e cultural do país. A formação presente era destinada aos jovens de classe alta, afim de molda-los para o exercício da nação. No período de 1930, na era Vargas, a história política do Brasil toma novos rumos econômicos bem como a manutenção do capitalismo tendo por base o fortalecimento do poder estatal com maior atenção às questões educacionais.

A partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a Reforma Francisco Campos, acentuou-se o fortalecimento do poder central do Estado e do controle sobre o ensino. O ensino de História era idêntico em todo o País, dando

ênfase ao estudo de História Geral, sendo o Brasil e a América apêndices da civilização ocidental. Ao mesmo tempo refletia-se na educação a influência das propostas do movimento escolanovista, inspirado na pedagogia norte-americana, que propunha a introdução dos chamados Estudos Sociais, no currículo escolar, em substituição a História e Geografia, especialmente para o ensino elementar. (PCNs, 1997 p. 21).

Ao longo dos anos 30, o Estado apresenta maior intenção de poder e controle sobre a educação, abrindo lugar para os conhecimentos das Ciências Humanas, afim de coordenar a formação do novo cidadão brasileiro. O ensino de História segue um modelo pelo país a fora, com certa ênfase ao ensino da História Geral. Assuntos com ênfase nos feitos históricos dos principais agentes do descobrimento do Brasil, as capitânicas hereditárias, dentre outros, além do estabelecimento do patriotismo nacional.

Com o processo de industrialização e urbanização, se repensou sobre a inclusão do povo brasileiro na História. Enquanto alguns identificavam as razões do atraso econômico do País no predomínio de uma população mestiça, outros apontavam a necessidade de se buscar conhecer a identidade nacional, suas especificidades culturais em relação aos outros países, como meio de assegurar condições de igualdade na integração da sociedade brasileira à civilização ocidental. Nos programas e livros didáticos, a História ensinada incorporou a tese da democracia racial, da ausência de preconceitos raciais e étnicos. Nessa perspectiva, o povo brasileiro era formado por brancos descendentes de portugueses, índios e negros, e, a partir dessa tríade, por mestiços, compondo conjuntos harmônicos de convivência dentro de uma sociedade multirracial e sem conflitos, cada qual colaborando com seu trabalho para a grandeza e riqueza do País. (PCNs, 1997 p. 21).

Defendia-se nesta etapa do ensino de História não apenas a formação do cidadão brasileiro, sua identidade e cultura do nacionalismo. A maneira de ver o outro reconhecendo as diferenças era buscada, por meio da consolidação do respeito e reconhecimento da diversidade étnico-cultural da nação brasileira. Surge a tese da democracia racial, desmitificando a ideia do preconceito racial, pois se reconhece o povo brasileiro, como advindo da miscigenação de povos que já moravam no Brasil na chegada dos portugueses, uma mistura de cores que se forma então o brasileiro. Comunidade indígena, negros, mulatos e brancos reivindicam por seu lugar na História, se vendo como participantes do processo histórico.

O tema da formação da identidade nacional foi sendo progressivamente substituído pela questão da constituição racial brasileira. Difundiu-se nas escolas a ideia de democracia racial, como se no Brasil não houvesse preconceito racial e étnico (MENEZES, 2011, p. 7).

A partir de 1942, o ensino de História tinha como tarefa enfatizar o ensino patriótico, capaz de criar, nas novas gerações, a consciência da responsabilidade frente aos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem e o seu destino. Nos anos de 1950 e 1960, sob a

inspiração do nacional-desenvolvimentismo, o ensino de História voltou-se para as temáticas econômicas. Enfatizou-se o estudo dos ciclos econômicos, sua secessão linear no tempo (JÚNIOR, 2011, p. 12).

É interessante observar que, em entrevista realizada com pelo menos 3 professoras vinculadas ao corpo docente do 1º Grupo Escolar da cidade que atuaram entre os anos de 1950 e 1970, verifica-se efetivamente a proposição de um ensino focado em datas comemorativas, já que os civismos e os conteúdos ligados à moral imperava como um dos objetivos primordiais do ensino da época.

“Ensinar História era ensinar o passado. História como foi descoberto o Brasil. De onde veio. Quem foram. O passado era bem presente na sala bem repetido. As datas comemorativas, dos fatos históricos era bem presente. O professor usava muito a cartolina, ali se escrevia com letras maiúsculas. Não fazíamos maquete. Relatar fatos daquela época de 1500, saber fatos decorados, chegada de Cabral, dos missionários, dos espanhóis, dos franceses, sabia tudo isso. Tinha que ter uma guarda em cada cidade.”
(PROFESSORA B-1968).

Percebemos que, apesar das reformas escolanovistas e demais movimentos a cerca da educação, notamos que os métodos de ensino não se diferenciaram da História tradicional, deixando refletir, desde sua gênese, um ensino a favor da memorização, muitas vezes mecânicas, ligadas a datas comemorativas, heróis e etc. Nas escolas, busca-se apenas enfatizar a data dos acontecimentos, como, por exemplo, o dia da Independência do Brasil, dia do Índio, sem ter conhecimento do processo de constituição de cada fato social, como podemos verificar no rol de conteúdos expressos num livro didático adotado na mesma escola, durante os anos de 1990.

Verificamos, no conteúdo das entrevistas realizadas, que o planejamento da aula se amparava pela proposição dos livros didáticos adotados. O ensino de História se configurava pela metodologia de aulas expositivas. Vale observar também que, neste período, o 1º Grupo Escolar recebia uma Comissão de avaliação vinda da capital do Estado, responsável pela aplicação de avaliação em todas as áreas de conhecimento.

Vale destacar que o livro didático em análise (1993) não apresenta problematização dos conteúdos de ensino nem situações de aprendizagem que possibilitassem aos alunos refletir criticamente sobre o modo de convivência e produção da sociedade, muito menos a observação de contradições, debates, conflitos, mudanças e permanências que de um modo ou de outro marcam a nossa História regional, local e nacional.

Considerações finais

O período em análise nos mostra que o ensino de História segue o modelo do método tradicional, com conteúdos vinculados a ideologia do nacionalismo, do amor e respeito à pátria. Por outro lado, o livro didático de História se transforma numa bússola capaz de guiar o passo a passo do ensino da época. Embora tal disciplina esteja prevista nos Parâmetros Curriculares de Ensino e sobretudo na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em fase final de elaboração, meta afirmada tanto pela LDB 9394/96 quanto pelo Plano Nacional de Educação e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, vale verificar que tal componente não é objeto de verificação do atual Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas (SADEAM), o que de certa forma acaba por colocar em cheque a visibilidade e importância atribuída a tal área de ensino. Um outro ponto observado é que a BNCC propõe um ensino centrado numa história nacionalista desarticulada dos processos históricos de ordem mundial.

Referências

- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. Acesso em: 10 Julho de 2016 Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb5ed.pdf?>
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Versão revisada. MEC, 2017. Acesso Em: 10 Agosto de 2017. Disponível em: <basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versão.revista.pdf>
- BRAGA, Robério. *Notícia Histórica em Humaitá*. Manaus: CODEAMA/IGHA, 1987.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade Nacional e Ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (ORG). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BORGES, M. A. Q.; BRAGA, J. L. M. *O Ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental*. 2009. Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/revistaonline>> Acesso em: 01 de Agosto de 2016.
- BRODBECK, Marta de Souza Lima. *Vivenciando a História: metodologia de ensino de História*. Curitiba: Brasil editora, 2012.
- CANDOTI, Eliane Aparecida. *O ensino de História nos anos iniciais: apontamentos no processo de construção do conhecimento histórico*. História e Ensino. Londrina, 2013.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 1990, 2, 177-229.
- DEMO, Pedro. *Metodologia do conhecimento científico*. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

- FUNARI, Pedro Paulo. A Renovação da História Antiga. In: KARNAL, Leandro (Org). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo. Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).
- FRIGOTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 7º ed. São Paulo – SP: Cortez, 2001.
- FRAGO, Antonio Viñao. A. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 8, n. 3, p. 174-208, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Aprendendo História: reflexão e ensino*. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. 10º ed. Campinas -AP: Papirus, 1993.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Fazer e ensinar História*. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.
- GAMBOA, Sílvio Sánches. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.
- GAMBOA, Silvio Ancízar Sanchez. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org). *Metodologia de Pesquisa Educacional*. São Paulo – SP: Cortez, 2001.
- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- GIANNOTTI, José Arthur. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista / Auguste Comte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- HIPÓLIDE, Márcia Cristina. *O ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: metodologias e conceitos*. São Paulo: Companhia, 2009.
- JULIA, D. A. Cultura como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, 2001. p. 9-45.
- JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. *A ciência da História e o Ensino de História: aproximações e distanciamentos*. OPSIS: Catalão, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MENEZES, Fernandes Vendrame. A educação e o ensino de História no Brasil: alguns apontamentos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, TJ: Vozes, 2010.
- MANOEL, Ivan Aparecido. O ensino de História no Brasil: Origens e significados. *Cadernos CIMEAC*. Ribeirão Preto, 2011.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETO, José Alves de Freitas. A transversalidade e a Renovação no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (ORG). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, Neuza Bertoni. História das disciplinas escolares: reflexões sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Estadual Oswaldo Cruz, 2016.

RUSEN, Jorn. *História Viva: teoria da História: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. Universidade Brasília, 2007

SAVIANI, Dermeval. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. Conferência de abertura do *IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*. Campinas, 14 de Dezembro de 1997.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009.

SEDUC. *Proposta Curricular do Ensino Fundamental do 1º ao 3º ano do I Ciclo*.

SILVA, Marcos Antônio. *Nas trilhas do ensino de História: teoria e prática*. 1º ed. Belo Horizonte: Rona, 2012.

TEIXEIRA, Elizabeth. *As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa*. 7. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

A PRIMAVERA NOS DENTES: LIBERALIZAÇÃO SEXUAL NA OBRA DE NEY MATOGROSSO

Rodolfo Luiz Costa de Godoi⁸³

Menino Jefferson

Cidade de Salvador (BA) – Em meados da década de 1970, no bairro da Liberdade, morava um rapaz do qual as outras crianças deveriam manter distância, pois era diferente. A cada vez que menino Jefferson pisava na rua, olhares esguios eram lançados pelas janelas e portas, e sair de casa era um acontecimento. Os buxixos e os risos abafados aumentavam a densidade do ar. Mais do que diferente, Jefferson era perigoso, contaminante. Sua postura era tida como escandalosa, excessiva e afetada. Alertados pelos mais velhos, as crianças e os adolescentes iam se afastando de seu convívio, e assim Jefferson⁸⁴ foi sendo isolado das relações afetivas da comunidade.

Certo dia, Jefferson apanha do irmão. De cinto, a surra explode da casa para a rua. O menino segue sofrendo mais violências, e, ainda assim, sua postura ‘feminina’ vai ganhando força. Ao final dos dias de praia, sempre chegavam notícias de que o menino Jefferson tinha sido visto rodeado por viados⁸⁵. Assim, não só ele era vítima de uma vigilância e controle do corpo, dos afetos e de sua própria existência, como era exemplo didático daquilo que ninguém poderia ser.

A história desse menino não é nada diferente da de tantos outros vitimados pelas homofobias no Brasil. Nos centros urbanos, nas áreas periféricas, nas regiões interioranas, encontramos narrativas semelhantes. Contudo, a tarde quente do bairro da Liberdade é agitada por outro episódio envolvendo nosso personagem. Dessa vez, não exatamente como vítima, mas ainda assim agente da perturbação. Na rede de TV Aratu, em Salvador, existia um programa de estrelas mirins, em que jovens faziam imitação de artistas, era o programa da Tia Arilma, o Recreio. Das janelas, que ficavam umas de frente para as outras, gritava-se *“Jefferson está na TV! Jefferson está na TV!”*, e um corre-corre seguiu-se para que todos chegassem de frente aos televisores, pois *“Jefferson está imitando o Ney Matogrosso!”*.

Estarrecidos com a ousadia, assistia-se ao menino emergir das televisões de tubos, fantasiado de Ney Matogrosso, rebolando e girando. *“Nem me mostre isso!”*, lamentava-se Dona

⁸³ Mestrando do PPG-Sol/UnB. Bolsista CAPES.

⁸⁴ Nomes fictícios.

⁸⁵ O termo ‘viado’ é utilizado com a letra i para marcar diferença com o termo ‘veado’. Refere-se à forma injuriosa de tratar homossexuais masculinos no Brasil.

Lorena, mãe de Jefferson, envergonhada diante dos vizinhos. Um desses vizinhos foi S. M.⁸⁶, 50 anos, dramaturgo e diretor de teatro em Brasília. Ele teve sua infância atravessada por episódios envolvendo Jefferson, e destaca: “*Como esse menino, por meio do Ney... Como o Ney estava fazendo ele se libertar a ponto de ele ir numa TV!*”. Para S.M., o cantor Ney Matogrosso foi significativo para libertar-se sexualmente, para construção de suas identidades e o compartilhamento de experiências com outras pessoas LGBT. Ainda criança, S. M. é reconhecido (ao mesmo tempo que afirmado) como um igual em meio a uma roda de rapazes gueis que escutavam o álbum “Pois É”, de NeyMatogrosso. Ele nos contou o episódio da seguinte forma:

“Eu vou na casa de um colega, e, quando nós chegamos nessa casa, tinha um grupo de rapazes, muitos homens, uns oito homens. Amigos do irmão dele. Estavam todos numa sala, fazendo um círculo, ouvindo esse disco [Pois é, de 1983]. Eram todos gueis, eu não entendia isso. Vim entender na sequência. Estavam todos fazendo uma audição desse disco. Isso me marcou muito, porque eu entrei de supetão nessa sala, achando que meu colega estava lá. Quando entrei, tomei um susto, e esses oito rapazes olharam para mim. E brincaram comigo, fizeram uma piadinha, me viram como criança viada que eu não me via, talvez. E eu fiquei ao mesmo tempo em choque. Porque não era homens comuns - na minha visão de menino. Eles estavam de pernas cruzadas, gesticulando. E todos para ouvir o Ney. Eu saio constrangido, mas entendo que eles detectam uma energia minha, de menino guei, que eu não detectava. Passa o tempo, Ney se torna uma figura com quem eu passo a me identificar.”
(S.M.)

A fala evidencia como o cantor Ney Matogrosso se estabeleceu enquanto um ícone, uma referência para homens homossexuais e bissexuais, que passam a tê-lo como ponto em comum, como artista a ser partilhado. Tal aglutinação em torno do cantor é percebida por S.M. na sua infância, e também é exercida por ele na vida jovem. É quando entende que consumir ou permitir-se atravessar pela arte de Ney Matogrosso é algo que vai além do prazer estético, do prazer de uma bela canção, composição e sonoridade. É, de alguma forma, envolver-se com outros sujeitos que sequer conhece. É afirmar-se naquilo que ele não deveria ser, e ser como Jefferson – no centro da engrenagem patriarcal e homofóbica, inventar-se, reinventar-se contra a mola que resiste.

Quando começa a trabalhar, S.M. passa a consumir arte na cidade de Salvador, de acordo com sua própria vontade. Após o show do Ney Matogrosso, seguia-se o hábito de se encontrar em um beco próximo ao Teatro Castro Alves com amigos e colegas para conversar, para reconhecer pares e ser reconhecido.

⁸⁶ Os nomes dos interlocutores da pesquisa foram abreviados para que sejam reconhecidos apenas pelos mesmos.

O show de 1974 em Brasília e seus paradoxos

Debater as apresentações era fato que se passava em Salvador, mas também em Brasília, isso foi relatado por outro interlocutor, L. M, 63 anos. Acerca da apresentação do grupo Secos & Molhados, de março de 1974, no Ginásio de Esportes de Brasília, L. M. diz: *“quando terminou o show, teve comentários, eu me lembro que me encontro com os amigos para discutir como foi o show, como as pessoas discutem futebol”*. O paralelismo é sintomático de uma diferença significativa dos hábitos masculinos. O futebol e as relações sociais que o cercam promovem o encontro e o reconhecimento de símbolos da masculinidade. Isso não significa, evidentemente, que apenas homens heterossexuais encontrem nesse esporte prazer e socialização. Mas a comparação de L. M. é exatamente essa: *“enquanto os homens heterossexuais, os verdadeiros machos, comentam o futebol, nós, as bichas, comentamos o show dos Secos & Molhados.”*

O jornal Correio Braziliense trouxe, no dia 25 de março de 1974, “Secos e Molhados foi aquele sucesso”, abaixo de duas fotos do cantor Ney Matogrosso, a imagem da esquerda sem maquiagem e da direita com maquiagem e figurino. Embaixo de cada uma, respectivamente, lê-se “Seco” e “Molhado”. A figura cotidiana do artista, limpa, sem adereços, faz alusão ao que é seco, austero e limpo. A figura da direita, coberta de penas, colares e maquiagem, invoca o que é da ordem do molhado, do úmido, do volúvel, também do esguio, sinuoso e tropical.

Imagem 1



Fonte: Correio Braziliense (1974)

Apesar das palavras positivas, o interlocutor C. V., 66 anos, relata uma noite tensa e agitada na capital federal – também mencionada como a data do primeiro congestionamento na via N1. Naquela época, a cidade irradiava, politicamente, as perseguições e repressões da ditadura militar. A apresentação aconteceu no final de semana seguinte ao que Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República. Ainda que com lotação máxima, alguns não sabiam exatamente o que iriam assistir. Dizia-se que era um grupo diferente, com um cantor que tinha voz de mulher e rebojava muito no palco.

Segundo J. L., *“Você entra no Ginásio de Esportes, vê um show daquele, você pira, né. Um homem pintado com a cara e o corpo esguio, dançando. Trejeitos à la Carmen Miranda, que ninguém no Brasil naquele momento estava acostumado. Uma coisa tão performática, tão revolucionária não existia no Brasil”*.

A mistura de espanto e admiração que relata J. L., 59 anos, é a mesma que se espalha pelo Brasil, e que garante ao grupo sucesso imediato. Assim segue o jornal Correio Braziliense: “Milhares de pessoas, principalmente jovens, acorreram em massa para ver aquele que é, sem dúvida, o grupo de maior sucesso no momento no Brasil” (CORREIO, 1974). O sucesso, tanto do grupo como de Ney Matogrosso, transbordou as faixas etárias acima e abaixo do que se define como ‘juventude’, recorte etário comum aos fenômenos artísticos da indústria cultural.

M. J., 51 anos, ao mesmo tempo em que relata a trajetória conservadora e religiosa da sua família na cidade de João Pessoa - PB, relata também a admiração com que o artista era tido dentro de casa. “*Minha mãe adorava o Ney Matogrosso, minha avó achava o Ney um dos homens mais lindos do mundo, achava ele o máximo!*”. Tal característica do público é muito importante para reflexão em termos políticos de como o conjunto da obra de Ney Matogrosso e sua própria figura consegue atravessar gerações e grupos sociais.

Wittig (1984) defende a literatura e a obra de arte como armas de guerra perfeitas. Tal plenitude é possível quando as obras não estão submetidas aos parâmetros do comprometimento político imediato. A feminista parte da figura mítica do Cavalo de Troia para metáfora de sua proposta. Durante a guerra entre Grécia e Troia, ocorrida provavelmente entre 1.300 e 1.200 a. C., os gregos fingem desistir da batalha e deixam um grande cavalo de madeira, aparentemente inofensivo, que é entendido pelos troianos como um belo presente e que serviria muito bem como decoração. Uma vez dentro da cidade, os guerreiros que estavam escondidos dentro do cavalo saem durante a noite e tomam a cidade, vencendo a batalha. Feito simples e inesperado.

A arte do cantor Ney Matogrosso não se colocou publicamente em termos políticos deliberados, explícitos ou literais. Para M. J., opção que representa uma falta de sintonia política. Sistemáticamente rejeitou as bandeiras partidárias e inclusive as identitárias – ainda que sistemáticamente durante a carreira tenha se apresentado em favor ou crítico de diversas instâncias políticas e sociais brasileiras. De qualquer forma, seguiu projetando sua arte, bela, admirável, aprazível às diversas classes, às diversas faixas etárias. Nem à direita, nem à esquerda. “*Nem alienado, nem engajado*”, de acordo com L. A., 63 anos. Definitivamente, agradando a gregos e troianos, ainda que também nunca unânime. Mas, uma vez celebrado, conseguiu, como o cavalo, entrar para dentro de casa. Estava presente em diversos programas televisivos no momento de apogeu da comunicação de massas no Brasil. “If one wants to build a perfect war machine, one

must spare oneself the delusion that facts, actions, ideas can dictate directly to words their form”⁸⁷ (WITTIG, 1984, p. 48).

A reflexão da autora é especial para pensar a obra de Ney Matogrosso, pois, ao mesmo tempo em que ela postula uma liberdade da arte sobre as urgências da política e da sociedade, não a deixa de inseri-la como arsenal para uma guerra simbólica, em que é a obra de arte que tem a capacidade de destruir a linguagem, e, ao fazer isso, destruir também a ordem social e as relações de poder intrínsecas a ela.

Dessa forma, a obra de Ney Matogrosso dialoga com um nicho de mercado insurgente, que é o público guei, sem exatamente reduzir-se a essa fatia. As falas dos interlocutores revelam a apropriação por essa parcela da população em defesa de suas liberdades e de suas práticas culturais. Forjam-se comunidades por afinidade de identidade sexual. Assim, tal produção artística não se faz no seio de um referencial indenitário anterior, mas ao contrário, passa a agregar essas identidades ao seu redor (CARVALHO e SEGATO, 1994). Além disso, ramifica-se para uma diversidade de identidades, que passam a partilhar valores ideológicos transpostos nas experiências sensíveis. Assim, sugere G.O. a reflexão: *“Tô indo pra festa guei, mas meu tio, meu avô, minha turma bêtero tá aqui junto me protegendo também. Tinha um pouco talvez disso”*. Não há exatamente um gueto cultural, mas uma partilha ampla.

Por esse prisma, penso ser possível compreender como se deu a experiência dos censores no show de março de 1974, como relatado por Ney Matogrosso. Onde mais do que censurar, o que aconteceu foi um show exclusivo para aquele grupo, que tinha interesse em apreciar a obra, sob o disfarce de avaliação para censura. Chegando a incluir amigos e familiares numa plateia de quase cem pessoas.

Resgato também relatos de como a figura de Ney Matogrosso foi instrumentalizada para servir de arsenal simbólico para discriminação e opressões. *“Então, na hora de xingar alguém, não existia gay, você dizia ‘ela é Maria Alcina, ele é Ney’”*, de acordo com R. C. (fenômeno relatado também por outros entrevistados).

Reflito sobre três pontos a partir desse relato de R. C. primeiro, sob o qual me debrucei em monografia de graduação (GODOI, 2013), a capacidade de a linguagem, articulada às dinâmicas do patriarcalismo e da heteronormatividade, apresentar uma potência criativa exorbitante para nomear as identidades e práticas sexuais que fogem às normas. São inúmeros os sinônimos injuriosos para pessoas LGBT no Brasil: baitola, frango, qualira, bicha, lobisomem, viado, arrombado, gabiru,

⁸⁷ “Se alguém quer construir uma arma de guerra perfeita, tem-se que dispensar a ilusão de que fatos, ações, ideias podem ditar diretamente as formas das palavras” (tradução minha).

gilete, sapatão, fancha, entendida, jacaré, cola-velcro, mulher-macho, racha, traveco, invertido, etc. Percebemos a articulação do poder com a linguagem, ao não ser possível identificar fenômeno oposto, isto é, termos ofensivos ou jocosos destinados às identidades heterossexuais. Por esse prisma, não se pode entender uma disputa simbolicamente simétrica, como se fossem dois grupos opostos.

Um segundo ponto importante é a apropriação de personagens ou símbolos, projetados pela indústria cultural, pela sociedade para ser articulada junto com os demais termos citados anteriormente. Assim, Ney Matogrosso e Maria Alcina transforma-se em adjetivo acusatório do sujeito que foge aos padrões heteronormativos. O fenômeno também foi descrito na pesquisa *Juventudes e Sexualidades* (2004), em que “Luz Clarita” e “Vera Verão” foram termos levantados dentro dos ambientes escolares como forma de xingamento das pessoas LGBT. O primeiro em referência à novela mexicana transmitida no Brasil e o segundo à personagem de Jorge Lafond, famoso no programa “A Praça É Nossa”, ambos da emissora SBT.

Por fim, o terceiro ponto que ressaltado é sobre a análise do próprio interlocutor, R. C, que afirma desconhecer os termos “gay” e “lésbica” naquele momento histórico. São termos importados culturalmente, e carregam valor civilizatório, como uma forma correta e respeitosa de dirigir-se a essas pessoas.

No jornal *A Folha de São Paulo*, do dia 1º de dezembro de 1987, na seção *Painel*, do caderno *Política*, uma breve nota dá conta do momento opressor contra as pessoas LGBT no final dos anos 1980, em São Paulo, fruto do pânico moral causado pelo vírus HIV e pela AIDS. Na nota, lê-se “A guerra de Jânio contra homossexuais está fazendo escola. Um adesivo que anda circulando nos automóveis paulistanos é no mínimo estarrecedor: ‘Mate um Paulo Ricardo hoje e evite um Ney Matogrosso amanhã’”.

Imagem 2

Escola janista
 A guerra de Jânio contra os
 homossexuais está fazendo escola.
 Um adesivo que anda circulando
 em alguns automóveis paulistanos é
 no mínimo estarrecedor.
 “Mate um Paulo Ricardo hoje e
 evite um Ney Matogrosso amanhã”

Fonte: Folha de São Paulo (1987)

Meses antes, o prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, proibiu via decreto a presença de homossexuais na Escola de Bailado de São Paulo, tendo dias depois o diretor, Klaus Viana, então professor na escola, sido brutalmente espancado.

A figura de Ney Matogrosso é disputada em arena pública. Por um lado, podia ser absorvido por parte da população como sinônimo de liberdade, de excelência artística etc., por outro, foi utilizado como expressão máxima da degeneração moral. Essa degeneração é a própria ideia de homossexualidade contaminante - associada fortemente com o momento de expansão do vírus HIV e da AIDS. Dessa forma, a própria “identidade homossexual” é lida socialmente como algo não sólido, nem sedimentado, nem seco, mas disputável, volúvel, molhado; algo que pode e deve ser combatido e vencido. O convite à violência do adesivo propõe um *continuum*: em uma ponta está Paulo Ricardo, na outra Ney Matogrosso. Paulo Ricardo é o início, mata-o como uma peste ou um câncer em seu estágio inicial⁸⁸. Ainda, simbolicamente recuperável, passível de resgate, cura, absolvição. Ney Matogrosso seria a homossexualidade no ponto mais forte, completamente contaminado e contaminante, é como o menino Jefferson, que uma vez que chega ao ápice da degenerescência, não merece nenhum reconhecimento enquanto humano.

“O Olhar dele é o que mais me fascina”

“Ney nos vingou. Era na cara das pessoas tudo o que eles faziam com a gente, a sociedade em si, o que minha família fez comigo.”

R. R., 63 anos

Uma das canções mais populares do grupo Secos & Molhados, O Vira, apresenta uma multiplicidade de leituras dos seus símbolos internos. “Bailam corujas e pirilampos/ entre os sacis e as fadas” nos aludem a temas fantasiosos, explicando o fascínio infantil pela obra. Já os versos “E lá no fundo azul /na noite da floresta./A lua iluminou/ a dança, a roda, a festa./Vira, vira, vira/Vira, vira, vira homem, vira, vira/ Vira, vira, lobisomen” narram um lugar escondido, como um beco, mesmo um gueto, longe dos olhares vigilantes, e dos buxixos – como os que pairavam sobre o menino Jefferson –, onde uma festa acontece. A lua ilumina essa festa onde homem vira lobisomen. É significativo voltar-nos para a expressão popular “Homem com homem dá lobisomen, e mulher com mulher, jacaré”. O dito se utiliza de figuras fantasiosas e amedrontadoras, com escárnio, desaprova as relações homossexuais.

⁸⁸ ‘Cancerguei’ e ‘peste guei’ foram termos utilizados para se referir ao HIV/AIDS em várias partes do mundo.

Não à toa, o lobisomem da música estar em um local escondido, distante da vida livre, vincula-se no imaginário guei com as relações sexuais efêmeras e fortuitas, comuns em parques urbanos no mundo inteiro. É um símbolo lançado de forma cifrada, ou seja, diz respeito e torna-se inteligível apenas para um público iniciado numa cultura específica. Tal ciframento da linguagem e apresentação de códigos não explícitos para o reconhecimento é marcador das afetividades e sexualidades homossexuais e bissexuais. Uma vez que não podem ser públicas, organizam-se de forma a não se revelarem publicamente, ainda que se deem eminentemente no espaço público. *“Sempre comento que até para namorar era complicado. Não tinha celular, não tinha aplicativos”*, diz R. R. Marcador também já poetizados nos versos de Lord Alfred Douglas, que narra o encontro de duas pessoas em um jardim. No jardim, ao ser perguntada pelo seu nome, uma delas responde chamar-se Amor, ao passo que a outra replica:

Mente. Porque seu nome é vergonha. E eu sou o amor. E queria estar só neste jardim até que ele chegou, sem ser convidado, à noite. Sou o amor verdadeiro, preencho os corações de rapaz e moça com chama mútua. Então, suspirando, o outro disse: Como queira, eu sou o amor que não ousa dizer seu nome (MISKOLCI, 2007).

A disputa entre os personagens e a resignação revela a diferença em que as relações heterossexuais apresentam frente às homossexuais. As primeiras têm direito à vida pública, um lugar ao sol, aos passeios nos parques. As segundas devem ficar na surdina, nos becos, no fundo azul da noite. É desse fundo azul para o centro dos holofotes que está a transformação simbólica presente na performance de Ney Matogrosso. *“O Ney abre portas, caminhos [...] As pessoas começam a discutir isso [sexualidade] num momento em que não se discutia”*, diz J. L. E talvez por isso a sensação vingança relatada por R.R., que experimenta as apresentações como uma forma de devolver à sociedade, em desforra, as injúrias e violências homofóbicas ao qual foi sujeito durante a vida.

Busco nos estudos da performance considerações teóricas que ajudam a entender o fenômeno. Victor Turner faz passagem objetiva de uma análise dos rituais em sociedades ‘não ocidentais’ – também denominada de ‘primitivas’ – para uma análise da performance. Duas obras são muito importantes para essas reflexões, *A Floresta de Símbolos* (2005 [1967]) e *O Processo Ritual* (1974 [1969]). Para Grasielle Costa (2013):

De maneira geral, o que Turner destaca em ambas as obras é que o ato ritual é uma manifestação povoada de simbologias e representações que podem estar associadas a uma cosmogonia ou a aspectos diretamente ligados ao cotidiano da sociedade. (COSTA, 2013, p. 52).

Durante os rituais de passagem estudados por Turner, há um momento em que as pessoas não são mais as pessoas da vida cotidiana, nem dos papéis sociais da tribo, elas estão todas em outro tempo e espaço. Não estão *nem lá, nem cá* e, ao mesmo tempo, estão entre⁸⁹. A liminariedade é o que está na margem, em trânsito ou de passagem. Aquilo que é ambíguo, não estaria determinado por uma qualidade específica, nem um símbolo único, mas brincando com os signos possíveis e impossíveis de uma cultura (SILVA, 2005).

Os rituais, dentro dessa perspectiva, podem operar dois polos, um ideológico e o outro orético. Com a intensa divisão social do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas, as experiências liminares ganham autonomia do todo social e se efetivam nas experiências das artes e dos esportes, que passam a ser altamente mediados pela indústria cultural e com sua inscrição na lógica mercadológica.

É nessa ambivalência entre ideológico e orético que encontro aproximação com a obra de Hans Grumbrecht (2010). Após elaborada crítica à modernidade e à racionalização do mundo, seguindo as proposições weberianas, o autor distingue as instâncias do *sentido* e do que ele denomina de *presença*. O primeiro é ligado à razão, aos valores, à interpretação, enquanto a presença está ligada aos arrebatamentos, aos atravessamentos sensíveis. Para Grumbrecht, a obra de arte é especial justamente por conter em si as duas instâncias.

A liminariedade na obra de Ney Matogrosso relaciona-se diretamente com o desencontro entre as expectativas sociais que envolvem gênero e corpo. “Ney criou perplexidade na mídia. Homem? Mulher? Viado? Sua voz feminina contrastava com seu corpo másculo e peito peludo.” (TREVISAN, 2011).

Entender o impacto social de Ney Matogrosso para as relações socioculturais no Brasil implicam em desafios teóricos e metodológicos para as pesquisas em Ciências Sociais. Penso que a análise dos produtos culturais gerados pelo artista é importante, ou seja, aprofundar-se nas performances, nas mensagens das letras. Ao mesmo tempo, interpelar os sujeitos atravessados pelas experiências e como os mesmos vivenciaram e refletem sobre, nos ajuda a avançar nos objetivos da pesquisa.

Para isso, as considerações de Segato (1992) são substâncias. A partir de autocrítica às suas próprias pesquisas sobre antropologia da religião, a autora mostra como a perspectiva interpretacionista, que teve grande repercussão na forma de se fazer antropologia, acaba por ser um instrumento intelectual de sufocamento da realidade social, e, portanto, uma das armadilhas

¹ Os termos em inglês *betwixt* e *between* são sinônimos, sendo o primeiro uma forma mais arcaica do que o segundo. Em português, uma tradução possível de *betwixt* é o termo coloquial ‘nem lá, nem cá’.

da modernidade. É um instrumento de colonização epistêmica e de encapsulamento das vivências.

O relativismo cultural se mostrou como ponto de partida básico para o fazer antropológico e, de modo geral, das Ciências Sociais. Esse princípio de pensamento aposta que o acesso ao outro e suas diferenças se fará a partir do esforço da pesquisadora ou pesquisador em se colocar em parâmetros relativos à vivência do campo. O paradoxo se dá, primeiro, pelo fato de que as vivências sociais, via de regra, são totalizantes e não relativizadas. Isso significa que só conseguimos lidar com aquilo que é traduzível ou interpretado para uma lógica racional, negando outras instâncias da vida humana – que não podem ser menosprezadas para a própria compreensão das relações sociais.

A abordagem antropológica possui uma insensibilidade às características essenciais do mundo religioso, que é justamente o crer, a fé naquilo que é inexplicável. Ainda que nossas categorias sociológicas e antropológicas possam dar conta de várias searas dos fenômenos religiosos, parte crucial está na ordem do vivido, do experimentado e do indizível.

Mais do que buscar formas de visibilizar a “poética do indizível” de Ney Matogrosso, é importante situá-lo como parte – como produtor e ícone múltiplo e multiplicador – de um contexto de emergência cultural que – *do lado de cá do Equador* – enfrenta as distinções entre razão e afeto, bem como uma série de categorias centrais para o projeto colonial, tais como: eu/outro, mente/corpo, homem/mulher, racional/sensível, entre outros.

Referências

CORREIO BRAZILINSE. *Secos e Molhados foi aquele sucesso*. 25 de março de 1974.

COSTA, Grasielle Aires da. O Conceito de Ritual em Richard Schechner e Victor Turner: Análises e Comparações. *Revista aSPAs*, v. 3, p. 49-60, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Painel*. Caderno Política. 1987

MISKOLCI, Richard. Comentário. *Cadernos Pagu* (28), janeiro-junho de 2007, p. 55-63.

GODOI, Rodolfo Luiz Costa de. *A regulação da sexualidade e da identidade de gênero através do riso: as piadas nas escolas*. 2013. 93 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença: o que o sentido não consegue transmitir* – Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2010.

- SEGATO, Rita Laura. Um Paradoxo do Relativismo. In: *Revista Religião e Sociedade* 16/1-2, 1992.
- SILVA, Rubens Alvens. *Entre 'artes' e 'ciências': A Noção de Performance e Drama no Campos das Ciências Sociais*. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 35-65, jul./dez. 2005
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 8. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2011.
- TURNER, Victor Witter. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974
- TURNER, Victor Witter. Liminal ao liminóide: em brincadeira, fluxo e ritual. Um ensaio de simbologia comparativa. In: *Mediações*, Londrina, v.17 n.2 p.214-257, Jul/Dez, 2012.
- TURNER, Victor Witter. *A Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói – RJ: EdUFF, 2005.
- WITTIG, Monique. The Trojan Horse. *Feminist Issues*, outono de 1984.

DESEMPODERAMENTO DAS MULHERES DE REASSENTAMENTOS RURAIS

Samara Letycia Moura Borges⁹⁰

Resumo: este trabalho teve como objetivo entender o processo de empoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais criados com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, situada no estado do Maranhão. Essa pesquisa buscou analisar também os principais impactos provocados com a construção da usina para as mulheres que antes viviam às margens do rio Tocantins e que passaram a viver nos reassentamentos. A metodologia utilizada nesse trabalho foi a História Oral. Infere-se que a mudança para os reassentamentos fez com que homens e mulheres alterassem seu modo de vida, especialmente as mulheres que nesse caso se tornaram desempoderadas pelas condições que a elas foram dadas. Foram encontrados mais fatores inibidores do que impulsionadores de empoderamento, caracterizando-as como desempoderadas.

Palavras-chave: Mulheres, Desempoderamento, Reassentamento.

Este trabalho teve como objetivo entender o processo de empoderamento das mulheres dos reassentamentos Mirindiba e Santo Estevão criados com a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito situada no estado do Maranhão. Este trabalho foi feito com algumas mulheres reassentadas que moravam nos antigos povoados situados à margem do rio Tocantins que foram impactados com a construção da usina, esses reassentamentos estão próximos respectivamente dos municípios de Araguaína e Babaçulândia, no Tocantins. O interesse em trabalhar com essas mulheres pode ser compreendido pela necessidade de trabalhar com as mulheres que foram impactadas pelos grandes empreendimentos, pois através de suas histórias de vida elas podem contribuir para estudos que venham a inserir as perspectivas de gênero em projetos de grandes desenvolvimentos.

Segundo análises da Comissão Mundial de Barragens, na maioria das vezes, os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais (WORLD COMMISSION ON DAMS, 2000, p. 114-115; VIANA, 2003 *apud* PARENTE; GUERRERO, 2012).

⁹⁰ Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Africanidades e Cultura Afro-Brasileira pela Universidade Norte do Paraná. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Agência Financiadora: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

As usinas hidrelétricas têm sido uma das principais fontes de geração de energia no Brasil, desde a década de sessenta do século passado, quando foi criada a Eletrobrás, possibilitando a intensificação do aproveitamento da hidroeletricidade e a construção de grandes usinas hidrelétricas nas diversas regiões do país (HELM, 2003 *apud* ALMEIDA, 2007, p. 01). A Usina Hidrelétrica de Estreito começou a ser construída em 2007, sendo inaugurada em 2012, abrange o sul do Maranhão e o norte do Tocantins, é um empreendimento do Consórcio Estreito Energia (CESTE) que logrou concessão para a construção da Usina Hidrelétrica pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). As principais cidades impactadas com as obras de implantação da Usina Hidrelétrica foram Arguianópolis (TO) e Estreito (MA), mas outras cidades também foram impactadas, sendo elas Carolina (MA), Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante e Palmeiras no Tocantins.

Nessa pesquisa, a metodologia utilizada foi a História Oral. Para Lang (2000), a História Oral, constitui uma metodologia de pesquisa voltada para o tempo presente, permite conhecer a realidade presente, o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que os viveram. Já para Alberti (2005) a História Oral pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. A utilização da História Oral pressupõe pesquisa, método, análise crítica e reflexão sobre o material obtido através das entrevistas (FERREIRA, 2006, p.10 *apud* CARNEIRO, 2012).

As entrevistas eram iniciadas com as mulheres narrando sobre suas infâncias, já que a preocupação durante as entrevistas era em deixá-las à vontade e não interrompê-las, pois, segundo Carneiro (2012), o caminho mais propício e interessante nas entrevistas é deixar que a entrevistada fale sem interrupções porque ela tem uma carga de fatos e experiências que às vezes precisam ser faladas e discutidas com outras pessoas.

Sobre a participação das mulheres em movimentos, recorremos ao trabalho de Joana Pedro (2005), que objetiva discutir como através de um diálogo com movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas foram se constituindo algumas categorias de análise que hoje estão presentes em vários campos de conhecimento, ela escreve “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”. O uso da palavra gênero tem uma história tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, tendo uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos que visavam igualdade e respeito (PEDRO, 2005, p. 78).

Segundo Joana Pedro (2005), a palavra “gênero” passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do movimento, onde se buscava uma explicação para a subordinação das mulheres. A autora diz que o feminismo, como movimento social visível, tem vivido algumas “ondas”. O feminismo de primeira onda centrava suas reivindicações nos direitos políticos, econômicos e sociais, já na segunda, às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado.

Todavia, no início do movimento feminista de “segunda onda”, a palavra gênero não estava presente. A categoria usada era “mulher”, esta pensada em contraposição à palavra “homem”, considerada universal (PEDRO, 2005, p. 80). Contudo, o que os movimentos feministas estavam questionando era justamente que o universal em nossa sociedade, é masculino e que elas não se sentiam incluídas quando eram nomeadas pelo masculino.

Dessa forma, o movimento mostrava que o homem universal não incluía as questões específicas das mulheres. A ausência de debates sobre as necessidades das mulheres, observadas pelos movimentos faz parte também da vivência das mulheres trabalhadas nesse trabalho, já que nos grandes empreendimentos como de usinas hidrelétricas não se considera as especificidades da mulher e essa ausência é uma das barreiras que impede o empoderamento das mulheres reassentadas.

Empoderamento na perspectiva feminista é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, é pré-condição para obter a igualdade entre homens e mulheres, representa um desafio às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero (LISBOA, 2008, p. 08). Para Lisboa (2008), o primeiro passo para o empoderamento seria o despertar da consciência das mulheres em relação à discriminação de gênero, reconhecendo que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Assim, para se empoderarem, as mulheres devem melhorar a autopercepção que tem sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para os seus direitos.

Além de falar do empoderamento e seu difícil processo, precisamos compreender de que forma ocorre o desempoderamento da mulher, especialmente, das mulheres reassentadas, que é o nosso foco de pesquisa. Identificando como ocorre este processo, Temis Parente e Olaya Guerrero (2012) escrevem o artigo intitulado “O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional”. Nesse

artigo, as autoras têm como objetivo analisar o cotidiano das mulheres dos reassentamentos rurais criados com a construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães. Pretende-se, com essa análise, conhecer como é a vivência das pessoas dez anos depois da mudança para os reassentamentos e, a partir daí, entender o processo de desempoderamento das líderes de movimentos sociais que representam os reassentamentos.

Através das falas das mulheres dos reassentamentos Córrego Prata e Pinherópolis, as autoras buscam encontrar os fatores inibidores, pois é a partir das narrativas que elas tentam entender mais de perto a vida das mulheres, descobrindo os lugares de gênero que ocupam. Quando falamos de lugares de gênero, estamos falando de poder, na medida em que as relações existentes entre o masculino e o feminino são relações desiguais, assimétricas, que mantêm a mulher subjugada ao homem (PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 177).

Além do impacto em relação à dependência econômica, outro fator identificado no trabalho dessas autoras são as responsabilidades domésticas, já que segundo elas um dos problemas que afetam as mulheres rurais está relacionado com as construções ideológicas e as consequências práticas da divisão sexual do trabalho (PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 189). Nessa divisão, as mulheres são as responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças, enquanto os homens são os responsáveis pela delegação de todas as atividades relacionadas à vida pública e à tomada de decisões.

Empoderamento neste trabalho é entendido como o desenvolvimento da confiança de uma pessoa ou grupo nas próprias capacidades, com o aumento da força espiritual, política, social, econômica dos indivíduos e das comunidades (DEERE; LEÓN, 2002 *apud* PARENTE; GUERRERO, 2012, p. 176). O processo de desterritorialização é visto como rupturas das estruturas que, há muito tempo, foram estabelecidas e que assusta, principalmente por mudar o cotidiano, percebido e valorizado quando se tem a certeza de que este será transformado, vindo a gerar, posteriormente, angústia e insegurança aos atingidos (PARENTE, 2007, p. 103). A mudança imposta pela construção da usina alterou principalmente o cotidiano da mulher, pois são elas quem controlam o uso da água, tendo aos seus cuidados os filhos e os trabalhos domésticos.

Entender que a mobilização das pessoas para os reassentamentos provoca impactos ambientais, econômicos e sociais, sobretudo, impacto de empoderamento das

mulheres é indispensável para nossa análise. No trabalho “Povos tradicionais: do lugar ao não lugar” de Eunice Menestrino (2010) é discutido sobre a expressão “povos tradicionais”. A autora teve como objetivo estudar as populações locais atingidas pelas hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães, Peixe-Angical e Estreito. Menestrino (2010) defende que os lugares ganham significados importantes para o sujeito, ela acredita que as questões vinculadas ao modo de perceber o mundo, viver e a reprodução sociocultural estão ligados ao espaço que o sujeito pertence, enfatizando que esta população apresenta saberes e fazeres próprios que identificam com seus territórios.

Segundo Menestrino (2010), os lugares para determinados grupos humanos constituem-se em territorialidades através das distintas relações estabelecidas entre os indivíduos e os elementos espaciais, decorrentes de sua ocupação. As relações estabelecidas neste espaço vão se definir a partir de uma afetividade, onde o reconhecimento desse lugar, tão singular, gera uma identidade, presente nas especificidades dos diferentes grupos. Menestrino (2010) cita Augé (1994 *apud* MENESTRINO, 2010) que diz que o não lugar é sem identidade, sem relação, sem história e as pessoas que vão para ele apresentam uma perda do vínculo social, podendo afirmar a perda da identidade territorial, mesmo que com o tempo os moradores dos não lugares, como forma de sobrevivência, assumam uma identidade com o não lugar. Assim, esse não lugar trabalhado por Eunice Menestrino também pode ser observado na fala das mulheres reassentadas entrevistadas durante a pesquisa. Embora, nosso objetivo inicial fosse compreender o processo de empoderamento das mulheres, pudemos identificar mais fatores inibidores que impulsionadores.

A angústia frente aos problemas encontrados nos reassentamentos são inibidores no processo de empoderamento da mulher, consequência da mudança para os reassentamentos. O primeiro fator inibidor é a opressão vivida pelas moradoras. Elas sentem-se oprimidas porque não conseguem se identificar nos novos lugares, além da maneira que foi tirado o seu “pedaço de chão”, as atingidas têm dificuldade de pertencer ao novo lugar, conforme aponta a entrevistada:

“Então a água, nós ‘tinha’ o Tocantins que a gente não pagava água, você não pagava energia, claro que nós não ‘tinha’ luz, energia, mas a gente vivia numa situação de usar lamparina, que pra nós energia não quis dizer nada. Pra nós aqui energia foi prejuízo, né?! Tem uma qualidade, mas se tornou um prejuízo porque você teria que pagar energia, você teria que pagar água né?! E lá a gente não tinha essa necessidade” (M. N. S., 2013).⁹¹

⁹¹ M. N. S. Entrevista realizada no reassentamento Mirindiba, no dia 27 de janeiro de 2013.

Frequentemente, a entrevistada compara a vida que eles tinham quando moravam às margens do rio com a vida que eles têm agora nos reassentamentos. Na entrevista, ela conta-nos que a utilização da energia elétrica foi imposta aos moradores, já que antes não a utilizava, sendo essa imposição vista pela entrevistada como um tipo de prejuízo, pois agora eles terão um gasto a mais. O que se pode perceber é que a opressão, juntamente com a dificuldade de pertencimento dos moradores, em especial, das mulheres talvez seja barreiras de participação das mulheres reassentadas.

“É exatamente, lavava roupa na fonte. É, mas assim, nós mesmo com toda dificuldade, com toda bondade nós ‘preferia’ a ilha, aquela vida! Porque nós ‘compara’ nós aqui igual aquele povo de Jesus, que tirou lá da dificuldade e botaram pra cá. Mas toda coisa que acontecia... ‘Ab... lá que era bom!’ Então, isso hoje ainda ‘tá’ na nossa cabeça, se a barragem secasse hoje, todo mundo ‘tava’ com a bagagem voltando” (M. N. S., 2013).

Podemos destacar nessa fala, dois aspectos que nos ajudam a entender a barreira de empoderamento das mulheres reassentadas: a mudança no cotidiano e a angústia vivida pelos moradores. Primeiro, a mudança no cotidiano já que antes “lavava roupa na fonte”, nos reassentamentos as mulheres já não podem fazer isso.

A mudança para os reassentamentos afetam a identidade dessas mulheres, dificultando que elas percebam suas capacidades e reconheçam as desigualdades de gênero. A angústia frente aos problemas encontrados nos reassentamentos também são inibidores no processo de empoderamento da mulher. Na entrevista seguinte, podemos identificar o segundo fator inibidor de empoderamento:

“Aqui a gente tem que esperar eles (marido) ‘trabalhar’, chegar com o dinheiro para comprar um sabão pra fazer isso, né?! E lá não. A gente produzia o sabão, nós ‘quebrava’ o babaçu tirava o óleo fazia sabão pra vender. Você tirava o óleo pra comer, aqui se eu não tiver tem que ir a Araguaína comprar um litro de óleo pra comer e lá não, na mesma da hora você quebrava o coco, tirava o leite e já botava no peixe” (M. N. S., 2013).

Nessa fala, podemos observar que, com a mudança para os reassentamentos, as mulheres ficaram mais dependentes de seus maridos e a dependência econômica é um dos fatores inibidores que dificulta à mulher escolher e controlar seus próprios assuntos, consolidando a soberania masculina, o sistema patriarcal. É importante ressaltar que quando elas viviam às margens do rio Tocantins, elas tinham como extrair o babaçu, a fruta era muito importante para produção de outros alimentos. Além disso, com a extração dessa fruta as mulheres tinham outras possibilidades de conseguir dinheiro, pois elas poderiam produzir sabão e vendê-lo, tendo contato direto com produto e lucro,

possibilitando mais liberdade de compra e decisão. Infere-se, dessa forma, que com a mudança para os reassentamentos as mulheres tornaram-se mais dependentes dos homens, conforme a entrevista abaixo:

“Lá na ilha eu não dependia de ninguém. Eu não dependia de assistência técnica, eu não dependia de nada, todo mundo sobrevivia sem precisar “penguerrar” e aqui não. Aqui nós já tivemos diferença muito grande. Lá na ilha a gente tinha um transporte, uma canoa com um raio com motor, você ia pra Babaçulândia, você ia pra Estreito, você viajava a hora que você ‘quer’” (M. N. S., 2013).

Importante se faz ressaltar também que as mulheres, desde suas infâncias assumiram a responsabilidade de cuidar da casa e de seus irmãos menores. Além dessa responsabilidade, elas também se ocupavam de outros trabalhos fora de casa para ajudar na renda da família. Nessa vivência das mulheres está muito presente o gênero, pois as divisões de trabalho estão fundamentadas nessa relação.

“Eu nasci na roça. Eu me casei na roça e hoje eu ‘tô’ convivendo é na roça. Você ‘tá’ vendo né?! E lá eu trabalhava de roça... Eu falei pra você que eu não sou muito, mas meu esposo é da roça... Eu não tenho emprego, meu salário mesmo é de casa” (M. C. P., 2013).⁹²

Na entrevista acima é possível identificar também o trabalho da entrevistada dentro de casa, ela é a responsável pelo trabalho doméstico. A responsabilidade doméstica é também um dos fatores inibidores de empoderamento, pois as mulheres raramente estão disponíveis para discutir sobre assuntos comunitários e a participarem das reuniões das associações. Além da perda de meios de conseguir dinheiro e o fortalecimento do papel dentro de casa das mulheres reassentadas, já que se antes enquanto viviam às margens do rio elas também plantavam, com a mudança para os reassentamentos, elas vão realizar apenas as atividades domésticas.

Outro fator inibidor é a falta de capacitação das mulheres. Quando perguntamos à entrevistada se o conhecimento é um dos requisitos para a mulher não ser submissa ao homem, ela nos diz:

“Exatamente! O conhecimento, tanto assim, na leitura, na leitura que às vezes a pessoa por falta de você não ter uma leitura pra você pegar e ler aquilo que tem na ordem jurídica sei lá o que é, um ofício, e que você tem o direito disso. Você tem o direito, direitos iguais! Então, você precisa ter um conhecimento em leituras, informação. Pra depois você começar ter o direito de formação de libertação. Se você tiver um curso de formação, logo vem o da libertação, você começa a se libertar. Eu comecei a me libertar assim, eu tinha. Passei a ser agente de saúde e aí meu marido tinha que olhar os meninos, tinha que fazer isso. Tinha

⁹² M. C. P. Entrevista realizada no reassentamento Santo Estevão, no dia 24 de janeiro de 2013.

que quebrar coco. Tinha que fazer isso. O meu marido não podia porque eu tinha que fazer isso. Então comecei a trabalhar de agente de saúde, levando a mensagem, levando isso, então eu comecei a me libertar. Eu não vou fazer isso porque eu tenho que ir pra meu serviço. Eu não vou quebrar coco hoje” (M. N. S., 2013).

A falta de informações, importante no processo de empoderamento das mulheres é pouca às mulheres reassentadas. Para a entrevistada, há uma falta do conhecimento: “Olha o que mais falta em mim mais assim, é o conhecimento mesmo, é estudar, agora eu ‘tô’ começando a estudar”. É preciso lembrar que os fatores já enfatizados anteriormente nesse trabalho, tais como as responsabilidades domésticas e a dependência econômica, dificultam o acesso à educação as mulheres.

O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir (COSTA, 2004).

Neste trabalho, chegamos à conclusão de que as mulheres não são empoderadas porque não há a participação em nenhum movimento social, elas ainda são muito dependentes e faltam-lhes capacitações. Observamos na pesquisa que as relações de gênero estão muito presentes nos papéis de homens e mulheres reassentados, além disso, a identidade dos moradores também é impactada quando eles passam a morar nos reassentamentos e a maioria das mulheres não participam das associações de moradores, com exceção de uma das entrevistadas que participa do Movimento Atingido por Barragens (MAB).

Empoderamento não é processo sem obstáculos e pontos críticos. A barreira mais evidente é a insegurança econômica que impõe aos indivíduos a luta pela sobrevivência diária em padrões mínimos e a incerteza constante, sobrando pouca energia para ações de outro tipo (OSMANI *apud* HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007).

Na pesquisa com as mulheres reassentadas pudemos observar que, em relação ao processo de empoderamento, com a mudança para os reassentamentos elas se tornaram mais desempoderadas, pois nesses reassentamentos elas têm papéis voltados apenas para os trabalhos domésticos e, quando viviam às margens do rio Tocantins, elas tinham gerações de renda já que podiam colher frutas, produzir produtos para serem vendidos, nessas condições, elas eram mais independentes.

Referências

- ALMEIDA, Graziela. *Terras indígenas e o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito: análise etnográfica de um conflito socioambiental*. Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, 2007.
- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- CARNEIRO, José. *A História Oral como instrumento no desenvolvimento e elaboração da pesquisa*. Maringá, v. 30, n. 02, p. 121-131, 2012.
- COSTA, Ana. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*. A química das mulheres, 2004.
- HOROCHOVSKI, Rodrigo; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Social, Participação e Democracia*, Florianópolis, 2007.
- LANG, A. História Oral: Procedimentos e Possibilidades. In: *Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: CERU, 2001.
- LISBOA, Tereza. *O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais*. Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis, p. 01-06.
- MENESTRINO, Eunice. *Povos tradicionais: do lugar ao não lugar*. Universidade Federal do Tocantins. Dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente, 2010.
- PARENTE, Temis. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 09, n° 14, p. 99-111, 2007.
- PARENTE, Temis; GUERRERO, Olaya. O desempoderamento das mulheres rurais em Porto Nacional. *Dossiê: História, Natureza, Cultura e Oralidade*, v. 14, n° 02, p. 177-201, jan. 2012.
- PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista de História*, v. 24, n° 01, p. 77-98, 2005.

HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS XAVANTE

Sílvia Clímaco Mattos⁹³

História oral e sociedades indígenas

O conhecimento das memórias indígenas, obtidos por relatos orais coletados em entrevistas realizadas junto a indígenas, nos permite o acesso a outras formas de conhecimento histórico ainda pouco reconhecidas por historiadores.

Ao longo de minha pesquisa de doutorado, iniciada no ano de 2015, venho pesquisando as memórias de dois grupos Xavante sobre o contato por eles estabelecido com os não índios, ocorrido entre as décadas de 1940 e 1950, e o posterior processo de demarcação das terras indígenas xavante, mais especificamente das Terras Indígenas Parabubure e São Marcos. Para isso, foram realizadas entrevistas com oito narradores indígenas de ambas as terras, em conformidade com os métodos e técnicas utilizados pela história oral.

Segundo com Janaína Amado e Marieta Ferreira (2006, p. viii), a história oral é uma metodologia de pesquisa, que nos remete a uma dimensão técnica e a uma dimensão teórica, e cujo uso transcende a disciplina histórica, abarcando também outras áreas do conhecimento, tais como a Psicologia e a Antropologia. De acordo com as autoras (2006, p. xiv), na história oral o testemunho representa o núcleo da investigação, nunca sua parte assessoria. O uso sistemático do testemunho pela história oral possibilita o esclarecimento de trajetórias individuais, de eventos ou de processos, que, em muitos casos, não tem como ser entendidos ou elucidados de outra maneira.

Na história oral, os documentos são gerados a partir de um diálogo entre entrevistador e entrevistados, o que faz com que o historiador se afaste de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa. Conforme Amado e Ferreira (2006, p. xv), “na história oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes”. Tendo isso em conta, “a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes” (AMADO & FERREIRA, 2006, p. xv).

⁹³ Mestre e Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília e servidora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Os estudos da oralidade, envolvendo os processos de transmissão de tradições orais têm sido desenvolvidos predominantemente pela antropologia e aplicados em especial às sociedades indígenas e rurais, onde as formas de transmissão do conhecimento ainda percorrem de maneira predominante os caminhos da oralidade. A tradição oral se tornou objeto de conhecimento e *corpus* dessa disciplina. O interesse pela oralidade se estenderia posteriormente à história, permitindo o surgimento de uma metodologia denominada “história oral” (LOZANO, 2006, p. 16).

A história oral se caracteriza, portanto, por ser um procedimento destinado à constituição de novas fontes de pesquisa histórica, geradas a partir de depoimentos orais colhidos em conformidade com certos métodos e pressupostos teóricos. Ao expor processo de constituição dessas fontes, a história oral evidencia a subjetividade do *corpus* documental utilizado em trabalhos historiográficos, eventualmente ocultos no trabalho com as fontes escritas e de cujo processo de constituição o historiador não participa (LOZANO, 2006, p. 16).

A história oral não deve ser vista, contudo, como sendo um simples método de constituição de fontes complementares às fontes escritas, mas sim como um método com características próprias, compatível com a especificidade do objeto de pesquisa.

Cruikshank nos alerta para a existência de debates mais amplos sobre o privilégio concedido à teoria por uma prática de pesquisa ocidental em trabalhos historiográficos de reconstrução de histórias indígenas, e que também envolvem questões éticas de auto expressão dessas pequenas sociedades. De acordo com Cruikshank (2006, p. 149), as abordagens de historiadores e antropólogos voltadas para a reconstrução de histórias vêm convergindo de muitas formas nos estudos sobre sociedades indígenas. A metodologia da história oral tem sido aplicada tanto para satisfazer o interesse antropológico de aliar categorias culturais, cosmologias e símbolos ao controle disciplinado dos registros escritos por parte dos historiadores, como para responder a questionamentos sobre a quem cabe formular e contar histórias em uma dada sociedade, ou que vozes no interior de uma coletividade se destacam e quais são marginalizadas. Paralelamente a isso, os próprios povos indígenas têm exigido que suas tradições orais sejam levadas a sério como visões legítimas da história, questionando quem controla as imagens e as representações de suas vidas que são repassadas ao resto do mundo (CRUIKSHANK, 2006, p. 150).

O autor esclarece que,

Os exemplos tirados das Filipinas, da Nova Zelândia, de Uganda e da Colúmbia Britânica mostram que uma das contribuições mais diretas que a tradição oral pode prestar ao discurso acadêmico é complicar nossas perguntas. Historiadores e antropólogos, imersos no projeto de reexaminar o passado, indagam sobre o que realmente aconteceu, como incorporar os pontos de vista dos diversos participantes e como avaliar diferentes tipos de evidências, mas essas questões são em geral levantadas tomando por base conceitos e categorias ocidentais. As questões levantadas pelos povos indígenas muito provavelmente procurarão saber de quem é a história que faz a história legítima. Quem identifica os “eventos” reunidos no texto histórico? Como se constituiu o significado de “lugar”? Quais os problemas que surgem quando se tenta codificar tradições orais como “fontes” históricas? (CRUIKSHANK, 2006, p. 163).

Memórias e narrativas indígenas

Nas narrativas históricas mais tradicionais, comumente difundidas sobre os povos indígenas, estes quase sempre aparecem como vítimas da ação de não-índios, como sujeitos passivos e submetidos à ação de colonizadores. Nessas construções narrativas, seriam sempre os europeus colonizadores a invadirem as terras indígenas, a obrigarem os índios a trabalhar, a promover mudanças na vida das populações indígenas, como se esses mesmos indígenas não tivessem vivido qualquer outro processo histórico anterior à chegada dos europeus e como se, após a conquista e colonização, não continuassem sendo sujeitos ativos na construção de sua própria história (COELHO, 2007, p. 7).

O desconhecimento das histórias indígenas, que implica no “silenciamento” de suas memórias, encontra reforço em uma epistemologia racista, sexista e eurocêntrica, que por muito tempo dominou o campo historiográfico, e que negou e inferiorizou os saberes e protagonismos históricos indígenas. Dessa forma, foi produzido o silenciamento dessas memórias que divergiam dos propósitos de perpetuação do poder colonial e, posteriormente, pós-colonial, o que culminou em uma violenta expropriação do legado deixado por essas sociedades.

O conhecimento das narrativas orais, repassadas de geração em geração, pode contribuir para a identificação de aspectos significativos das memórias e das histórias indígenas, tornando possível a compreensão das identidades, experiências, preocupações e aspirações de povos pouco reconhecidos. Nesse sentido, faço minha as palavras de Benjamin, quando o autor afirma que cabe ao historiador preocupado com a perpetuação das injustiças feitas à memória de certos grupos realizar a tarefa de “escovar a história a contrapelo” (1996, p. 25), ou seja, questioná-la em seu processo de construção, fixação e transmissão.

O estudo das memórias Xavante, que se dão a conhecer por meio de suas narrativas orais, pode contribuir para a compreensão de saberes, práticas, crenças, concepções, relações sociais e identidades desse povo, a partir de uma perspectiva e de uma epistemologia indígenas. Embora os trabalhos historiográficos voltados para as sociedades indígenas tenham aumentado significativamente nos últimos anos, a maior parte das pesquisas direcionadas à essas sociedades ainda se encontram à cargo de estudiosos ligados à antropologia. Há, portanto, ainda muito o que produzir no campo historiográfico, para além das produções historiográficas tradicionais sobre os Xavante, centradas, em sua maioria, nas políticas de colonização governamental desenvolvidas no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980.

As políticas de colonização, que pressupunham a conquista dos territórios indígenas, eram legitimadas por uma concepção de mundo forjada a partir de uma estrutura de conhecimento eurocentrada, alçada ao patamar de “universal”, como forma de justificar o domínio e a subjugação dos povos indígenas aos interesses nacionais. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por esses povos, como expressão de um “racismo epistêmico”, foi fundamental para se produzir a invisibilidade e silenciamento das narrativas indígenas, em grande medida discordantes ou simplesmente muito diferentes daquelas oficialmente difundidas sobre a história do país.

A percepção de que as diferenças observadas entre as sociedades indígenas em relação ao modelo de Estado-nação idealizado consistiam em um empecilho para o desenvolvimento do país, legitimaram a adoção de práticas de exclusão e violências contra os indígenas no Brasil. Isso porque a percepção dessas diferenças frequentemente se traduziu na privação de cidadania e em violações perpetradas pelo próprio Estado em prol de modelos culturais homogeneizadores. Essas violações aos direitos indígenas ocorreram também sob a forma de violações às suas memórias, que são substituídas por construções narrativas de grupos que pretendem impor suas versões sobre o passado, utilizando-se, para isso, da violência epistêmica e de outras práticas de dominação que impõem o silêncio às narrativas históricas discordantes.

As memórias indígenas estão frequentemente vinculadas ao território ocupado. É a partir das experiências dos sujeitos no território, ao qual os diferentes grupos indígenas encontram-se vinculados, que a memória se constrói. O território xavante foi palco do difícil processo de contato com o não índio, com suas idas e vindas, tentativas de aproximação mútua frustradas, afastamentos decorrentes de experiências mal sucedidas,

que resultaram em diversos tipos de violências, culminando com a inevitável e definitiva aproximação. As lutas xavante pós-contato também tiveram como foco o território e a sua proteção, dada, inicialmente, pela demarcação das terras xavante, ou seja, pelo o reconhecimento oficial do Estado brasileiro dos direitos territoriais desse povo.

As memórias são também formas de conhecimento da realidade que cada sociedade constrói e reelabora continuamente por meio de lutas permanentes e, por isso, elas são frequentemente permeadas pelos interesses dos grupos que as produzem e mantêm. As memórias não são neutras, mas atendem a propósitos bastante específicos, voltados para a concorrência e disputa de poder entre os diferentes grupos. Nas narrativas xavante, é possível identificar disputas e interesses divergentes, envolvendo diferentes segmentos ligados às várias famílias e aldeias, aos clãs e às classes de idade, que dividem os Xavante em grupos distintos, segundo os seus próprios critérios. Esses grupos ora interagem por meio de alianças, ora por meio de disputas, numa relação de consenso e confronto que abarcam as diferentes narrativas indígenas.

Ao narrarem suas histórias, os narradores indígenas desempenham, de forma ativa e consciente, um trabalho de organização dessa memória. Esse trabalho é profundamente valorizado pelos Xavante, que demonstram suas preocupações com a qualidade das narrativas e a fidelidade das histórias. Por esse motivo, o narrador, valorizado e autorizado pela comunidade, é constantemente avaliado em suas capacidades oratórias e performáticas, devendo ter, entre os seus principais talentos, uma grande capacidade de memorização, entendida como fundamental para que os conhecimentos e tradições herdados do passado sejam reproduzidos de maneira fidedigna, de modo a evitar a possibilidade de distorções, ou pior, de esquecimento.

As histórias narradas são uma expressão importante da cultura xavante, e das culturas das sociedades Jê do Brasil Central. As histórias e os mitos são usados com o propósito educacional de transmitir uma cultura de uma geração a outra. Essa função didática é ainda utilizada pelo narrador para estabelecer uma continuidade entre a sociedade contemporânea xavante e o passado, de modo a permitir a orientação cultural e histórica das comunidades indígenas em face aos desafios vivenciados (GRAHAM, 1983, p. 01).

Sobre a pesquisa

Para a realização dessa pesquisa, venho utilizando as fontes orais produzidas a partir das entrevistas realizadas com narradores Xavante, em conformidade com os métodos de coleta de dados utilizados pela história oral, que envolvem a gravação, registro e análise das conversas estabelecidas com os indígenas.

As narrativas orais vem sendo analisadas como representações sobre o passado e o presente. Busco entendê-las no contexto em que são produzidas. Tais narrativas tem me permitido compreender aspectos da organização social xavante, as complexidades da vida cotidiana e as contradições inerentes às relações de poder vivenciadas no interior das comunidades. Essas narrativas, contudo, não expressam uma homogeneidade de opiniões, ou o ponto de vista da totalidade da comunidade pesquisada, pois são contadas por pessoas, por indivíduos singulares, que possuem subjetividades próprias e cujos pontos de vista se diferem, à depender do contexto, da posição social e do seu grau de envolvimento com o assunto pesquisado.

Os trabalhos de campo foram desenvolvidos nas Terras Indígenas de São Marcos e Parabubure, durante os meses de dezembro de 2016, janeiro e julho de 2017, junto a oito narradores xavante.

Em conformidade com as técnicas da história oral, que envolve a gravação das falas, as narrativas obtidas durante as conversações estabelecidas com os narradores foram registradas em suas respectivas aldeias, com a utilização de um aparelho de gravação, e contaram com a mediação de um tradutor indígena, Wellington Tserenhiru Urebété, jovem xavante bilíngue da Terra Indígena São Marcos, aluno da Universidade Federal de Goiás, e ex-colega de trabalho na Coordenação Regional Xavante de Barra do Garças, entre os anos de 2010 e 2012. Wellington, ou Tserenhiru, atuou como intérprete em todas as entrevistas realizadas e, nos meses subsequentes ao trabalho de campo, como tradutor do material coletado.

Cabe destacar o trabalho imprescindível e dedicado por ele desempenhado na pesquisa, que resultou numa efetiva coautoria no processo de produção das fontes utilizadas. Ainda que o roteiro de perguntas tenha sido por mim elaborado, foi ele o responsável por me acompanhar às aldeias, por me apresentar às comunidades xavante, por explicar aos indígenas os objetivos de minha pesquisa, por identificar os possíveis colaboradores e, principalmente, por convence-los a participar do trabalho. Foi para ele

que os narradores xavante efetivamente falaram, até porque, falaram em seu próprio idioma, o que condicionou e limitou as minhas possibilidades de interlocução.

Embora tenha sido apresentado um roteiro semiestruturado composto por dezesseis perguntas para os entrevistados da Terra Indígena Parabubure, e dezoito perguntas para os entrevistados da Terra Indígena São Marcos, relativas ao contato dos Xavante com os “não índios” e ao processo de demarcação das terras xavante, os entrevistados não se dispuseram a respondê-las uma a uma, segundo a ordem em que foram formuladas, mas insistiram para que todas as perguntas fossem lidas antecipadamente, após o quê, cada um deles elaborou a sua própria fala, abordado os questionamentos propostos, entre outros assuntos. As falas de cada narrador foram pronunciadas, separadamente e em momentos distintos. Cada uma delas teve uma duração que variou de 25 minutos a duas horas. Em virtude de minha falta de fluência no idioma xavante, só pude compreender o conteúdo das falas no decorrer das traduções realizadas nos meses seguintes à primeira viagem realizada de pesquisa, ocorrida nos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017. A compreensão apenas posterior do conteúdo das falas gravadas impediu que a sua problematização se desse no momento das entrevistas, tornando necessária uma nova etapa de pesquisa de campo, ocorrida no mês de julho de 2017. Nessa segunda visita às Terras Indígenas São Marcos e Parabubure, foram apresentadas as transcrições das entrevistas anteriormente realizadas e solicitados esclarecimentos adicionais sobre os relatos. Embora três dos entrevistados falem com alguma desenvoltura o português, todos eles preferiram responder às perguntas em xavante, por considerarem que, em sua própria língua, as histórias seriam “melhor contadas”.

A escolha dos colaboradores entrevistados não foi orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, mas pela experiência do narrador e a posição por ele ocupada no grupo. Indivíduos que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema pesquisado costumam ser percebidos como mais capazes de fornecer relatos significativos, tendo sido, por esse motivo, priorizados na escolha para a participação na pesquisa. Conforme afirma Passerini (2006, p. 212), há uma estreita ligação entre memória e experiência vivida, entre tradição e capacidade de experiência.

Os narradores entrevistados na Terra Indígena São Marcos foram Daniel Tsi'ômōwê Wari e Raimundo Urébeté Ai'réro, moradores da aldeia São Marcos

(Ëtênhô'repré), Agnelo Temrité Wadzatzé e Isabel 'Rê'amo, moradores da Aldeia Imaculada Conceição (Dzub'adze), e os narradores entrevistados na Terra Indígena Parabubure foram Celestino Tsereróm'ô, residente na aldeia Parabubu, Germano Tsimi'wadzé Tseredzatsé e Osana Tômôtsu, moradores da aldeia São Pedro e Eduardo Tseremêy'wa Örebewê, da aldeia Três Marias. Todos foram indicados pelas suas respectivas comunidades para a participação na pesquisa, por serem por elas considerados como narradores competentes, aptos a conversarem sobre os assuntos propostos, em razão de suas experiências relacionadas aos temas pesquisados.

Em atendimento ao recorte temporal estabelecido pela pesquisa, os indígenas foram questionados sobre o contato com a sociedade nacional, realizado entre as décadas de 1940 e 1950, e sobre o processo de reconhecimento das terras xavante pelo Estado brasileiro mediante as demarcações ocorridas entre as décadas de 1960 e 1980.

A escolha das Terras Indígenas Parabubure e São Marcos deveu-se, principalmente, à minha aproximação e conhecimento prévio com indígenas de ambas as terras, advinda de trabalho anteriormente realizados, junto às suas respectivas comunidades, como servidora da Coordenação Regional Xavante da Funai em Barra do Garças. As visitas frequentes a comunidades de ambas as terras, entre os anos de 2010 e 2012, me permitiu um conhecimento prévio das realidades locais, possibilitando uma inserção um pouco mais fácil nas comunidades indígenas de São Marcos e Parabubure do que aquela que possivelmente ocorreria em comunidades indígenas com as quais não trabalhei, ou com as quais trabalhei pouco.

Entre os temas recorrentes abordados pelos narradores, destacam-se: a migração de Pararabubure até a missão Salesiana do Merure e a criação da Terra Indígena São Marcos; descrições geográficas do território percorrido antes e após o contato com o não índio; as expedições de caça, coleta e outras andanças; os perigos da mata, os animais caçados e enfrentados; as descrições das relações de parentesco, dos clãs e classes de idade, que determinam a posição social de cada indivíduo, assim como seus direitos e deveres na sociedade xavante; os surtos epidêmicos e as mortes por doenças desconhecidas trazidas pelos não índios; as percepções sobre os estranhos modos de vida e comportamentos dos não índios; as guerras travadas contra os não índios, os ataques às aldeias e os massacres sofridos; as alianças, disputas e conflitos entre as famílias e grupos xavante, com as consequentes traições, assassinatos e práticas de feitiçarias utilizadas; os atores não índios do contato, em especial os padres, fazendeiros e agentes do governo; a

missão salesiana de São Marcos; o retorno à Terra Indígena Parabubure; as lutas pela demarcação das terras; as demarcações propriamente ditas; a preocupação com o esgotamento da terra demarcada e de seus recursos; o crescimento da população Xavante; as desconfianças quanto à possibilidade de futuras invasões das terras por não índios; críticas à atuação do governo, mais especificamente à Funai e à Sesai; a escolarização da população Xavante; preocupação com futuro do povo Xavante, marcadamente com o destino dos jovens, após a morte dos mais velhos; críticas, exortações e conselhos diversos direcionados aos jovens, de certa forma ali representados por Wellington.

A memória Xavante é uma memória viva, sujeita, portanto, a constantes transformações. Embora ela esteja intimamente ligada a uma tradição fundamentada em valores, histórias e saberes herdados do passado, transmitidos ao longo das gerações, ela também é um fenômeno sempre atual, que empresta sentido à vida de pessoas e grupos no presente. Ela é, portanto, esse elo que une o passado e o presente, e que curiosamente também se estende em direção futuro, por meio das projeções e expectativas expressadas pelos narradores, como é possível observar na fala seguinte de Raimundo Urebeté Ai'rero.

“Aqui estão os jovens, a população jovem cresce, sempre crescendo. E no futuro, onde estaremos? Como será a terra? Onde ficaremos? Por isso nós, Xavante, temos que pensar no futuro. Será que depois de nós, os nossos jovens e os filhos deles vão se misturar com os brancos daqui há 40 anos, 30 anos? Não sei. A nossa cultura, a nossa tradição vai acabar se nós não olharmos para frente, para o futuro, vamos morrer todos e nos misturaremos”. (AI'RÉRO, 2017).⁹⁴

Pelas narrativas coletadas, é possível perceber que memória xavante não se atém apenas ao passado, mas é permanentemente reconstruída pelas demandas do presente, que envolvem um crescente contato com a sociedade nacional. De acordo com Gagnebin (2004, p. 91), a rememoração também implica em uma atenção ao presente, particularmente às ressurgências do passado no presente. Não se trata apenas de não esquecer o passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, portanto, não é um fim em si, mas visa à transformação da realidade de hoje.

Nessa acepção, a memória é o elo que une o passado e o presente, pois, embora esteja intimamente ligada a uma tradição fundamentada em valores, histórias, objetos e fazeres herdados do passado e transmitidos ao longo das gerações, ela também é um

⁹⁴ Entrevista realizada com Raimundo Urebeté Ai'réro, em janeiro de 2017.

fenômeno sempre atual, que empresta sentido à vida de pessoas e grupos no presente. Segundo Pierre Nora (1993, p. 09), a memória é sempre viva, carregada por grupos vivos, estando em constante transformação, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas I. São Paulo, Brasiliense, 1985.

_____. *Rua de mão única*. Obras Escolhidas II. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COELHO, Mauro César. *As populações indígenas no livro didáticos, ou a construção de um agente histórico ausente*. Belém: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT13-3000--Int.pdf>, 2007.

CRUIKSHANK, Julie. *Tradição oral e história oral: revendo algumas questões*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Org). *Usos e Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 149-164.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: <http://www.antropologias.org/rpc/files/downloads/2010/08/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A0ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>, 2005, p. 24-32.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre a questão social*. Campinas: Editor Unicamp, 2004.

GNECCO, Cristóbal e ZAMBRANO, Marta. *Memórias hegemônicas, memórias dissidentes*. O passado como política de história. Bogotá: Afo Editores LTDA, 2000.

GRAHAM, Laura R. *Performance Dynamics and Social Dimensions in Xavante Narrative*. Austin: University of Texas, 1983.

_____. *Performing Dreams: Discourses of Immortality among the Xavante of Central Brazil*. Austin: University of Texas Press, 1995.

GROSGOUEL, Ramon. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. In: *Tábula rasa*. Bogotá, n. 19, p. 31-58, jul/dez 2013. Disponível em: http://achaves.net/Dr_Grosfoguel/Textos/Grosfoguel201308.pdf

MIGNOLO, Walter D. *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*. Buenos Aires: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto de História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez 1993.

POLLACK, Michel. Memória. Esquecimento. Silêncio. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

_____. Memória e Identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf, 2005.

_____. *Cuestiones e Horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. Historia y memoria. La escritura de la historia y la representación del pasado, em PÉROTIN-DUMON, Anne (dir.). *Historizar el pasado vivo en América*. http://etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es_contenido.php, 2007

RUFER, Mário. La temporalidade como política: nación, formas de passado y perspectivas poscoloniales. *Mem. Soc.* Bogotá, v. 14, n. 28, p. 11-31, jan/jun 2010.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: Joseph Ki-Zerbo. *História Geral da África I. Metodologia e Pré-História da África*, <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249por.pdf>, 2010, p. 139-166.